



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

THAIS GOMES SHIRATORI

**(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE DA
POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 2013 E 2021**

**CAMPINAS
2023**

THAIS GOMES SHIRATORI

(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE DA
POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 2013 E 2021

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte de obtenção
dos requisitos exigidos para a obtenção do título
de Mestra em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA THAIS
GOMES SHIRATORI, E ORIENTADA
PELO PROFESSOR DR. ROBERTO
LUIZ DO CARMO.

CAMPINAS
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

Sh65i Shiratori, Thais Gomes, 1995-
(In) segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade da população do Estado de São Paulo entre 2013 e 2021 / Thais Gomes Shiratori. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Roberto Luiz do Carmo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Insegurança alimentar. 2. Vulnerabilidade social. 3. Política alimentar. 4. Direitos sociais. 5. Fome. I. Carmo, Roberto Luiz do, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Food (in) security and vulnerability of the population of the State of São Paulo between 2013 and 2021

Palavras-chave em inglês:

Food insecurity
Social vulnerability
Food policy
Social rights
Hunger

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Roberto Luiz do Carmo [Orientador]
Alvaro de Oliveira D Antona
Humberto Prates da Fonseca Alves

Data de defesa: 26-05-2023

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0002-2819-0075

- Currículo Lattes do autor: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/vis>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 26 de maio de 2023, considerou a candidata Thais Gomes Shiratori aprovada.

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – orientador

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D’Antona

Dr. Humberto Prates da Fonseca Alves

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa - Código de Financiamento 001, durante os dois anos de mestrado. Aos membros da banca por terem aceito participar da constante melhoria desse trabalho.

Ao Roberto Luiz do Carmo, por aceitar me orientar e pelas contribuições durante a pesquisa. A todos os professores, professoras e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Demografia e do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO).

Às minhas amigas da vida, Sofia, Camila, Beá, Maya e Maida, agradeço pela cumplicidade, por sempre estarem ao meu lado e por fazerem tudo ter sentido. À Luísa, companheira de todos os momentos e fases, pelas conversas sinceras e infinitas, por compartilhar as angústias, crises e alegrias, por fazer os dias serem mais leves e os desafios menos assustadores.

Ao Gustavo, pela paciência infinita e disposição em me ajudar a encarar o mundo dos microdados e pelo incentivo para enfrentar o universo dos códigos. Ao Francisco e Sarah, agradeço pela amizade, pelo acolhimento e cuidado durante o ano de escrita dessa dissertação, pela companhia de bicicleta e não menos importante, pelos nossos jantares infinitos.

Às minhas amigas Lara, Maiara, Tais e Giovana, pelo suporte, por me escutarem e me acolherem, por celebrarem comigo os momentos bons. Ao Louis, pelo companheirismo, carinho e apoio, pelo incentivo e companhia para descobrir e construir novos caminhos.

Aos meus pais, Takao e Sofia, que sempre fizeram o que fosse necessário para que eu pudesse construir meu caminho, pelo amor incondicional e apoio irrestrito que foram essenciais para que a realização dessa pesquisa fosse possível. À Berenice, minha ursinha que me enche de alegria. Às minhas irmãs, Karen e Mayara, que tanto admiro e que mesmo de longe, sempre me incentivaram, obrigada por compartilharem a vida comigo.

RESUMO

O contexto brasileiro é extremamente grave, no qual a crise socioeconômica e política se associou a uma crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19. A população vem empobrecendo progressivamente e enfrentando diariamente as consequências da precarização da vida. Esse processo impactou os direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais, com especial importância para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Dessa maneira, diante do aumento da insegurança alimentar e nutricional no país, essa dissertação possui como objetivo analisar a relação entre vulnerabilidade sociodemográfica e o risco associado à insegurança alimentar e nutricional entre a população do Estado de São Paulo, tendo em vista as desigualdades intrínsecas e intensificadas pelo Regime Alimentar Corporativo. Para tanto, foram analisados os dados sobre segurança alimentar e nutricional domiciliar da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2020a) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 (IBGE, 2014). Todavia, diante da intensificação desse problema no país, como forma de incluir informações mais recentes sobre o cenário brasileiro e com intuito de incluir na análise a perspectiva das estratégias adotadas pela população durante o período de crise econômica e sanitária, foram utilizadas informações sobre os Restaurantes Populares “Bom Prato”. Os resultados indicam que apesar de todos os cidadãos possuírem o direito à segurança alimentar e nutricional, esse direito não é assegurado de forma equitativa. Grupos populacionais específicos têm seus direitos violados e não conseguem mobilizar os ativos necessários para suprir essa necessidade básica, ou seja, a exposição ao risco é diferenciada de acordo com os grupos socioeconômicos. Além disso, a segurança e insegurança alimentar e nutricional também não se distribui de forma homogênea pelo território, no período analisado apesar de comparativamente o Estado de São Paulo ter registrado maiores índices de segurança alimentar e nutricional do que no Brasil, quando comparado a evolução dos índices, nota-se que houve uma piora significativamente maior em São Paulo do que no território nacional.

Palavras chave: Insegurança alimentar; Vulnerabilidade social; Política alimentar; Direitos sociais; Fome.

ABSTRACT

The Brazilian context is extremely serious, in which the socioeconomic and political crisis has become associated with a health crisis caused by the covid-19 pandemic. The population has been progressively impoverishing and facing the consequences of the precariousness of life on a daily basis. This process has impacted social, political, economic, and environmental rights, with special importance for the right to food. Thus, given the increase in food insecurity in the country, this dissertation aims to analyze the relationship between sociodemographic vulnerability and the risk associated with food insecurity among the State of São Paulo's population, taking into consideration the inequalities intrinsic and intensified by the Corporate Food Regime. Thus, data on household food and nutrition security from the Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF) (IBGE, 2020a) and the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (PNAD) (IBGE, 2014) were analyzed. However, due to the intensification of this problem in the country, to obtain the most recent information about the Brazilian scenario and in order to include in the analysis the perspective of the strategies adopted by the population during the economic and health crisis period, Popular Restaurants "Bom Prato" data is used. The results indicate that although all citizens have the right to food and nutrition security, this right is not equitably ensured. Specific population groups have their rights violated and are unable to mobilize the necessary assets to meet this basic need, hence, the risk exposure differs according to socioeconomic groups. In addition, food and nutrition security and insecurity is also not evenly distributed throughout the territory, in the analyzed period, despite the fact that comparatively the State of São Paulo registered higher levels of food and nutrition security than in Brazil, when compared to the evolution of the indexes, it is noted that there was a significantly greater deterioration in São Paulo than in the national territory.

Keywords: Food insecurity; Social vulnerability; Food policy; Social rights; Hunger.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Marco conceitual da SAN proposto por Campbell (1991).....	24
FIGURA 2 – Modelo conceitual SAN proposto por Kepple e Segall-Corrêa (2011).....	29
FIGURA 3 – Marco analítico da vulnerabilidade sociodemográfica à Insegurança Alimentar e Nutricional.....	51
FIGURA 4 – Distribuição da população segundo situação de residência urbana e rural (2010, 2015, 2020)	63
FIGURA 5 – Pirâmides Etárias do Estado de São Paulo (2010, 2015, 2020).....	64
FIGURA 6 – Confraternização Junina – Bom Prato Campinas, 2020	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual dos domicílios particulares segundo situação de segurança alimentar e nutricional – 2013-2018	73
GRÁFICO 2 – Distribuição percentual dos domicílios particulares por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo situação do domicílio – Estado de São Paulo (2013-2018).....	74
GRÁFICO 3 – Distribuição percentual dos domicílios particulares por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo situação do domicílio – Brasil (2013-2018).....	75
GRÁFICO 4 – Refeições Executadas e Valor investido – Bom Prato (2017 – 2021)	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	68
TABELA 2 – Pontuação EBIA	69
TABELA 3 – Variáveis selecionadas.....	70
TABELA 4 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo situação o sexo da pessoa de referência do domicílio – São Paulo e Brasil, 2013-2018.....	76
TABELA 5 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo cor/raça da pessoa de referência do domicílio – São Paulo, 2013-2018.....	78
TABELA 6 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo cor/raça da pessoa de referência do domicílio – Brasil, 2013-2018.....	79
TABELA 7 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo anos de estudo da pessoa de referência do domicílio – São Paulo, 2013-2018.....	80
TABELA 8 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo anos de estudo da pessoa de referência do domicílio – Brasil, 2013-2018	82
TABELA 9 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo composição etária do domicílio – Brasil e São Paulo, 2013.....	82
TABELA 10 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo composição etária do domicílio – Brasil e São Paulo, 2018.....	84
TABELA 11 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de renda da pessoa de referência do domicílio – Brasil e São Paulo, 2013	85
TABELA 12 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de renda da pessoa de referência do domicílio – Brasil e São Paulo, 2018	86
TABELA 13 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo destino dado ao lixo – Brasil e São Paulo, 2013-2018.....	87
TABELA 14 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo forma de esgotamento sanitário – Brasil e São Paulo, 2013.....	88
TABELA 15 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo forma de esgotamento sanitário – Brasil e São Paulo, 2018.....	89
TABELA 16 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo combustível utilizado na preparação de alimentos – Brasil e São Paulo, 2013	90
TABELA 17 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo combustível utilizado na preparação de alimentos – Brasil e São Paulo, 2018	91
TABELA 18 – Participação relativa dos grupos de alimentos no total de calorias determinado pela aquisição alimentar domiciliar – Brasil – 2002-2018	94
TABELA 19 – Refeições Executadas e Valor investido – Bom Prato, SP	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA.....	21
1.1 Segurança Alimentar e Nutricional.....	21
1.2 Abordagens do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional	24
1.3 Dimensões analíticas da Segurança Alimentar e Nutricional	27
1.4 Indicadores para monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional	30
1.5 Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada	32
1.6 Políticas e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....	34
1.7 Sistema Alimentar.....	38
1.8 Regime Alimentar	41
1.9 Vulnerabilidade Sociodemográfica.....	46
1.10 Associação entre vulnerabilidade sociodemográfica e insegurança alimentar e nutricional	52
CAPÍTULO 2 – UM BREVE PERFIL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	61
2.1 Área Geográfica Estudada e Recorte Temporal.....	61
2.2 Caracterização Sociodemográfica.....	62
2.3 Material e Método.....	67
2.4 Resultados	72
2.4.1 Consumo Alimentar	93
CAPÍTULO 3 – RESTAURANTES POPULARES E VULNERABILIDADE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	97
3.1 Restaurantes Populares Bom Prato	97
3.2 Visita exploratória.....	102
3.3 Resultados	104
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Ao longo da história o crescimento populacional foi entendido como o problema central da questão alimentar na medida em que diversos teóricos afirmavam que esse não seria acompanhado pelo aumento da produção de alimentos. Nesse debate ganha destaque as visões antagônicas de Thomas Malthus, Paul Ehrlich e de David Lam.

Durante o século XIX, Thomas Malthus (1766-1834) acreditava que o crescimento populacional ocorreria de forma mais acelerada do que a produção de alimentos, dado que o crescimento populacional obedeceria a uma progressão geométrica, e o aumento da produção agrícola seguiria um ritmo aritmético. Como consequência, o crescimento populacional seria a causa da fome mundial. Nesse cenário, a dinâmica demográfica e os rendimentos decrescentes da agricultura seriam os fatores que levariam à miséria e fome entre a população, de forma que as crises alimentares e a morte dos que viveriam nessa situação seriam os determinantes capazes de adequar a satisfação das necessidades humanas às possibilidades produtivas da agropecuária (ABRAMOVAY, 2010).

De forma semelhante, muitas previsões pessimistas sobre a capacidade do mundo em alimentar a população foram feitas durante o período de rápido crescimento populacional na década de 1960. Um grande exemplo é o trabalho “The Population Bomb” (1968) do teórico Paul Ehrlich. Em sua obra o autor alertava que a partir de 1970 a humanidade passaria a sofrer com a fome, caso não fossem implementadas e organizadas estratégias para o aumento da produção de alimentos de forma articulada a esforços para o controle da população (CARMO et al., 2019).

Por sua vez, David Lam (2011) também analisa os últimos anos de mudança demográfica, período em que o tamanho da população dobrou em apenas 39 anos (1960-1999). Nesse contexto havia inúmeras preocupações sobre o impacto potencial do crescimento populacional, no que se refere às questões relacionadas à fome em massa, esgotamento de recursos não renováveis e aumento da pobreza em países pobres. Em seu trabalho Lam (2011) apresenta informações para refutar tais ideias, dessa maneira, com uma abordagem abrangente sobre as problemáticas e com uma perspectiva otimista, ao analisar as principais preocupações apresentadas, o autor conclui que o mundo teve sucesso ao lidar com essas questões. No que diz respeito especificamente à alimentação ele defende que não existia fundamento à visão pessimista da capacidade de alimentar a população, já que a produção cresceu substancialmente em todas as regiões analisadas.

As teorias de Thomas Malthus, Paul Ehrlich e David Lam tiveram sua validade questionada com o advento da Revolução Verde, que possuía como objetivo solucionar o problema da fome mundial. Dessa maneira, o novo sistema de produção implementou inovações tecnológicas que impulsionaram a ampliação da produção de alimentos, entretanto, esse modelo trouxe inúmeras consequências socioeconômicas negativas e promoveu intensa degradação ambiental (CARMO et al., 2019). No Brasil a fome persiste e é crescente, contudo, é provocada muito mais pela impossibilidade de acesso aos alimentos existentes do que pela escassez absoluta na oferta (ABRAMOVAY, 2010). Vale mencionar que tal movimento acompanhou o desenvolvimento do campo de estudos de População e Ambiente, dado que a produção científica da área progressivamente se distanciou das abordagens malthusianas (D'ANTONA, 2017).

Atualmente segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2022) somente 40% dos domicílios do país vivem em segurança alimentar e nutricional (SAN), ou seja, possuem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Por outro lado, 28% dos domicílios convivem com a insegurança alimentar e nutricional (IAN) leve, o que significa que possuem preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro e a qualidade inadequada dos alimentos resulta de estratégias que visam não comprometer a quantidade. Já 30,7% dos domicílios se enquadram com IAN moderada, isto é, nesses domicílios houve redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. Por fim, 15,5% dos domicílios enfrentam a IAN grave, o que significa que houve redução quantitativa e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009; IBGE, 2020a).

O contexto brasileiro é extremamente grave, no qual a crise socioeconômica e política se associou a uma crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19. Resultados de pesquisas como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (IBGE, 2020a) e o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021), já anunciavam uma situação preocupante de crescente insegurança alimentar e nutricional entre a população, contudo, a situação atual revelou-se ainda mais grave. Uma parcela da população vem empobrecendo progressivamente e enfrentando diariamente as consequências da precarização da vida. Esse processo impactou os direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais, com especial importância para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (REDE PENSSAN, 2022). Essa crise segue vulnerabilizando grande parte

da população, e no contexto da crise sanitária, o aumento das desigualdades, a elevada inflação – em especial dos alimentos, impactou diretamente o poder de compra dos mais vulnerabilizados, uma vez que quanto menor a renda maior a proporção destinada à alimentação (REDE PENSSAN, 2022).

Nesse debate é fundamental ressaltar que a segurança alimentar e nutricional (SAN) deve ser entendida enquanto direito de todos os cidadãos. Segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei 11.346/2006:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, Art.3).

Com o estabelecimento da LOSAN, também é reforçado que esse direito é guiado pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto pelo Art.25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948 (BURITY et al., 2010). Desse modo, a garantia do DHAA é considerada princípio fundamental para a efetivação da SAN no Brasil (BRASIL, 2006) e somente a partir da concretização desse direito é possível que a população exerça todos os demais direitos fundamentais (BURITY et al., 2010).

Nesse sentido, a fome, insegurança alimentar e nutricional, má nutrição e desnutrição são manifestações evidentes e imediatas da violação do DHAA (VALENTE et al., 2016). Para Daufenback; Coelho e Bógus (2021) as violações a esse direito e seu impacto na segurança alimentar e nutricional possuem ligação direta com o modo de organização e dinâmica intrínseca dos sistemas alimentares, visto que devido às crescentes alianças entre governos e setores industriais e agroexportadores os interesses do agronegócio são utilizados enquanto principal estratégia política no país. Esse aspecto pode ser identificado na medida em que houve perda do espaço destinado ao cultivo de produtos básicos e aumento de produtos destinados à exportação, pelas violações ao processo da reforma agrária, bem como pela desvalorização da agricultura familiar simultaneamente ao fortalecimento do setor do agronegócio e da indústria de alimentos, que são responsáveis pela produção de commodities (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021). Por sua vez, para Santos et al. (2018) a insegurança alimentar e nutricional além de ser uma violação de direitos humanos é expressão de problemas e fragilidades estruturais da sociedade, necessitando ser constantemente monitorado no que se refere aos determinantes de sua ocorrência (SANTOS et al., 2018).

Diante de tais constatações se faz necessário investigar as características que marcam o atual Regime Alimentar (MCMICHAEL, 2016) para refletir a respeito dos determinantes e das relações existentes responsáveis pela manutenção da insegurança alimentar e nutricional entre a população. O atual regime alimentar denominado como “Regime Alimentar Corporativo” é marcado pela mercantilização da alimentação, pelo livre comércio, pela hegemonia corporativa, pela forte influência do neoliberalismo e do capital transnacional, com agricultura e alimentos padronizados (MCMICHAEL, 2016).

Nesse regime os preços dos alimentos são subordinados às corporações que controlam o mercado, as transações comerciais e a demanda por matérias primas alimentares. Como resultado, tais corporações exercem forte influência nos hábitos alimentares da população (MCMICHAEL, 2000) uma vez que, passam a dar prioridade ao comércio internacional e não para produção de alimentos para a população (LIMA, 2018). Portanto, com o processo de financeirização a configuração dos sistemas econômicos atende, sobretudo, aos interesses financeiros, deixando de lado outros aspectos como, por exemplo, os de saúde pública ou de segurança alimentar e nutricional (DOWBOR, 2017).

Ao abordar o problema da insegurança alimentar e nutricional no país, é fundamental considerar que o risco de vivenciar a fome é associado à vulnerabilidade sociodemográfica. Dessa maneira, é importante destacar que a vulnerabilidade é definida e identificada em relação a um ou a um conjunto de riscos, que por sua vez pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência do perigo em determinado contexto geográfico e social (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006).

Vulnerabilidade é um conceito de caráter multifacetado que engloba múltiplas dimensões capazes de identificar situações ou fatores de vulnerabilidade de grupos sociais. Tais dimensões se referem a elementos relacionados às características sociodemográficas dos indivíduos, famílias ou grupo populacional, bem como, seus bens e meio social em que vivem (CUNHA et al., 2006). Diante do caráter multidimensional do conceito, outro aspecto fundamental da vulnerabilidade é permitir identificar a dinâmica de exposição ao risco, bem como estratégias de enfrentamento e resposta dados pelos indivíduos ou grupos sociais, que incorporam elementos materiais e também simbólicos do ambiente e da estrutura social (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006). Vale mencionar que nessa dissertação é fundamental a perspectiva da vulnerabilidade sociodemográfica, corrente de estudos que prioriza a integração entre os aspectos demográficos e sociais. Com isso, é dada ênfase às características específicas de determinado grupo populacional que os tornam vulneráveis, e, portanto, sujeitos ao risco.

A realização do DHAA só é possível caso inclua toda a população. Contudo, o Brasil segue marcado por iniquidades na saúde e alimentação, onde os efeitos negativos dessa desigualdade são mais intensos entre crianças, adolescentes, mulheres, beneficiários de programas de transferência de renda (PTR), povos indígenas, quilombolas e, sobretudo, entre os mais pobres e de raça/cor negra (SOUZA et al., 2021). A vulnerabilidade sociodemográfica associada ao risco de insegurança alimentar e nutricional presente entre população do Estado de São Paulo, se distribui de forma heterogênea de acordo com as especificidades de cada grupo populacional. Com isso, identificar os fatores sociodemográficos que tornam a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional desigual entre a população, ou seja, que permitem que o risco de vivenciar a fome seja diferente de acordo com distintas características populacionais fornece uma perspectiva para aprofundar o entendimento sobre os processos e dimensões que permeiam a permanência dessa vulnerabilidade.

A realidade brasileira é marcada por profundas desigualdades entre os grupos populacionais, crescente pobreza e exclusão social. O processo de aumento da insegurança alimentar no país descrito anteriormente ocorre sem o suporte adequado e efetivo do Estado, e é resultado de desigualdades sociais históricas, que resultam de processos econômicos e políticos com a destruição de instituições e políticas públicas que formavam a rede de proteção social (REDE PENSSAN, 2022). A vulnerabilidade à condição de insegurança alimentar e o risco de vivenciar a fome representam o descumprimento e violação aos direitos (CEPAL, 2002), sobretudo, ao DHAA apresentado anteriormente. Dessa maneira, o grave aumento dos níveis de insegurança alimentar e nutricional registrado (IBGE, 2020a; REDE PENSSAN, 2021; 2022), coloca-se enquanto questão urgente de ser debatido e solucionado.

Em um contexto de crise socioambiental, a questão alimentar deve ser analisada enquanto problemática multifatorial, para que seja viável a redução de impactos sobre as mudanças climáticas, para o cuidado com a saúde da população, para uma economia sustentável e para construção de relações sociais equitativas (REDE PENSSAN, 2022). Além disso, considerando a alimentação enquanto elemento central para a reprodução social e biológica de uma população, essa temática é um meio privilegiado para explicitar as condições de vida existentes em uma sociedade e para problematizar as relações sociais que permitem sua reprodução (RIBEIRO JR. et al., 2021).

Diante da amplitude, complexidade e multidimensionalidade da problemática apresentada, essa dissertação possui como objetivo analisar a relação entre vulnerabilidade sociodemográfica e o risco associado à insegurança alimentar e nutricional, tendo em vista as desigualdades intrínsecas e intensificadas pelo Regime Alimentar Corporativo (MCMICHAEL,

2016). Para construir uma análise na qual a IAN é analisada enquanto um problema político, histórico e estrutural e a alimentação como um direito, essa discussão é estruturada tendo como referencial teórico os debates sobre Regime Alimentar (MCMICHAEL, 2016) e a Segurança Alimentar e Nutricional enquanto um Direito Humano (BURITY et al., 2010; VALENTE et al., 2016). Ademais, o debate e análises críticas serão construídas tendo como aporte teórico as discussões sobre vulnerabilidade sociodemográfica (CEPAL, 2002; KAZTMAN et al., 1999).

Dessa maneira, a dissertação busca responder às seguintes perguntas de pesquisa: Quais grupos populacionais do Estado de São Paulo são vulneráveis ao risco da insegurança alimentar e nutricional entre 2013 e 2018? Quais são as características sociodemográficas desses grupos? A hipótese é que mulheres pretas e pardas são os grupos populacionais mais vulneráveis à IAN nesse período no Estado. A bibliografia (VALENTE, 2014; SANTOS et al., 2018; SOUZA et al., 2021; IBGE, 2020a) sobre o tema confirma que essa hipótese é verdadeira para o contexto nacional, dessa maneira, pretende-se realizar comparações com São Paulo e verificar se o mesmo fenômeno ocorre no Estado.

A pesquisa possui dois recortes espaciais, o Estado de São Paulo e Brasil. Por sua vez, o recorte temporal da dissertação é o período de 2013 até 2018. Ademais, serão apresentados dados sobre o fornecimento de refeições nos Restaurantes Populares “Bom Prato” no período de 2017 até 2021.

Vale mencionar que o recorte territorial se justifica por algumas especificidades do Estado. São Paulo concentra a maior riqueza do país (IBGE, 2020b), aspecto este que poderia conferir boas condições de SAN entre a população, o que torna interessante que comparações com o contexto nacional sejam realizadas, já que pesquisas (REDE PENSSAN, 2022) revelam que a segurança alimentar e nutricional não ocorre de forma homogênea entre as diferentes regiões do país.

Além disso, o Estado tem sido governado por mandatos consecutivos pelo mesmo partido político, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (RIBEIRO; BÓGUS, 2021). Com isso, São Paulo possui uma longa trajetória de governos com propostas neoliberais, já que a presença desse partido interferiu diretamente no modo como se conduziram e elaboraram as políticas públicas no Estado. (RIBEIRO; BÓGUS, 2021). Essa característica é fundamental para a SAN da população, já que como dito anteriormente o terceiro regime alimentar é marcado pela forte influência do neoliberalismo (MCMICHAEL, 2016), no qual a financeirização torna o alimento uma mercadoria negociável (MCMICHAEL, 2016). Diante dos aspectos apresentados, o recorte territorial selecionado é relevante, já que como dito anteriormente, SP é o Estado com o maior PIB, o que poderia garantir boas condições de SAN entre a população,

contudo, é marcado por governos neoliberais, que por sua vez, atende principalmente aos interesses financeiros. Com isso, certamente é importante investigar as consequências entre tais aspectos na evolução da SAN/IAN entre a população do Estado.

Por sua vez, o recorte temporal selecionado para realizar as análises marcou momento de transição nos índices de segurança alimentar e nutricional da população, sobretudo, devido às profundas mudanças socioeconômicas e políticas no país que ocorreram no período. Esse momento foi marcado pela redução de investimentos em política sociais e de SAN no país, além disso, outros aspectos relevantes foram a diminuição do percentual de pessoas vivendo com mais de um salário mínimo e aumento de pessoas vivendo em extrema pobreza (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021). Dessa maneira, certamente é necessário que trabalhos busquem aprofundar as análises sobre esse momento, a fim de ampliar o entendimento sobre os impactos, assim como, para elaborar estratégias de ação.

Os objetivos específicos da dissertação são: identificar a prevalência de segurança e níveis de insegurança alimentar e nutricional segundo características sociodemográficas da população e segundo características do domicílio; construir uma análise do atual Regime Alimentar; construir análise da segurança alimentar e nutricional à luz do atual Regime Alimentar; construir uma análise crítica sobre a situação de IAN sob a perspectiva dos debates sobre vulnerabilidade sociodemográfica.

Nesse trabalho o risco de vivenciar a fome associado à vulnerabilidade sociodemográfica, será explorado a partir da relação com variáveis sociodemográficas selecionadas, que por sua vez serão utilizadas enquanto forma para definir o risco de insegurança alimentar e nutricional entre a população. As variáveis selecionadas são: diferenciais entre áreas urbanas e rurais, renda, sexo, escolaridade, cor/raça, composição etária do domicílio, esgotamento sanitário, tipo de combustível utilizado no fogão, destino do lixo. A escolha metodológica de utilizar a perspectiva da vulnerabilidade sociodemográfica justifica-se, sobretudo, pela potencialidade de associar a abordagem demográfica e os estudos sobre segurança alimentar e nutricional, já que são poucos os trabalhos sob a perspectiva demográfica que buscam contribuir para os debates dessa problemática no país.

As fontes de dados utilizadas nessa dissertação são a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2020a) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 (IBGE, 2014). Diante da intensificação da insegurança alimentar e nutricional no país, conforme diversas pesquisas evidenciam (REDE PENSSAN, 2021; 2022), como estratégia para incluir informações mais recentes sobre o cenário brasileiro e com intuito de incluir na análise a perspectiva das estratégias adotadas pela população durante o período de

crise econômica e sanitária, serão utilizadas informações sobre os Restaurantes Populares “Bom Prato”. Essa fonte de informação indireta, de caráter qualitativo, será utilizada com intuito de investigar se houve aumento da procura por refeições nesses restaurantes por pessoas que convivem com o risco da fome.

Os fenômenos demográficos são intimamente influenciados por aspectos sociais e biológicos. A fecundidade e a mortalidade são exemplos de manifestações do caráter biológico dos fenômenos demográficos, entretanto, tais processos ocorrem de forma paralela e interdependente aos aspectos sociais. Portanto, diversas características da população irão influenciar tais variáveis demográficas, como por exemplo: as características e hábitos alimentares da população, os hábitos de higiene, as tecnologias médicas, o nível socioeconômico, dentre outras (LIVI-BACCI, 2007). Nesse sentido, é importante ressaltar que essa dissertação é construída sob a perspectiva demográfica, uma vez que trata de questões que influenciam a composição da população. Entretanto, tendo em vista a multidimensionalidade da questão alimentar, é fundamental a contribuição de outras áreas do conhecimento para que se possa construir uma análise adequada de um tema complexo. Com isso, devido ao caráter interdisciplinar da demografia, a pesquisa irá procurar construir um diálogo com outras áreas do conhecimento, como Nutrição e Saúde Pública.

É importante mencionar que esse trabalho é uma primeira abordagem que busca explorar a questão alimentar sob a perspectiva dos estudos demográficos. Sendo assim, essa dissertação pretende abrir tal agenda de pesquisa e contribuir para as discussões futuras que envolvam a relação desse tema e os debates comuns aos estudos populacionais. Dado a urgência e relevância da questão alimentar no Brasil e no mundo, é de extrema importância política e social que trabalhos sob a perspectiva demográfica se proponham a investigar a questão alimentar, mais especificamente a segurança alimentar e nutricional, a fim de contribuir para o entendimento e debates sobre o tema.

Dessa maneira, vale pontuar que como consequência do próprio trabalho de pesquisa, novas questões e problemáticas emergem dessa dissertação como agenda de pesquisa para trabalhos a serem desenvolvidos futuramente. Dentre as inúmeras questões a serem investigadas, exemplo de problemática imprescindível, é a relação entre segurança alimentar e nutricional e o processo de Transição Epidemiológica, buscando construir associação com os debates sobre o atual Regime Alimentar. Além disso, certamente é fundamental trabalhos que busquem explorar a relação entre consumo alimentar e segurança alimentar e nutricional em associação com aspectos sociodemográficos da população.

Além dessa breve introdução, essa dissertação é organizada em mais três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa através de uma análise bibliográfica sobre segurança alimentar e nutricional enquanto direito fundamental, sua conexão com a teoria dos Regimes Alimentares e a discussão sobre vulnerabilidade sociodemográfica.

No segundo capítulo são apresentadas as características gerais da população residente do Estado de São Paulo através de dados coletados pela Fundação SEADE, bem como os materiais e métodos utilizados. Com isso, é feita uma apresentação da POF e PNAD utilizadas nessa pesquisa, dando destaque para as variáveis selecionadas para responder à pergunta de pesquisa, assim como suas limitações e potencialidades. Por fim, os resultados são apresentados a partir de uma análise estatística descritiva de gráficos e tabelas.

Já no terceiro capítulo com intuito de apresentar dados atualizados que expressem de forma confiável o cenário da (in)segurança alimentar e nutricional no país, e buscando apresentar estratégias adotadas pela população vulnerável durante o período de aumento da IAN, são apresentados os Restaurantes Populares “Bom Prato” existentes na região estudada. Sendo assim, são explicitados dados sobre o número de refeições executadas, bem como o valor investido em cada unidade. Além disso, nesse capítulo é realizado um breve relato de uma visita exploratória em uma unidade do restaurante. Nesse capítulo, os dados são apresentados a partir de uma análise descritiva das informações apresentadas através de tabelas e gráficos. Vale ressaltar que essas informações foram retiradas dos relatórios de prestação e contas das unidades, fonte de informação indireta, de caráter qualitativo, que é utilizada com intuito de investigar se houve aumento da procura por refeições nesses restaurantes por pessoas que convivem com o risco da fome.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as principais conclusões sobre os estudos são debatidas retomando aspectos conceituais do campo teórico que sustenta a pesquisa e os resultados encontrados.

CAPÍTULO 1 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA

1.1 Segurança Alimentar e Nutricional

No Brasil em 2006 através da formulação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) foi construído democraticamente – uma vez que contou com intensa participação popular. O conceito permite uma visão abrangente, complexa e interdisciplinar, aspecto este que garante uma perspectiva integral das inter-relações entre as dimensões e componentes do fenômeno (KEPPLE, 2014).

Segurança alimentar e nutricional é um conceito em constante construção (BURITY et al., 2010), com isso, ao longo dos anos, seu entendimento passou por transformações. Atualmente no contexto brasileiro com o estabelecimento da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei 11.346/2006), o conceito adotado incorpora dimensões relacionadas à saúde, cultura, sustentabilidade ambiental, social e econômica, bem como aspectos relacionados à produção e acesso à alimentação (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012).

Dessa maneira, segundo a LOSAN segurança alimentar e nutricional diz respeito ao direito de todo cidadão – e não somente aos grupos mais vulneráveis à fome, ainda que estes sejam prioridade – a ter segurança em relação aos alimentos e alimentação, no que tange à dimensão da suficiência (proteção contra a fome e todas as formas de desnutrição), qualidade (proteção contra riscos associados à alimentação), e adequação (que seja social, ambiental e culturalmente adequados) (MALUF, 2007).

Vale mencionar que SAN é um objetivo estratégico e permanente de ações e políticas públicas, e sua efetivação envolve participação social através de órgãos do Estado, e ações por parte da sociedade civil (MALUF, 2007). Dessa forma, diante das características apresentadas anteriormente, para a promoção da SAN e para a garantia deste direito em sua totalidade, é preciso ações múltiplas e contínuas. As políticas públicas e ações no âmbito da SAN devem atuar de forma integrada e ampla, incluindo os diferentes determinantes da condição alimentar e nutricional dos grupos populacionais, ou seja, incorporando aspectos econômicos, psicossociais, políticos e culturais (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012).

A situação de segurança alimentar e nutricional ou, diante da violação desse direito, a condição de insegurança alimentar e nutricional (IAN) resultam de causas multidimensionais e complexas, que anunciam e são consequência de aspectos socioeconômicos, alimentares e

nutricionais. Essas condições se inter-relacionam com questões associadas à luta contra a fome, à pobreza e com as diferentes formas de desigualdade (ALBUQUERQUE, 2009). De acordo com Panigassi et al. (2008) a iniquidade na segurança alimentar se dá em acessos desiguais aos alimentos e à alimentação saudável. Tais condições são construídas socialmente e provocam impactos negativos no bem-estar e qualidade de vida da população. Nessa perspectiva, o estado nutricional dos indivíduos é a manifestação biológica de um conjunto complexo de processos que operam sobre o “corpo social”, sendo o reflexo das relações entre homem-natureza-alimento que se articulam dentro de cada sociedade (PINHEIRO; CARVALHO, 2010). Já segundo Santos et al. (2018) a insegurança alimentar e nutricional, além de ser uma violação de direitos humanos, é expressão de problemas e fragilidades estruturais da sociedade, necessitando ser constantemente monitorado no que se refere aos determinantes de sua ocorrência (SANTOS et al., 2018).

Como afirma Araújo et al. (2020) a IAN pode ser uma condição vivida no domicílio ou também individualmente, sendo provocada por múltiplos fatores inter-relacionados, dentre os quais merece destaque as desigualdades sociais e condições de vida. A IAN pode provocar a desnutrição como consequência de carências nutricionais, bem como fome e excesso de peso (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Portanto, é preciso abordar a má alimentação e nutrição como fenômeno capaz de provocar quadros nutricionais desiguais, como a coexistência da obesidade e desnutrição (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Embora seja inegável a importância dos aspectos físicos e biológicos presentes na SAN que impactam, por exemplo, os índices de mortalidade e morbidade, é fundamental destacar que a IAN não necessariamente se expressa apenas através de carências nutricionais, má alimentação e seus efeitos físicos e biológicos (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Existem evidências de consequências cognitivas, psicossociais independente de impactos nutricionais (KEPPLE, 2014).

Com isso, a situação de IAN pode afetar a saúde, por exemplo, por questões ligadas à exclusão social, perda de autoestima, estresse e sofrimento emocional (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Esse aspecto se justifica pelo fato de que a SAN é uma problemática que diz respeito à saúde e cidadania, independentemente das suas consequências físico-biológicas (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Portanto, é imprescindível considerar que o estado de SAN dos indivíduos depende de diversos fatores e são a expressão de condições associadas, já que além do próprio acesso ao alimento, inclui os hábitos alimentares, conhecimento nutricional, doenças infecciosas decorrentes da falta de acesso a saneamento básico (KEPPLE,

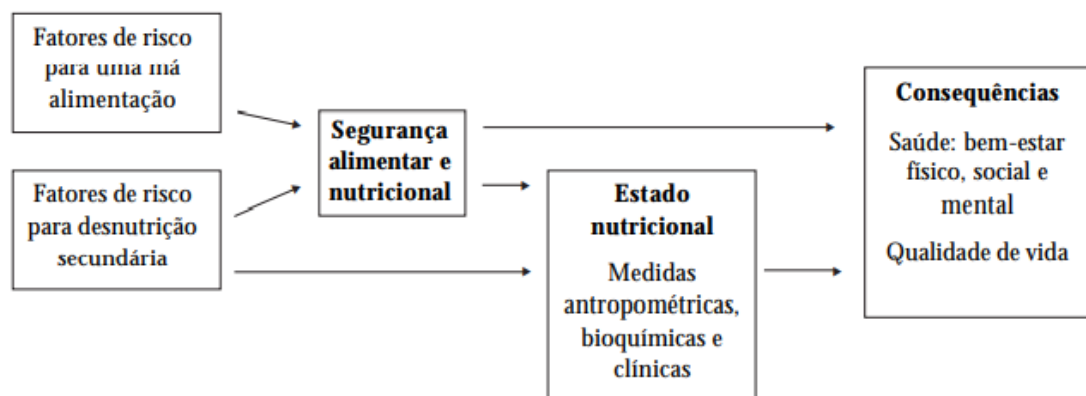
2014), escolaridade da mãe e seu tempo disponível para cuidar das crianças (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Ademais, chama atenção na definição brasileira que o aspecto nutricional é colocado conjuntamente ao conceito de segurança alimentar. A dimensão alimentar refere-se aos processos de disponibilidade, de produção e acesso, já a dimensão nutricional, incorpora as relações entre o homem e o alimento, no que corresponde à escolha, preparo, consumo e sua relação com a saúde e utilização biológica (BURITY et al., 2010).

De acordo com Maluf (2007) essa característica expressa a perspectiva intersetorial que distingue a construção do conceito, ao permitir interligar os dois enfoques principais que são a base do desenvolvimento dessa noção no país, que são o socioeconômico e o de saúde e nutrição. Ademais, o conceito adotado permite unir duas dimensões inseparáveis, que são a disponibilidade de alimentos e a qualidade (MALUF, 2007), o que ainda segundo o autor, “coloca em questão os modelos de produção e as referências de qualidade que se tornaram predominantes” (MALUF, 2007, p. 18).

Por sua vez, para Kepple (2014) tal característica do conceito de SAN permite identificar que as causas básicas dos dois fenômenos são as mesmas, ou seja, que são associados ao sistema alimentar desequilibrado que faz parte de um sistema econômico que favorece a desigualdade, a concentração da riqueza, a predominância do mercado e a negligência com meio ambiente. Além disso, Burlandy; Bocca e Mattos (2012) afirmam que ao incluir o aspecto nutricional na concepção da SAN, o conceito se distancia da concepção de segurança nacional, que buscava a autossuficiência produtiva de alimentos considerados estratégicos, que vigorou no contexto americano e europeu após a Segunda Guerra Mundial.

O modelo conceitual (Figura 1) desenvolvido por Campbell (1991) é utilizado para ilustrar as associações existentes na SAN, evidenciando a relação entre os fatores de risco e suas consequências, bem como a relação existente com o estado nutricional. Uma potencialidade do modelo é destacar que as decorrências físico-biológicas ligadas à SAN são consequências potenciais e não definitivas da SAN (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Em outros termos, o modelo evidencia que a IAN é consequência de um conjunto de determinantes que por sua vez, condiciona o surgimento de vários fatores que potencialmente afetam o bem-estar físico, mental e social das pessoas, com efeitos que podem ser tanto de natureza nutricional como não nutricional.

FIGURA 1 – Marco conceitual da SAN proposto por Campbell (1991)

Fonte: Campbell (1991).

1.2 Abordagens do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

A questão alimentar é multidimensional e é relacionada a interesses de diversos grupos políticos, ou seja, é uma problemática em disputa (BURITY et al., 2010). O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) está em constante construção uma vez que é alterado, reinterpretado e reconstruído acompanhando as transformações na organização social e nas relações de poder (MALUF, 2007). Segundo Maluf (2007) o entendimento do fenômeno é suscetível a diferentes abordagens e meios de efetivação, por isso, dificilmente terá uma compreensão única. Ainda segundo o autor, a disputa e a multiplicidade de abordagens envolvem governos, organismos internacionais, representantes de setores produtivos, sociedade civil, movimentos sociais, dentre outros.

Nesse debate é importante pontuar que a construção do entendimento da questão alimentar e o desenvolvimento do conceito de SAN são intimamente associados às abordagens do problema da fome no mundo. De forma semelhante ao conceito de SAN, a fome é entendida e discutida a partir de distintas perspectivas e consequentemente é tratada sob diferentes denominações. Exemplo do desenvolvimento do entendimento da fome se dá a partir da obra de Castro (2008) que marcou uma mudança na perspectiva do debate, passando a associar a fome com as bases estruturais e históricas do fenômeno e não a partir fenômenos externos e naturais como defendiam abordagens anteriores sobre o problema (CASTRO, 2008).

As distintas concepções da questão alimentar provocaram diferentes estratégias por parte dos Estados e sociedade civil, que através de aparatos institucionais organizaram a ação estatal e marcaram o processo político em cada período histórico. Ao analisar o desenvolvimento das políticas adotadas são evidentes descontinuidades e rupturas presentes

entre os diferentes modos de entendimento da questão (BURDANDY et al., 2012). Assim sendo, é notório que:

O próprio significado de risco, ou ameaça à segurança, assume uma dada conotação dependendo do contexto e, portanto, a concepção de segurança alimentar que se constrói nesses processos deve ser compreendida como parte dos discursos geopolíticos mais amplos (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012, p. 13).

De acordo com Custódio et al. (2011), o conceito de segurança alimentar tem origem na Europa no início do século XX. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo era utilizado para referir-se à capacidade dos países em produzir a própria alimentação a fim de evitar vulnerabilidades, como embargos ou boicotes, devido a razões políticas ou militares (BURITY et al., 2010). Portanto, nesse contexto a segurança alimentar é associada às questões ligadas à segurança nacional, adquirindo uma visão estratégica nos projetos de desenvolvimento nacional de determinados países (RIGON; BÓGUS, 2016).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a segurança alimentar era tratada enquanto uma questão ligada à disponibilidade insuficiente de alimentos, como resultado da produção deficitária de alimentos nos países pobres (BURITY et al., 2010; RIGON; BÓGUS, 2016). No contexto europeu e norte americano, foram adotadas estratégias como subsídios agrícolas e diferentes formas de transferência de renda para agricultores (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012). Outra estratégia adotada para aumentar a produtividade de alimentos foi a utilização de variedades genéticas e insumos químicos característicos da chamada Revolução Verde (BURITY et al., 2010). Diante de tal cenário, governos, órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e empresas de tecnologias do setor agropecuário justificaram a introdução de tecnologias de modernização da agricultura em países do Hemisfério Sul (RIGON; BÓGUS, 2016).

Durante a década de 1970 com a Conferência Mundial de Alimentação em 1974, o foco da segurança alimentar estava em questões relacionadas à regularidade do abastecimento e oferta de alimentos ligada ao aumento da produção, com o foco da problemática sendo o produto e não a dimensão do direito humano (BURITY et al., 2010). Ou seja, o foco permanece sendo a garantia de uma produção intensiva de alimentos, para que se mantivessem os estoques de gêneros alimentícios (RIGON; BÓGUS, 2016). Com isso, nesse momento, houve a intensificação da Revolução Verde, e no contexto brasileiro houve grande impulso na produção de soja no país (BURITY et al., 2010). Segundo Burity e colaboradores (2010), nesse período houve aumento da produção, contudo, de forma semelhante houve o aumento do número de famintos, uma vez que o aumento da produção não implicou o aumento da garantia de acesso.

Já durante a década de 1980 com o aumento da produtividade e queda dos preços, os excedentes da produção passaram a ser colocados no mercado na forma de alimentos industrializados (BURITY et al., 2010). Nesse momento, as causas da IAN eram vistas como consequência da falta de acesso físico e econômico, como resultado da pobreza e falta de recursos.

Por sua vez, no início da década de 1990 o conceito passou a incorporar a noção do acesso a alimentos seguros, considerando a contaminação biológica ou química, segurança em relação à qualidade e sustentabilidade social e da produção. Foi nesse momento em que os aspectos nutricional e sanitário foram incorporados ao conceito (BURITY et al., 2010). Ainda na década de 1990, houve a reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, com isso, a SAN passa a ser entendida enquanto estratégia para a garantia desse direito.

Vale pontuar que o termo passou a adquirir uma perspectiva internacional a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da FAO (CUSTÓDIO et al., 2011), agência especializada da ONU que foi criada a fim de combater a fome e à pobreza a partir de ações internacionais (BURITY et al., 2010). A abordagem inicial apresentada pela FAO, tinha um enfoque produtivista para lidar com a questão da escassez, o que levou ao desenvolvimento de tecnologias para ampliar a produção e intervenções de ajuda alimentar. Posteriormente, a FAO incorporou as dimensões socioeconômicas e culturais em sua concepção (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012). Durante a década de 1990, nota-se a existência de paradoxos nas orientações da FAO sobre os debates em relação à segurança alimentar. Esse cenário se configura na medida em que se observou o avanço do processo neoliberal, que com as estratégias para articulação da globalização da economia, tiveram impacto direto a destruturação dos sistemas produtivos nacionais, em especial nos países do Hemisfério Sul (RIGON; BÓGUS, 2016). Nesse contexto, apesar das consequências mencionadas a FAO defendia a ideia de que mercado internacional seria o agente responsável por solucionar as necessidades alimentares (MALUF, 2007).

Atualmente vem sendo debatida a inclusão de outras dimensões ao conceito, como por exemplo a noção de soberania alimentar. Segundo Burity e colaboradores (2010), o termo soberania alimentar defende “o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura” (BURITY et al., 2010, p. 13). Custódio e colaboradores (2011) complementam afirmando que a noção de soberania alimentar se coloca contra a lógica do capital, que por sua vez impõe o que e como produzir à produção

agropecuária dos países em desenvolvimento, que é direcionado para os que têm dinheiro e não para quem tem fome.

Diante do reconhecimento da insegurança alimentar e nutricional em contextos com disponibilidade de alimentos, novas abordagens foram elaboradas, passando a incorporar aspectos como as desigualdades de acesso, concentração da comercialização em redes de supermercado, industrialização dos sistemas alimentares, transgenia, questões de saúde, dentre outros (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012). Ademais, nota-se que com a evolução do conceito, SAN deixou de ser entendida em relação à nação e passou para o campo do direito dos cidadãos e dever do Estado, dessa maneira, o risco decorrente da IAN, deixa de ser visto em relação à segurança da nação e, passa a ser tratado como ameaça à vida das pessoas (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012).

Atualmente, a amplitude do conceito brasileiro representa uma potencialidade ao permitir uma visão integrada das dimensões que compõem tal fenômeno, bem como um desafio para a quantificação e monitoramento. Nesse sentido, a identificação da condição de segurança alimentar e nutricional ou dos níveis de insegurança alimentar e nutricional demanda o uso de forma integrada de múltiplos indicadores que incluam suas dimensões sociais, psicológicas, condições e qualidade de vida (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

1.3 Dimensões analíticas da Segurança Alimentar e Nutricional

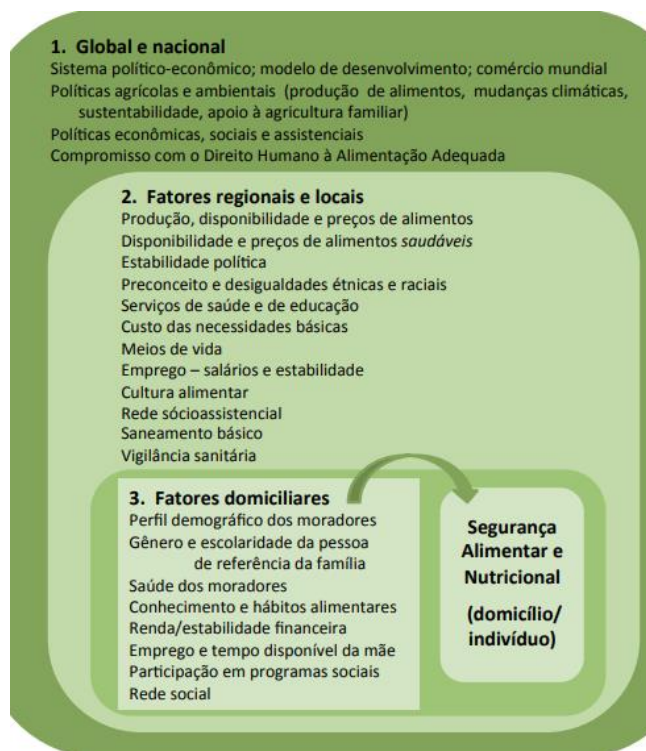
A identificação e mensuração da SAN possuem múltiplas dimensões como consequência das diferentes perspectivas e propostas de uso. Segundo FAO (2011) a SAN possui quatro dimensões analíticas: a disponibilidade do alimento, o acesso ao alimento, a utilização dos alimentos e dos nutrientes, e a estabilidade, que é uma dimensão transversal às outras três (FAO, 2011). Quando alguma das dimensões apresentadas anteriormente é violada, configura-se uma situação de insegurança alimentar (IA).

Segundo Gross (2000) a dimensão da disponibilidade refere-se à garantia de alimentos suficientes, que envolve aspectos como a produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos. A dimensão do acesso diz respeito ao acesso físico e econômico a alimentos para todas as pessoas do domicílio, e engloba questões como o preço dos alimentos e outros bens de consumo. Por sua vez, a dimensão da utilização compreende a ingestão de dietas seguras, com isso, abrangendo as condições de saneamento básico, saúde da população e a segurança microbiológica e química dos alimentos. Por fim, a estabilidade indica a dimensão temporal das dimensões físicas da SAN apresentadas, ou seja, a frequência da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos (GROSS, 2000).

Segundo Maluf (2007), no que se refere à questão do acesso, é importante frisar que essa dimensão não se encerra apenas no comer regularmente, é preciso comer de forma adequada alimentos de qualidade e de forma que respeite as especificidades culturais de cada grupo populacional. Além disso, nessa dimensão para que se atinja a SAN, é preciso que os custos com alimentação não comprometam a maior parte da renda familiar e impeça os indivíduos de ter acesso aos demais componentes de uma vida digna, como educação, habitação e saúde. Por sua vez, a disponibilidade de alimentos inclui aspectos da produção, comercialização e consumo dos alimentos, em relação a aspectos sociais, culturais e ambientais presentes nesses processos (MALUF, 2007). Em outros termos, para que a dimensão da disponibilidade da SAN seja efetivada, é preciso que a produção, bem como comercialização sejam adequadas do ponto de vista ambiental, social e cultural.

Ademais, é fundamental considerar que as dimensões físicas da SAN possuem determinantes em nível macro socioeconômicos que se refere ao global e nacional; nível meso referente ao regional e local, e por fim, nível micro que diz respeito ao domicílio e/ ou indivíduo (GROSS, 2000). Kepple e Segall-Corrêa (2011) criaram um modelo conceitual (Figura 2) a fim de apresentar os determinantes associados à SAN. Segundo esse modelo, os determinantes são múltiplos e intersetoriais presentes em três níveis integrados, onde os determinantes de um nível afetam os do próximo (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Dessa maneira, a insegurança alimentar e nutricional domiciliar e individual é consequência de um conjunto de determinantes dos níveis global, nacional, regional, local, assim como fator determinante de várias consequências para o bem-estar físico, mental e social das pessoas (KEPPLE, 2014).

FIGURA 2 – Modelo conceitual SAN proposto por Kepple e Segall-Corrêa (2011)



Fonte: Kepple e Segall-Corrêa (2011).

Os indicadores de produção e disponibilidade englobam fatores como consumo interno de diversos produtos agropecuários, indicadores referentes à soberania alimentar e sistemas sustentáveis de produção como participação da agricultura familiar, tanto em relação à ocupação da terra quanto à produção de alimentos. Já o indicador de acesso a SAN é composto e indireto, sendo calculado com base em três parâmetros: disponibilidade de energia alimentar per capita, estimativa da distribuição, na população, de acesso aos alimentos e estimativa de necessidades energéticas da população por faixa etária (KEPPLE, 2014). Outro indicador fundamental utilizado nessa dimensão é a proporção do orçamento domiciliar total gasto em alimentos por quintil de renda da população, dado que a renda é um fator determinante da situação de segurança alimentar. Entretanto, indicadores como renda per capita e índice percentual de extrema pobreza, que constam no Sistema de Monitoramento de SAN no Brasil, não constam entre indicadores de SAN em âmbito internacional (KEPPLE, 2014). Já em relação à dimensão da utilização dos alimentos, os indicadores utilizados no Brasil buscam identificar a porcentagem da população com acesso à água potável, saneamento básico e serviços de saúde.

1.4 Indicadores para monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional

A segurança alimentar e nutricional é presente no cotidiano da população enquanto fenômeno social da alimentação humana e atravessa diferentes disciplinas e áreas do conhecimento (FREITAS; PENA, 2007). Diante da complexidade e amplitude das dimensões e níveis da SAN, é evidente a necessidade da contribuição de diversas áreas do conhecimento, bem como a utilização de diferentes indicadores para seu monitoramento que refletem diferentes perspectivas e propósitos de uso (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008). Portanto, para uma análise adequada, é fundamental uma abordagem interdisciplinar, que inclua aspectos biológicos, bem como sociais (GROSS, 2000). Nesse sentido, de acordo com Freitas e Pena (2007) “a transdisciplinaridade não é um produto acabado, mas, antes, um processo dinâmico que conjuga e liga saberes e leituras em campos específicos e contextualizados para uma compreensão total” (FREITAS; PENA, 2007, p. 73).

A forma de monitorar e conceitualizar a SAN variam de acordo com a localidade e com a perspectiva política (KEPPLE, 2014). No Brasil, o monitoramento de SAN é feito com intuito de subsidiar as políticas e programas, utilizando indicadores usados internacionalmente, bem como outros específicos para a realidade brasileira.

Existem diversos indicadores, diretos e indiretos, que buscam monitorar a SAN e identificar populações que estejam em insegurança alimentar e nutricional. Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) apresentam cinco métodos frequentemente utilizados para esse fim, como por exemplo, o aplicado pela FAO que utiliza um indicador de medida de disponibilidade calórica média diária per capita para medir grau de vulnerabilidade à carência alimentar dos diferentes países (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Todavia, é um indicador que não permite identificar populações específicas sob risco de insegurança alimentar e nutricional (IAN), sendo mais indicado para comparações entre países ou para análise histórica da disponibilidade de alimentos em um mesmo país (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Os outros indicadores apresentados pelas autoras são: cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar, cálculo do consumo alimentar, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos, antropometria, e por fim, escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, como por exemplo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

No Brasil foi desenvolvida a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), adaptada da *U.S. Household Food Security Survey Module* e adequada para o contexto brasileiro em 2004 (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Diferentemente dos indicadores indiretos, a EBIA é uma escala direta que permite avaliar e diagnosticar as tendências de

segurança e insegurança alimentar e nutricional leve, moderada e grave no país e entre diferentes subpopulações em nível domiciliar (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Essa escala possui como vantagem permitir a mensuração do fenômeno diretamente pela experiência vivenciada e percebida de IAN, com isso, capta não somente a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também as dificuldades no âmbito psicossocial ¹da IAN (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008). Nesse sentido, tendo alta confiabilidade a EBIA busca quantificar um fenômeno social, e permite incluir em seu cálculo os aspectos subjetivos presentes, dado que contempla a mensuração da dificuldade de acesso familiar aos alimentos, mas também as dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar e nutricional (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A EBIA é construída a partir da quantidade de respostas afirmativas dadas a 14 perguntas que compõem o questionário, ou 8 perguntas em domicílios sem moradores menores de 18 anos (RIBEIRO JR. et al., 2021). É utilizada, por exemplo, como ferramenta em diversas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e na última edição da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Ao abordar os indicadores de monitoramento da SAN, é importante destacar que pesquisas que foram utilizadas como base para o desenvolvimento da Escala de Segurança alimentar e Domiciliar dos Estados Unidos, a *U.S. Household Food Security Survey Module*, – como mencionado anteriormente foi utilizada de referência para a elaboração da EBIA – revelam a partir de suas experiências que a fome não é vivida como uma situação repentina, mas sim, enquanto processo que possui etapas com distintas intensidades (RIBEIRO JR. et al., 2021). Nesse sentido, diante de sinais de uma possível ausência de alimentos ou recursos, os indivíduos criam estratégias de como manejar a fome, o que revela que antes da ausência e impossibilidade total de acesso, as pessoas já experienciam sensações físicas e psíquicas provocadas pela privação de alimentos, e para lidar com a situação transformaram sua relação com os alimentos (RIBEIRO JR., 2021).

Todavia, no processo da criação da escala americana, o termo “fome” foi substituído pelo termo “(in)segurança alimentar”, desse modo, a fome passa a ser entendida somente com um nível grave de IAN. Nesse sentido, esse movimento representou um

¹ Como mencionado anteriormente, a SAN é uma problemática que diz respeito à saúde e cidadania, independentemente das suas consequências físico-biológicas (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

eufemismo para a fome (RIBEIRO JR., 2021). Por isso, é evidente a necessidade de uma visão crítica ao interpretar e utilizar dados construídos a partir da EBIA.

1.5 Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada

Diante da multidimensionalidade e amplitude do debate, é importante destacar que o presente trabalho possui como objetivo explorar a SAN enquanto Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto pelo Art.25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948 (BURITY et al., 2010).

A realização desse direito é parte de diversos tratados e documentos internacionais e instrumentos legais do Estado brasileiro (BURITY et al., 2010). O DHAA² de acordo com as Nações Unidas tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional para os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 – mas que passou a vigorar somente em 1976 após atingir número necessário de signatários (CUSTODIO et al., 2011).

Os direitos humanos são um conjunto de princípios e direitos inerentes a todos seres humanos que devem ser promovidos, protegidos e garantidos (VALENTE, 2014). Esses direitos são inalienáveis, universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, de forma que devem assegurar o direito de todos os seres humanos a uma vida digna (BURITY et al., 2010). São construções resultantes de lutas de diversos grupos sociais e foram instituídos a fim de evitar e regular possíveis abusos de poder por parte do Estado e demais instituições de poder. São utilizados como guia para elaboração, implementação, e fiscalização de políticas públicas, com objetivo de reduzir desigualdades e responsabilizar os Estados por suas ações (VALENTE, 2014).

Aprofundar tal análise e dar destaque para essa perspectiva se faz necessário diante das constantes violações aos direitos e da profunda desigualdade social, visíveis com o aumento da pobreza e da fome no país. A fome, a insegurança alimentar e nutricional, a má nutrição e a desnutrição são manifestações evidentes e imediatas da violação do DHAA (VALENTE et al., 2016). Além disso, refletem a violação dos direitos elementares dos seres humanos, como o de estar vivo, sem doença, de estar bem nutrido, assim como de ter a garantia ao direito e respeito próprio e o de ser respeitado como cidadão (VALENTE, 2002), uma vez que as normas internacionais e as leis nacionais, reconhecem o DHAA e o direito humano de estar livre da

² Para mais detalhes sobre a evolução histórica e marcos para os Direitos Humanos, mais especificamente para o DHAA, ver Burity et al. (2010).

fome, como pré-requisito para a realização de todos os outros direitos humanos (MALUF, 2007). Nesse debate, vale ressaltar que qualquer ação ou omissão que comprometa ou até mesmo ameace a produção e consumo de alimentos saudáveis e que não sejam guiados com os princípios dos direitos humanos, se enquadra enquanto uma violação a esse direito (VALENTE et al., 2016).

Nesse sentido, o DHAA é parte de um amplo conjunto de outros direitos inerentes aos seres humanos, que institui o direito de todos os seres humanos de se alimentar de forma adequada, saudável e condizente com seus hábitos culturais (PINHEIRO; CARVALHO, 2010). A interrelação existente entre os direitos humanos aponta para a necessidade de ações e políticas públicas que busquem a realização desses direitos de forma articulada. Sendo assim, através de políticas de SAN, de forma integrada a outros programas e políticas públicas, que devem ser regidos por valores condizentes com os direitos humanos, o DHAA deve ser respeitado, protegido e promovido (BURITY et al., 2010). Em outros termos, a garantia da SAN assegura a efetivação do DHAA, e a concretização desse direito permite que a população exerça todos os demais direitos fundamentais (BURITY et al., 2010).

O DHAA possui duas dimensões fundamentais indivisíveis: o direito de estar livre da fome e da má nutrição, e o direito à alimentação adequada (BURITY et al., 2010). Burity e colaboradores (2010) apontam que o DHAA não deve ser interpretado de um sentido estrito ou restritivo, ou seja, que interpretem esse direito como a necessidade de atender as demandas alimentares no ponto de vista energético. Muito pelo contrário, a alimentação deve ser compreendida como “processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã” (BURITY et al., 2010, p. 16).

Ao estabelecer o marco legal do DHAA, é instituído que é dever do Estado garantir esse direito a todos os cidadãos, desse modo, segundo Albuquerque “o Estado deve respeitar, proteger o DHAA e também promover/facilitar políticas e programas públicos, recursos e meios que garantam o DHAA para todos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 898).

O DHAA é extremamente abrangente e possui múltiplas dimensões, consequentemente, as ações para a garantia desse direito são diversas, não se restringindo somente ao provimento de alimentos (ALBUQUERQUE, 2009). De acordo com Burity e colaboradores (2010), cada grupo social, cada localidade e tempo histórico demandam ações específicas para a garantia desse direito. Nesse sentido, dentre possíveis exemplos, algumas ações nessa direção são: o direito à alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem contaminantes e agrotóxicos. Ademais, inclui o direito de acesso a informações científicas, regulamentação de propagandas e publicidades, o respeito a hábitos culturais.

Engloba também o direito ao acesso a recursos produtivos, financeiros, físicos e materiais para alimentação. Por fim, também faz parte desse direito a reforma agrária, políticas de abastecimento, vigilância sanitária, abastecimento de água e saneamento básico, alimentação escolar, viabilidade de praticar o aleitamento materno, dentre inúmeros outros (BURITY et al., 2010).

Como mencionado anteriormente, o significado e amplitude do direito à alimentação está em constante disputa (BURITY et al., 2010; VALENTE, 2014). A interpretação desse direito, ao longo da história, avançou a partir do fortalecimento dos instrumentos do sistema de direitos humanos, com as respostas por parte do Estado as demandas da sociedade civil, e também, a partir da incorporação da perspectiva de movimentos sociais, como por exemplo, dos direitos das mulheres (VALENTE, 2014). Nesse sentido, a implementação, bem como a efetivação de políticas e ações que tenham como diretriz a realização dos direitos humanos, está em constante risco. Os desafios existentes são crescentes na medida em que o poder político e econômico dos atores que regem o sistema alimentar global agroindustrial se torna cada vez maior, gerando consequências negativas ao dificultar o acesso a recursos, renda, ao facilitar a volatilidade dos preços dos alimentos, contaminação da água e alimentos, incentivo ao consumo de ultraprocessados, dentre inúmeros outros aspectos (VALENTE, 2014).

1.6 Políticas e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Ao analisar a questão alimentar no Brasil é fundamental considerar a trajetória das políticas públicas e ações relacionadas à alimentação no país. Desse modo, diante da complexidade e diversidade de ações, políticas e conferências que marcaram a história da política alimentar, nessa seção serão apresentados brevemente alguns marcos no desenvolvimento político da questão e que são centrais para compreensão da trajetória percorrida.

No Brasil a alimentação é definida como um direito social incorporado na Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 64/2010 (BRASIL, 2010). Nesse debate, também merece destaque a Lei nº 11.346, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, no dia 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006). Esta lei institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006), que possui como função formular, instituir e monitorar políticas públicas e planos de SAN no país, promovendo a

integração entre governo e sociedade civil visando a garantia do DHAA. Essa lei prevê que o SISAN funcione de forma integrada, por meio de um conjunto de órgãos públicos e instituições privadas relacionadas à SAN, seguindo princípios e diretrizes específicas (CUSTÓDIO et al., 2011).

A LOSAN representa um marco ao estabelecer a alimentação adequada como direito humano, e ao considerar a garantia desse direito como princípio fundamental para a efetivação da SAN no Brasil (BRASIL, 2006). De acordo com ao Art. 2º da LOSAN:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006, Art. 2º).

O Brasil possui uma longa trajetória na criação e implementação de programas sociais e políticas públicas com foco na questão alimentar (CUSTÓDIO et al., 2011). Contudo, vale mencionar, que ao longo da história as ações de enfrentamento ao problema da fome no país, bem como as políticas públicas relacionadas à alimentação tiveram diferentes abordagens³ (RIGON; BÓGUS, 2016).

Durante os anos 1970 ganha destaque a institucionalização de diferentes órgãos do governo brasileiro ligados à temática da alimentação. Por exemplo, a criação em 1972 do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) que tinha como objetivo auxiliar o governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição. Além disso, merece destaque a institucionalização em 1976 do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), que inaugurou uma nova perspectiva do problema alimentar no país (RIGON; BÓGUS, 2016), ou seja, o problema alimentar e nutricional passa a ter uma concepção mais globalista e intersetorial em relação aos programas anteriores (RIGON; BÓGUS, 2016).

Por sua vez, a década de 1980 foi um período de poucos avanços nessa área, mantendo-se somente práticas de suplementação alimentar aos grupos vulneráveis (RIGON; BÓGUS, 2016). Entretanto, ganha destaque nesse momento de abertura democrática a aprovação da Constituição Cidadã de 1988, que prioriza o cumprimento dos direitos sociais (RIGON; BÓGUS, 2016).

Ao abordar tais questões, é essencial mencionar a constituição em 1993 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), espaço de atuação da sociedade civil

³ Diante da longa trajetória na criação e implementação de tais políticas, não está no escopo dessa dissertação apresentar de forma aprofundada tal desenvolvimento. Para mais detalhes, ver o trabalho de autores como (RIGON; BÓGUS, 2016).

de forma articulada com o governo, a fim de realizar o controle social, propor políticas e estratégias em relação à questão alimentar (RIGON; BÓGUS, 2016). O CONSEA teve papel essencial na articulação de ações e elaboração de estratégias, todavia, foi extinto em 1995 pelo governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso (RIGON; BÓGUS, 2016).

Em 1996, momento influenciado pelo processo de privatização das instituições públicas, ocorreu a extinção do INAN, (ARRUDA; ARRUDA, 2011). Nesse contexto, ganha destaque a criação por parte da sociedade civil do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) em 1988 (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Por sua vez, em 1999 ocorre a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que passa a representar um marco para as áreas da saúde e de segurança alimentar e nutricional no país, visto que manteve a questão alimentar na agenda de governo (ARRUDA; ARRUDA, 2011).

Ademais, nesse momento, outro programa social que marcou a trajetória das ações ligadas à alimentação no país foi o Programa Fome Zero, criado pelo Instituto da Cidadania ao longo dos anos 1990. O projeto foi lançado no início de 2003 enquanto prioridade do Governo Lula (CUSTÓDIO et al., 2011) e teve como principal objetivo assegurar o DHAA através de políticas estruturais para o enfrentamento dos determinantes socioeconômicos da pobreza e da fome no país (RIGON; BÓGUS, 2016). O programa incorporou em seus objetivos, diversas vertentes que compõem o Direito Humano à Alimentação Adequada, desse modo, para a efetivação do programa houve a integração de 120 ações e programas intersetoriais desenvolvidos por doze ministérios (RIGON; BÓGUS, 2016).

O Fome Zero foi organizado em torno de quatro eixos estratégicos. O primeiro tinha como foco o acesso aos alimentos, com isso, envolvia programas e ações de transferência de renda (como Bolsa Família), alimentação (como a instalação de Restaurantes Populares), acesso à informação e educação. O segundo eixo, era ligado ao fortalecimento da agricultura familiar, através de ações para geração de renda no campo, dentre outras ações. O terceiro eixo tinha como foco a geração de renda, que foi impulsionada pelo incentivo à economia solidária, e ações de qualificação da população de baixa renda. Por fim, o quarto eixo, possuía como foco a articulação, mobilização e controle social (CUSTÓDIO et al., 2011).

Com a criação do Fome Zero, foi reinstalado o CONSEA a fim de permitir a construção de uma política abrangente que incluísse os diversos aspectos relacionados à SAN (CUSTÓDIO et al., 2011). Entretanto, em 2019 o presidente Jair Bolsonaro no primeiro dia de seu mandato, editou a Medida Provisória nº 870 que, novamente extinguiu o CONSEA

(BRASIL, 2019), com isso, marcando um processo de desmonte de políticas públicas voltadas à soberania e segurança alimentar e nutricional no país (BRASIL, 2019).

Outras políticas públicas e ações ligadas à alimentação no Brasil que merecem destaque são: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (CUSTÓDIO et al., 2011), dentre outros⁴. Como pontua Custódio et al. (2011), a descontinuidade e desarticulação entre os diversos programas e políticas públicas no campo da alimentação descaracterizam esta experiência como uma política pública coerente e sistemática. De forma semelhante, Pinheiro e Carvalho (2010) afirmam que a desarticulação dos projetos e políticas confirmam que a integração e abordagem intersetorial não estão sendo respeitadas no planejamento público.

Por fim, parte fundamental da análise do DHAA e SAN é considerar que a insegurança alimentar e nutricional, pobreza, miséria e a fome não são distribuídas no espaço e entre a população ao acaso. Longe disso, a permanência dessas violações faz parte de um projeto político, econômico e social, sendo fruto de decisões políticas e de uma construção histórica resultante da relação entre interesses da elite agrário-exportadora e classe política (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021). Nesse sentido, as carências e privações sociais são múltiplas, contudo, são mais dependentes das desigualdades estruturais que se perpetuam ao longo do tempo das sociedades, do que em relação a aspectos individuais da população (DRACHLER et al., 2003). Por isso, o debate em relação ao problema da fome necessita de uma abordagem transversal, ou seja, que seja baseado na compreensão das questões estruturantes que provocam a insegurança alimentar e nutricional (RIGON; BÓGUS, 2016).

No Brasil essa problemática é tratada através de diferentes perspectivas, que demonstram o determinismo histórico-estrutural diante do modelo de desenvolvimento econômico e social do país (PINHEIRO; CARVALHO, 2010). Nesse debate, é fundamental mencionar Josué de Castro em “Geografia da Fome” trabalho pioneiro de 1946, no qual revelou que a fome, má alimentação e nutrição não são fenômenos naturais, mas sim, sociais, fruto do modelo de desenvolvimento econômico e social do país, e, portanto, que demandam ações sociais e coletivas. Nesse sentido, o autor afirma que tanto a fome como a saúde, por serem problemas de ordem socioeconômica, não se distribuem de forma uniforme no espaço (CASTRO, 2008).

⁴ Para mais detalhes sobre o desenvolvimento e trajetória das políticas relacionadas à alimentação no Brasil, ver o trabalho de autores como: (KEPPLE, 2014; RIGON; BOGUS, 2016; CUSTÓDIO et al., 2011).

A obra de Castro (2008) é central no debate nacional e internacional ao mudar a perspectiva do debate, passando a associar a fome com as bases estruturais e históricas do fenômeno, sobretudo, abordando a questão a partir de uma definição mais ampla, ou seja, enquanto um fenômeno biológico de causas sociais. Em outros termos, a fome passa a ser analisada enquanto fenômeno produzido socialmente e politicamente através de decisões políticas e ações dos homens que não permitem que parte da população tenha acesso aos alimentos, dessa maneira, a fome não é gerada por fenômenos externos e naturais como defendiam abordagens anteriores sobre o problema (CASTRO, 2008).

1.7 Sistema Alimentar

As violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada e seu impacto na segurança alimentar e nutricional possui ligação direta com o modo de organização e dinâmica intrínseca dos sistemas alimentares, já que atualmente os interesses do agronegócio são utilizados enquanto principal estratégia política (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021). Esse aspecto pode ser identificado na medida em que as políticas de SAN, que incluíam a dimensão agrária ou o incentivo à produção de alimentos da agricultura familiar foram sistematicamente desfavorecidas simultaneamente ao fortalecimento do setor do agronegócio e da indústria de alimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021).

Nesse sentido, Pinheiro e Carvalho (2010) apontam que as manifestações biológicas da fome, obesidade ou má nutrição, são consequências do modelo de desenvolvimento social que privilegia o capital em relação ao bem-estar social. Já Maluf e Burlandy (2022) pontuam que as tendências em curso nos sistemas alimentares contribuem para a formação de problemas de saúde e bem-estar entre a população, que se expressam no aumento das condições de insegurança alimentar e nutricional e fome, bem como obesidade, aumento de doenças crônicas, degradação ambiental e desrespeito a práticas culturais. De forma semelhante, Branca (2020) e colaboradores defendem que um aspecto comum como causa da IAN é a falência dos sistemas alimentares em garantir uma alimentação adequada, acessível e sustentável.

De acordo com Maluf (2007) o processo de desenvolvimento econômico é relacionado às questões alimentares por aspectos de ordem ética, econômica e política, o que resulta em consequências diretas no padrão de equidade social. Portanto, segundo o autor, a forma como cada Estado articula os componentes da questão alimentar, pode contribuir, bem como dificultar que tais processos resultem em equidade e melhorias na qualidade de vida da população. O autor afirma que para a promoção da SAN é preciso que as políticas públicas

ligadas à alimentação e ao alimento se sobreponham à lógica mercantil estrita, ou seja, que não se restrinjam à regulação privada, mas que sejam guiadas pela perspectiva do DHAA.

Dessa maneira, diante dos elementos apresentados anteriormente se faz necessário compreender os principais aspectos que caracterizam os sistemas alimentares. Para Burlandy e colaboradores (2006) sistemas alimentares são formados por conjuntos complexos constituídos por fluxos de interdependência entre os diferentes componentes que os configuram, sendo coordenados por mecanismos públicos e privados. O desenvolvimento dos sistemas é marcado por complementaridade, conflitos e contradições em seus processos. Ademais, tais componentes são dispostos e organizados em diferentes níveis e dimensões, que são interconectados nos âmbitos da produção, comercialização, abastecimento e consumo (BURLANDY; MAGALHÃES; MALUF, 2006).

Já para Ericksen (2008) os sistemas alimentares são sistemas complexos, com múltiplos determinantes ambientais, sociais, políticos e econômicos, incluindo componentes de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade, que por sua vez, influenciam no consumo final do alimento pela população (ERICKSEN, 2008). O autor complementa, afirmando que atualmente a vulnerabilidade dos sistemas alimentares também é definida pelas mudanças sociais e econômicas, como por exemplo: a intensificação de produção e mercados, processamento, embalagem e concentração corporativa na distribuição e vendas que envolvem processos rápidos e geram consequências que não são possíveis de prever (ERICKSEN, 2008). Ericksen (2008) afirma que para analisar a relação entre o sistema alimentar e segurança alimentar é fundamental ampliar o entendimento do conceito, incluindo fatores econômicos, sociais e ambientais, e as interações entre esses elementos.

Vale ressaltar que os sistemas alimentares não se esgotam no interior das fronteiras nacionais ou, em sentido inverso, a própria reprodução dos sistemas nacionais passa pelo espaço internacional (MALUF, 2007). Sobretudo, por isso, é importante analisar o sistema alimentar de forma ampla. Para uma análise adequada se faz necessário uma abordagem multidimensional dos sistemas alimentares, que busque uma visão sistêmica dos processos que envolvem alimentos e a alimentação, dando destaque às especificidades e conflitos presentes nas diferentes escalas e dimensões envolvidas. Nesse sentido, Maluf e Burlandy (2022) afirmam:

As interações conflitantes entre atores, sujeitos, concepções e práticas em torno dos alimentos e da alimentação estão correlacionadas com os determinantes sistêmicos de desigualdades sociais derivados das assimetrias políticas e do predomínio das corporações alimentares, bem como com as modalidades de produção agroalimentar e os hábitos alimentares. A pluralidade e a coexistência de sistemas alimentares com distintas escalas e amplitudes (mundial, nacional e subnacional) se expressam na alimentação das localidades e respectivos territórios envolvendo dinâmicas econômicas, atores sociais e fatores políticos que conformam o abastecimento em termos da disponibilidade e do acesso aos alimentos e à alimentação que são específicos em cada contexto (MALUF, 2022, p. 7-8).

Assim sendo, ao analisar os impactos da configuração do sistema alimentar na segurança alimentar e nutricional da população, é importante considerar que diferentes grupos populacionais são afetados de forma desigual, o que é explicado tanto por aspectos das próprias desigualdades inerentes às formações sociopolíticas de cada país, mas também por determinantes sistêmicos de desigualdade que são característicos da estruturação dos sistemas alimentares (MALUF; BURLANDY, 2022). Tal desigualdade é expressão das desigualdades de poder entre os atores e instituições dos sistemas alimentares, nos quais é marcante a concentração de poder entre em setores organizados de forma transnacional, e que, portanto, possuem capacidades distintas de interferir nas tomadas de decisão no que se refere a políticas públicas que busquem resolver questões que dizem respeito às consequências negativas desse sistema, como a insegurança alimentar e fome (MALUF; BURLANDY, 2022).

É fundamental pontuar que esse trabalho assume a perspectiva dos Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016) que será apresentada a seguir, possuindo como foco a análise e aprofundamento do terceiro regime alimentar, ou o regime corporativo. Suas características e dinâmica são incorporadas nesta dissertação enquanto referencial teórico para o entendimento da segurança e insegurança alimentar. Todavia, é fundamental ressaltar que além das perspectivas apresentadas anteriormente, existem diversas outras abordagens teóricas dos sistemas alimentares. Como exemplo, Otero (2013) ao pesquisar o contexto Latino Americano, utiliza do conceito de “Dieta Neoliberal” para designar o regime alimentar atual. Segundo o autor os elementos que estruturam esse regime são: o Estado, que através de uma série de acordos internacionais e da legislação impõe uma agenda neoliberal; as multinacionais do agronegócio, que se tornaram os agentes centrais do sistema; a biotecnologia, enquanto tecnologia que dissemina o paradigma moderno da Revolução Verde; e os supermercados (OTERO, 2013).

Outro exemplo pertinente é o trabalho de Niederle e Wesz Jr. (2018), que propõe a utilização do conceito de “ordens alimentares” com o objetivo de auxiliar análises das práticas sociais e dos mecanismos institucionais presentes na construção e coordenação dos mercados

alimentares e agropecuários no Brasil. No trabalho, “Ordens Alimentares” é apresentado como conceito chave para leitura do sistema agroalimentar. Ademais, a argumentação apresentada se propõe a construir uma crítica a abordagens centrais nos estudos agrários, rurais e alimentares, dentre eles, a dos Regimes Alimentares, de Harriet Friedmann e Philip McMichael utilizada nesse trabalho. Para os autores, a perspectiva dos Regimes Alimentares possui como foco o nível macro, o que leva a construção de uma visão homogeneizante, com isso, com o conceito proposto, os autores buscam elaborar uma abordagem que capte as dinâmicas de nível micro ao mesmo tempo que considere as tendências de nível macro.

1.8 Regime Alimentar

Friedmann e McMichael (1989) formularam o conceito de “regime alimentar” enquanto iniciativa metodológica para investigar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar (MCMICHAEL, 2016). O conceito foi criado a fim de analisar as transformações que ocorreram no sistema agroalimentar desde meados do século XIX, a partir das relações entre as formas de acumulação de capital em cada período histórico e as relações de poder que se expressam pelos padrões internacionais de produção e consumo de alimentos (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

De acordo com McMichael (2016) a abordagem dos regimes alimentares permite uma visão histórico-comparativa para compreender as relações políticas e ecológicas do capitalismo moderno, já que cada período e a transição entre eles reformulou a política de desenvolvimento e o significado das tecnologias agrícolas e alimentares, provocando consequências para sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, saúde pública, dentre inúmeras outras.

Segundo essa perspectiva o que e como é produzido e consumido é consequência das dinâmicas macroestruturais das relações internacionais (MCMICHAEL, 2009). De acordo com o conceito os regimes alimentares oscilam em função do reordenamento político em uma dinâmica interdependente, em outros termos, os regimes alimentares moldam e são moldados pela dinâmica de acumulação específica (MCMICHAEL, 2016). Como consequência, “o modo de organização da agricultura e a circulação de alimentos têm dependido de configurações de poder que se transformam conforme Estados conquistam fronteiras, administram territórios e adotam relações institucionais compartilhadas” (MCMICHAEL, 2016, p. 63).

Desse ponto de vista a alimentação e a agricultura são analisadas enquanto parte de um complexo que está inserido na lógica dos capitais e, conseqüentemente, nas estruturas de poder (MCMICHAEL, 2009), conseqüentemente, o conceito permite identificar que o que se

come e quanto se come resultam não somente de escolhas individuais, mas, sobretudo, de projetos amplos que submetem países, agricultores e consumidores às necessidades de acumulação do capital (MCMICHAEL, 2016).

Os autores apresentam três regimes alimentares, que dizem respeito a três contextos históricos distintos nos quais as forças sociais que sustentam os regimes alimentares determinam as características do modelo de produção, consumo e comércio de alimentos (MCMICHAEL, 2009). Vale pontuar que embora cada regime possua características únicas, é comum entre os três a contribuição dos alimentos para a acumulação do capital através da estruturação do sistema estatal (MCMICHAEL, 2016).

O primeiro regime denominado Regime Alimentar Imperial (1870-1930), tinha como aspecto fundamental o livre-comércio através da integração comercial e político-institucional entre metrópoles europeias e suas colônias sob comando do poder hegemônico da Grã-Bretanha (PAULA, 2017). O regime era baseado na importação europeia de alimentos e matérias primas, dentro de um contexto onde os Estados nacionais estavam em formação, e ainda mantinham relações com as antigas metrópoles (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). Nesse momento, as colônias e ex-colônias se especializaram em commodities alimentares e matérias primas e a Grã-Bretanha em produtos industrializados. As relações de troca que eram mantidas eram reflexo do desequilíbrio político e econômico mantido entre as metrópoles industrializadas e as colônias agroexportadoras (MCMICHAEL, 2016). Consequentemente, nesse regime, a exploração das colônias era a base para o aumento da riqueza britânica através de políticas mercantilistas (FIGUEIREDO; PAULA, 2021).

A partir da consolidação dos Estados nacionais independentes e com a emergência de um novo quadro hegemônico centrado nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial houve a redefinição da divisão internacional do trabalho (PAULA, 2017), aspectos estes que levaram ao surgimento de um novo regime alimentar o Regime Alimentar Intensivo (1950-1970).

Com isso, o segundo regime alimentar tinha o poder dos Estados Unidos como hegemônico. Nesse contexto, a partir da Segunda Guerra Mundial com as estratégias norte-americanas de suporte à agricultura, o sistema alimentar passou a ter como pilar o domínio de empresas processadoras de alimentos e empresas de industrialização da agricultura (BURCH; LAWRENCE, 2009). Esse regime foi marcado pela intervenção norte-americana no comércio agrícola internacional, subsidiando sua agricultura e promovendo aumento dos excedentes exportáveis (FIGUEIREDO; PAULA, 2021). Dessa forma, os países do Hemisfério Sul deixaram de fornecer alimentos para o norte industrializado, e passaram a importar alimentos a

partir do comércio ou doações (PAULA, 2017). Em outros termos, o poder norte-americano redirecionou os fluxos de alimentos excedentes para seu império de Estados pós-coloniais no contexto da Guerra Fria (MCMICHAEL, 2016). De acordo com McMichael (2016) “os excedentes alimentares resultavam de políticas agrícolas subsidiadas, [...] que subsidiava o trabalho assalariado em nações selecionadas do Terceiro Mundo, garantindo lealdade anticomunista e mercados imperiais” (MCMICHAEL, 2016, p. 16).

Vale ressaltar que nesse momento, no contexto da Revolução Verde, demais nações em desenvolvimento aderiram ao modelo norte-americano de agroindustrialização nacional, com isso, houve difusão em escala mundial das tecnologias e empresas, que tinham como sede os Estados Unidos (MCMICHAEL, 2016). Como resultado desse processo, a indústria alimentar ganhou dimensões mundiais e os padrões alimentares passaram a ser caracterizados pela substituição de produtos locais por importados (PAULA, 2017).

A diferença entre os regimes alimentares apresentados está no papel do alimento como instrumento para garantir a hegemonia global (MCMICHAEL, 2016). No primeiro regime, o projeto britânico ligava a riqueza de um capitalismo industrial com zonas de abastecimento de alimentação barata em expansão pelo mundo. Já no segundo regime, os Estados Unidos utilizaram a ajuda alimentar como meio para criar alianças e oportunidades para o modelo agroalimentar (MCMICHAEL, 2016).

Por fim, o terceiro regime alimentar, denominado como Regime Alimentar Corporativo, que é vivido atualmente, teve início em meados da década de 1980. Esse regime originou-se em um contexto de recuo do Estado como agente hegemônico, que passou a perder espaço para o mercado e grandes corporações (MCMICHAEL, 2000). O terceiro regime alimentar pode ser caracterizado pela mercantilização da alimentação, pelo livre comércio, pela hegemonia corporativa, pela forte influência do neoliberalismo e do capital transnacional, com agricultura e alimentos padronizados (MCMICHAEL, 2016). Nesse sentido, ocorre a “internalização de princípios neoliberais de mercado por nações sujeitas a privatização por ajuste estrutural mandatário e acordos de livre-comércio” (MCMICHAEL, 2016, p. 31).

Merece destaque nesse regime a hegemonia corporativa baseada em finanças internacionais, onde as regras do mercado estão acima do Estado, aspecto este que pode ser observado pela propagação de medidas neoliberais nas esferas da economia e vida social (FIGUEIREDO; PAULA, 2021). Como consequência, a financeirização torna o alimento uma mercadoria negociável com objetivo de circular pelo mercado e aumentar a acumulação do capital corporativo (MCMICHAEL, 2016). Segundo McMichael (2016) esse regime:

Combinou elementos de cada um dos dois anteriores, restaurando o princípio de mercado mundial por meio de um vínculo contraditório de protecionismo agrícola no hemisfério norte e liberalização de setores agrícolas e mercados alimentares no hemisfério sul (MCMICHAEL, 2016, p. 21).

Com isso, nesse regime os preços dos alimentos são subordinados às corporações que controlam o mercado, às transações comerciais e à demanda por matérias primas alimentares. Como resultado, tais corporações exercem forte influência nos hábitos alimentares da população, através também de suas estratégias de marketing (MCMICHAEL, 2000). Consequentemente, nesse período é registrado a disseminação de uma dieta baseada em alimentos processados, apesar de diversas pesquisas (LOUZADA et al., 2019; MONTEIRO et al., 2017; JUUL et al., 2018) evidenciarem o impacto negativo do consumo dos alimentos produzidos por essa indústria para a saúde da população.

Inúmeras consequências negativas são provocadas como resultado da estrutura e modo de funcionamento do regime corporativo, dentre os quais merece destaque: o aumento das distâncias entre local de produção e consumo e entre produtores e consumidores, dependência alimentar de diversos países, concentração do controle dos estoques globais por um pequeno número de corporações, financeirização da agricultura, ameaça a diversidade biológica, problemas de saúde provocados por dietas inadequadas, superexploração ambiental, permanência da fome no mundo (MCMICHAEL, 2016), e por fim, ampla espoliação de pequenos agricultores e proprietários de terras, que passam a ocupar postos de trabalho informais nas cidades (LIMA, 2018; MCMICHAEL, 2016).

Com o processo de financeirização a configuração dos sistemas econômicos atende, sobretudo, aos interesses financeiros, deixando de lado outros como, por exemplo, os de saúde pública ou de segurança alimentar (DOWBOR, 2017). Com isso, o poder hegemônico das grandes corporações e a financeirização dos alimentos, passam a dar prioridade ao comércio internacional e não produção de alimentos para a população (LIMA, 2018). Segundo Figueiredo e Paula (2021), uma das consequências do regime alimentar corporativo que merece destaque nesse trabalho é a “a propagação de um ambiente de insegurança alimentar, reflexo das desigualdades sociais e, em particular, do processo de precarização do mundo do trabalho, e do empobrecimento de dietas alimentares” (FIGUEIREDO; PAULA, 2021, p. 482). Paula (2017) complementa afirmando que a sinergia entre os mundos real e fictício, provocou a redefinição da dinâmica do sistema agroalimentar, que levou a intensificação das instabilidades no mercado de alimentos e agravamento da situação de insegurança alimentar (PAULA, 2017).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a maior capacidade de produção proporcionada pelas inovações tecnológicas não acompanhou a urgência de solucionar o problema da fome e

insegurança alimentar, aspectos estes característicos desse período (PAULA, 2017). Portanto, pode-se afirmar que esse regime não é capaz de combater e superar os problemas da fome, insegurança alimentar, precarização do trabalho e desemprego (LIMA, 2018). Tal característica pode ser entendida enquanto paradoxo do regime alimentar corporativo, dado que ao mesmo tempo que se apresenta enquanto requisito para a segurança alimentar, leva à miséria diversas populações através do poder do monopólio (VIA CAMPESINA, 2002, p. 8 *apud* MCMICHAEL, 2016). Figueiredo e Paula (2021) complementam afirmando que com o elevado poder das grandes corporações, o atual sistema alimentar se revela insustentável e incompatível com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

De acordo com a perspectiva neoliberal, a segurança alimentar de uma população depende da inclusão dos agricultores locais ao mercado global através da incorporação da livre concorrência (FRIESEN, 2017 *apud* FIGUEIREDO; PAULA, 2021). Segundo essa visão o Estado deve ser mínimo, todavia, constantemente paralelamente a esse movimento ocorre a privatização dos direitos (MONBIOT, 2016 *apud* FIGUEIREDO; PAULA, 2021) como, por exemplo, o direito a uma alimentação adequada. Nesse contexto, a insegurança alimentar pode ser analisada enquanto:

Sintoma endêmico dos desequilíbrios inerentes à organização econômica global e da incapacidade de Estados nacionais e instituições supranacionais de contê-los. Ou seja, instabilidades inerentes às regras do jogo de mercado cuja dinâmica já não depende mais da simples relação entre oferta e demanda de estoques físicos, são decisivas para a insegurança alimentar. [...] tanto a escassez quanto o excesso estão na base desse fenômeno, como manifestações incontestáveis de que o mercado como via de realização de lucro e retorno de investimentos, não tem como objetivo promover segurança alimentar (PAULA, 2017, p. 167).

Portanto, como consequência desse cenário, o aumento da insegurança alimentar e nutricional em nível mundial é reflexo da dinâmica do regime alimentar corporativo (SODANO, 2012). Nesse sentido, Figueiredo e Paula (2021) complementam:

O neoliberalismo não prevê qualquer forma de intervenção visando manter os direitos a uma alimentação adequada e segura, na medida em que as estruturas de poder vigentes perpetuam a insegurança alimentar como um fenômeno de dimensões globais. Como decorrência da centralidade da indústria no terceiro regime, estratégias de marketing e publicidade se tornaram ferramentas poderosas para expansão do espaço comercial dos produtos e aumento do consumo para além das necessidades nutricionais dos consumidores (FIGUEIREDO; PAULA, 2021, p. 494).

Ao apresentar os três regimes alimentares, é fundamental ressaltar que na história dos regimes e do capitalismo, nenhum dos modelos adotados foram capazes de superar a problemática da fome e das demais questões relacionadas à alimentação, uma vez que são

paradigmas que valorizam os fins e não os meios (FIGUEIREDO; PAULA, 2021). Segundo Paula (2017), atualmente, as crises alimentares possuem caráter sistêmico como consequência da dimensão global dos mercados e do crescente fortalecimento dos negócios envolvidos na alimentação, ou seja, tais crises surgem em um contexto social e internacional conflitante de acumulação de capital e do ambiente de poder. Nesses termos, a fome e pobreza caminham de forma associada à lógica concentradora de renda e riqueza, aspectos estes que refletem a negligência aos direitos humanos (PAULA, 2017).

Como mencionado anteriormente, os sistemas agroalimentares se transformam de acordo com o desenvolvimento do capitalismo (FIGUEIREDO; PAULA, 2021). Cada regime alimentar apresentado possui características institucionais específicas, entretanto, em cada transição, ainda que de modo reformulado, elementos do regime anterior são transferidos para o seguinte (MCMICHAEL, 2016). Nesse sentido, os dois primeiros regimes alimentares foram regidos pelos princípios de livre-comércio e apoio ao desenvolvimento pela livre-iniciativa, já o Regime Corporativo, é regido por princípios neoliberais apoiando ambas as liberdades (MCMICHAEL, 2016).

1.9 Vulnerabilidade Sociodemográfica

O risco de vivenciar a fome é associado à vulnerabilidade sociodemográfica. Nesse sentido, a vulnerabilidade é definida e identificada em relação a um ou a um conjunto de riscos, que por sua vez pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência do perigo em determinado contexto geográfico e social (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006). O conceito de vulnerabilidade permite a construção de uma perspectiva além da macroestrutura e das condições materiais da reprodução social, ou da exposição ao risco, uma vez que considera também a dimensão do enfrentamento e a capacidade dos lugares, grupos populacionais, domicílios, de articularem recursos simbólicos ou materiais para confrontar os riscos existentes (MARANDOLA JR.; D'ANTONA, 2014). Além disso, vale ressaltar que diferentemente do risco e do perigo pelos quais os indivíduos estão expostos, que são externos, a vulnerabilidade faz parte do indivíduo e do lugar, ou seja, é interna (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006).

Vulnerabilidade é um conceito de caráter multifacetado que engloba múltiplas dimensões capazes de identificar situações ou fatores de vulnerabilidade de grupos sociais, essas dimensões se referem a elementos relacionados às características sociodemográficas dos indivíduos, famílias ou grupo populacional, bem como seus bens e meio social em que vivem (CUNHA et al., 2006). Desse modo, o quadro de vulnerabilidade é construído a partir da união de fatores, em outros termos, é consequência de diferentes condições ou características, que

fazem parte dimensões distintas, que quando unidas ou até mesmo individualmente, são capazes de potencializar os fenômenos que interferem nas condições de bem-estar de determinado indivíduo ou grupo social (CUNHA et al., 2006). Vale mencionar que em termos legais, a vulnerabilidade diz respeito ao não cumprimento ou violação de direitos e liberdades consagrados na legislação nacional ou presentes em acordos internacionais que tenham força legal em diferentes países (CEPAL, 2002).

Como mencionado anteriormente, outro aspecto fundamental do caráter multidimensional da vulnerabilidade é permitir identificar a dinâmica de exposição ao risco, bem como, estratégias de enfrentamento e resposta dados pelos indivíduos ou grupos sociais, que incorpora elementos materiais e também simbólicos do ambiente e da estrutura social (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006). Nesse sentido, Marandola Jr. e D'Antona (2014) pontuam que o conceito aqui apresentado, é potente para ampliar análises e discussões sobre a segurança humana e os riscos desde que estes sejam considerados em um sentido neutro, ou seja, incluindo as fragilidades, mas, sobretudo, a capacidade de resposta e enfrentamento. Com isso, a vulnerabilidade pode ser compreendida enquanto um qualitativo, em outros termos, que expressa as qualidades intrínsecas de determinado indivíduo, lugar ou grupo social, bem como, seus recursos e ativos que quando necessário podem ser utilizados para enfrentar riscos existentes (MARANDOLA JR.; D'ANTONA, 2014).

Outro elemento fundamental para a compreensão do conceito, é considerar que vulnerabilidade é dinâmica e pode apresentar sazonalidades, isso porque a avaliação da vulnerabilidade inclui o entendimento do perigo envolvido, do contexto geográfico, das relações sociais, culturais, políticas econômicas e a situação das instituições, que por sua vez serão determinantes na capacidade de resposta e adequação dos indivíduos frente ao risco enfrentado (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006). Desse modo, qualquer alteração nos elementos citados pode interferir na vulnerabilidade existente (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006).

É importante destacar que o conceito de vulnerabilidade é utilizado a partir de diversas abordagens teóricas, por isso, possui diferentes perspectivas de análise que variam de acordo com a dimensão do conceito priorizada: a social, econômica, ambiental, demográfica, geográfica (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006; CARMO; ALVES, 2022). A interdisciplinaridade dos estudos que utilizam o conceito reflete a multidimensionalidade da vulnerabilidade que não é exclusiva de nenhum campo do conhecimento (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006), já que afeta os indivíduos e grupos populacionais de diferentes formas em distintos planos do bem-estar (BUSSO, 2002). Em estudos sobre o tema é preciso considerar

que as definições e forma de análise da vulnerabilidade ainda carecem de estratégias que sejam adequadas para refletir sua sofisticação conceitual (CARMO; ALVES, 2022).

Nas ciências sociais os estudos de vulnerabilidade abordam o conceito de forma associada a indivíduos, famílias ou grupos populacionais, em especial de modo qualitativo sem incluir na análise as dinâmicas biofísicas (LAMPIS, 2010). Os trabalhos que seguem tal perspectiva priorizam em suas análises os processos socioeconômicos e seus efeitos sobre a pobreza (CIDADE, 2013), aspecto este que permite a elaboração de uma perspectiva mais ampla sobre as condições de vida dos grupos populacionais, incluindo nessa abordagem os recursos e estratégias que são utilizados pelos grupos populacionais para enfrentarem os efeitos da vulnerabilidade que os afetam (BUSSO, 2002).

Kaztman et al. (1999) ao apresentar a perspectiva da vulnerabilidade social, dá ênfase também na explicação do fenômeno da pobreza como meio de ampliar o entendimento sobre as condições de vida de grupos sociais mais pobres. Em seu trabalho o autor propõe o que denomina como ativos. Segundo Kaztman et al. (1999), os ativos são uma estrutura de recursos, capitais humano, social e físico, que são desigualmente distribuídos na sociedade (KAZTMAN et al., 1999; CUNHA et al., 2006). Assim sendo, a vulnerabilidade pode ser compreendida enquanto menor acesso, disponibilidade ou habilidade de articular tais ativos, consequentemente provocando uma incapacidade de manejar os riscos. Por conseguinte, quanto maior a quantidade, diversidade e flexibilidade desses ativos, menor será o nível de vulnerabilidade (BUSSO, 2002).

Para Busso (2002) a vulnerabilidade pode ser compreendida pela presença de um evento que tenha um risco potencial, pela incapacidade dos indivíduos ou grupo populacional em responder a situação de risco, e por fim, pela incapacidade de adaptação a situação materializada pelo risco, o que leva os indivíduos a sofrerem danos e perdas. O autor destaca três elementos centrais para compreensão da vulnerabilidade: os ativos, estratégias de uso e reprodução dos ativos, oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade civil. Com tais elementos, Busso (2002) defende que é possível analisar a relação entre o interno e do entorno, desse modo, as características da vulnerabilidade serão construídas com base nos riscos e na capacidade de resposta mobilizada (BUSSO, 2002).

Ao tratar das dimensões da vulnerabilidade social, Busso (2002), destaca algumas dimensões elencadas como relevantes para estudos empíricos: habitat (condições ambientais e da habitação, saneamento, infraestrutura urbana e etc), capital humano (educação, saúde), econômica (renda, trabalho e etc), proteção social (seguro social, dentre outros) e por fim, capital social (rede de apoio, participação política).

Nessa dissertação é fundamental a perspectiva da vulnerabilidade sociodemográfica, corrente de estudos que enfatiza a integração entre os aspectos demográficos e sociais. Com isso, é dada ênfase às características específicas de determinado grupo populacional que os tornam vulneráveis, e, portanto, sujeitos ao risco. Nesse sentido, nos estudos que seguem tal abordagem:

The use of the notion vulnerability to refer to specific groups of the population has a long history in social analysis and social policies. It is used, firstly, to identify groups which are in a situation of 'social risk': i.e., groups made up of individuals who, because of factors typical of their domestic or Community environment, are more likely to display anomic forms of conduct (aggressiveness, delinquency, drug addiction), to suffer different forms of harm by the action or omission of others (intra-family violence, attacks in the street, malnutrition), or to display inadequate levels of performance in key areas for social inclusion (such as schooling, work or interpersonal relations) (CEPAL, 2002, p. 2 *apud* HOGAN; MARANDOLA JR., 2006).

A vulnerabilidade sociodemográfica é entendida enquanto situação dinâmica que é afetada por riscos sociodemográficos, que são processos ou características que dificultam a realização de projetos comunitários, domésticos ou individuais ou que representem limitações aos direitos da população (CEPAL, 2002). De forma semelhante, segundo a abordagem conceitual da Cepal (2002), a vulnerabilidade sociodemográfica também é caracterizada pela incapacidade de resposta frente à materialização do risco e pela falta de capacidade de adaptação ativa ao risco.

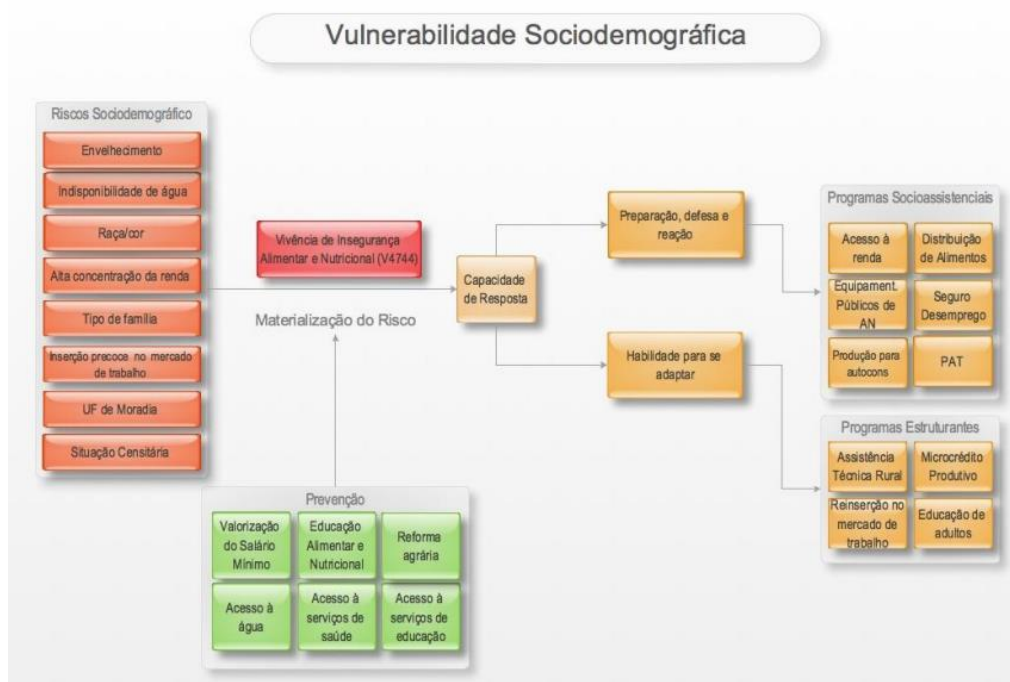
O conceito de vulnerabilidade sociodemográfica é análogo ao de vulnerabilidade social. Contudo, a CEPAL (2002) pontua três elementos específicos da perspectiva que inclui os aspectos demográficos: as variáveis populacionais, exceto a mortalidade, não são riscos em si, já que só se tornarão riscos de acordo com determinadas situações que prejudicam o desempenho social ou dificultam o exercício de direitos. A exposição ao risco é diferenciada de acordo com os grupos socioeconômicos e culturais a que os grupos populacionais pertencem. Por fim, a capacidade de resposta e de adaptação ao risco são aspectos sociais, já que se relacionam com a disponibilidade de ativos, ou seja, estão associadas ao acesso a bens, políticas públicas e serviços públicos (CEPAL, 2002).

Desse modo, segundo CEPAL (2002), apenas o risco pode ser caracterizado exclusivamente por variável relativa à população, já que tanto a capacidade de resposta quanto a de adaptação são funções de fatores sociais. Vale ressaltar que essa abordagem analítica possui enquanto potencialidade permitir a identificação dos riscos sociodemográficos e seus prováveis cenários futuros, bem como especificar os fatores que prejudicam a capacidade de resposta e as habilidades de adaptação em relação aos riscos existentes (CEPAL, 2002).

Dessa maneira, nessa perspectiva, o desenvolvimento da dinâmica demográfica de cada localidade e grupo populacional é colocado no centro da análise, uma vez que é considerado que a estrutura e dinâmica da população por sexo e idade, bem como, aspectos da dinâmica social podem exercer influência sobre potenciais riscos (CUNHA, 2004; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006). Nessa abordagem conceitual a própria população pode ser considerada um ativo, já que determinadas características de sua estrutura e composição interferem no grau de exposição à riscos (CEPAL, 2002). Portanto, diante dos pontos apresentados, vale ressaltar que nesse trabalho são investigados os fatores sociodemográficos que tornam a vulnerabilidade à insegurança alimentar desigual entre a população, em outros termos, os fatores que fazem com que risco de vivenciar a fome seja desigual entre diferentes grupos populacionais.

A Figura 3 representa graficamente o marco analítico da insegurança alimentar e nutricional usando-se a abordagem da CEPAL (2002) de vulnerabilidade sociodemográfica. Segundo o modelo analítico apresentado a ação estatal deve atuar a partir de três frentes: na prevenção, ou seja, ações para evitar a materialização do risco; no fortalecimento da capacidade de resposta, que significa aumentar a capacidade de reação frente às consequências do risco, por fim, aumento da capacidade adaptativa frente ao cenário gerado pela materialização do risco (CEPAL, 2002). Vale mencionar que o modelo apresentado pode ser organizado a partir de diversas configurações de exemplos, dessa maneira, a Figura 3 aponta somente alguns exemplos de possíveis variáveis sociodemográficas que podem ser utilizadas como forma de análise, bem como determinadas políticas e ações de prevenção, adaptação e de resposta ao risco.

FIGURA 3 – Marco analítico da vulnerabilidade sociodemográfica à Insegurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Pinto (2011).

Nessa discussão a vulnerabilidade à condição de insegurança alimentar e o risco de vivenciar a fome representam o descumprimento e violação aos direitos (CEPAL, 2002), em específico ao DHAA apresentado anteriormente. Dessa maneira, diante dos aspectos apresentados a partir da discussão realizada nesse capítulo surgem questionamentos sobre as consequências da relação entre SAN/IAN e o atual regime alimentar, de forma associada a características sociodemográficas da população.

A sociedade moderna é marcada por diversos elementos de risco, com crescentes sinais de insegurança, incerteza e falta de proteção que se expressam nas esferas macro e microeconômicas, bem como no ambiente, esferas sociais e culturais (RAMOS, 2000 *apud* CEPAL, 2002). Atualmente o risco é parte do próprio mecanismo da reprodução social, e a incerteza é elemento central para compreensão da estrutura socioespacial, desse modo, a vulnerabilidade pode ser entendida enquanto conceito chave para o entendimento dessa situação (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006). Dessa maneira, como consequência dessa abordagem, ao considerar distintos elementos da vulnerabilidade em diferentes escalas espaciais – local até o global, e em diferentes dimensões do fenômeno – social, política, econômica, demográfica, ambiental, é possível construir uma percepção mais complexa e integral da vulnerabilidade (CARMO; ALVES, 2022).

A incorporação do conceito de vulnerabilidade nas análises permite identificar a forma dinâmica e heterogênea, que diferentes grupos sociais estão submetidos a processos que impactam negativamente o bem-estar e a garantia de ter seus direitos respeitados (BUSSO, 2002). Ademais, segundo Busso (2002) o debate sobre vulnerabilidade social é intimamente relacionado a questões como falta de recursos, desamparo institucional por parte do Estado, desamparo diante a mudanças no ambiente, dentre inúmeras outras.

Por fim, é preciso considerar que a vulnerabilidade não pode ser medida diretamente, dado que, é algo intangível e conceitual, podendo ser entendida enquanto qualidade intrínseca aos fenômenos, com isso, pode ser capturada a partir de outros elementos que compõe o sistema (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009). Desse modo, nos estudos que utilizam o conceito, os riscos e perigos são o foco das investigações, que devem ser pensadas em relação à insegurança e sistema de proteção ao risco, elementos estes que permitem a construção de uma visão completa para identificar os aspectos que compõe a vulnerabilidade (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009). Com isso, segundo Marandola Jr. e D'Antona (2014) nos estudos é mensurado as condições materiais de reprodução social, como, por exemplo: renda, características do domicílio, escolaridade, dentre outros.

1.10 Associação entre vulnerabilidade sociodemográfica e insegurança alimentar e nutricional

A realização do DHAA só é possível caso inclua toda a população. Entretanto, a realidade brasileira é marcada por profundas desigualdades entre os grupos populacionais, crescente pobreza e exclusão social (MALUF, 2007). Esse cenário constitui a realidade da estrutura econômica-social do país, onde a crescente vulnerabilidade dificulta a realização do DHAA (BEZERRA et al., 2020).

Dentre as manifestações de desigualdade no país, ganha destaque o acesso custoso ou insuficiente aos alimentos, ao mesmo tempo que estes representam uma fonte extremamente lucrativa para grandes corporações e para grandes produtores agrícolas (MALUF, 2007). Nesse contexto, comer todos os dias e em todas as refeições é um desafio para boa parte da população, que convive com a fome e insegurança alimentar e nutricional diariamente. No Brasil os efeitos negativos das iniquidades na saúde e alimentação, são mais intensos entre crianças, adolescentes, mulheres, beneficiários de programas de transferência de renda (PTR), povos indígenas, quilombolas e, sobretudo, entre os mais pobres e de raça/cor negra (SOUZA et al., 2021). Portanto, é preciso considerar que “a incerteza de comer ocupa lugares e corpos socialmente definidos” (FREITAS; PENA, 2007, p. 77).

A situação de segurança alimentar e nutricional é resultado de causas multidimensionais e complexas, que anunciam e são consequência de aspectos socioeconômicos, alimentares e nutricionais. Dessa maneira, analisar a associação entre os níveis de (in)segurança alimentar e nutricional e as características sociodemográficas da população fornece elementos para construção de uma perspectiva sistêmica da questão, dado que inclui a compreensão de fatores econômicos, sociais e políticos que permeiam a vulnerabilidade à IAN. Essa abordagem permite identificar grupos mais vulneráveis e possíveis padrões populacionais ligados ao risco de vivenciar a IAN, com isso, tal análise fornece um panorama singular para melhor compreensão dos processos que atravessam a vulnerabilidade.

Resultados de diversas pesquisas apontam que a IAN está diretamente relacionada a fatores socioeconômicos e de composição da unidade domiciliar, como por exemplo, a presença de moradores menores de 18 anos de idade, número de moradores dos domicílios, sexo, cor/raça do chefe do domicílio e renda domiciliar (IBGE, 2020a). Dessa maneira, a partir da perspectiva populacional da problemática, por exemplo, identificando o perfil etário da população, é possível compreender como a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional se propaga na população e a partir desse dado, formular estratégias direcionadas considerando a dinâmica populacional a fim de provocar impactos positivos na redução da vulnerabilidade, visando a garantia de SAN e a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Como discutido anteriormente, a segurança alimentar e nutricional do domicílio depende de diversos fatores domiciliares que são influenciados por um conjunto de determinantes locais inseridos no contexto nacional e global (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Além do perfil sociodemográfico da população que serão investigados, que corresponde à dimensão domiciliar, dentre os fatores regionais e locais que são centrais para a SAN, no que diz respeito à dimensão da utilização, ganha destaque as características do meio de vida e saneamento básico. Portanto, nas análises é importante considerar a relação entre SAN e variáveis que dizem respeito a características do domicílio.

Ao refletir sobre as questões ligadas ao risco desigual à insegurança alimentar e nutricional entre os diferentes grupos populacionais, é preciso considerar que ao longo das últimas décadas o mundo vem passando por profundas mudanças socioeconômicas e demográficas, que são fundamentais para compreensão dos índices de SAN existentes. De acordo com Hoffmann e Jesus (2021) “as despesas com alimentação têm sofrido alterações em virtude de mudanças demográficas, educacionais e comportamentais, que afetam as decisões e

preferências das famílias sobre o que consumir e onde consumir” (HOFFMANN; JESUS, 2021, p. 3).

A CEPAL (2002) aponta três processos que dão origem aos perfis de risco sociodemográfico relevantes para indivíduos e domicílio: a transição demográfica, a transição urbana e a segunda transição demográfica. As mudanças decorrentes de cada um dos processos destacados são usadas enquanto diretrizes principais para investigar a vulnerabilidade sociodemográfica na América Latina e no Caribe. Por exemplo, com o processo de Transição Demográfica (TD), ocorreram transformações: na composição das famílias, queda da fecundidade, maior longevidade, maior participação da mulher no mercado de trabalho, urbanização, dentre outros (SCHLINDWEIN, 2014). Tais mudanças foram acompanhadas por novas tendências de consumo alimentar, onde observa-se aumento no consumo de alimentos prontos, menor variedade de alimentos consumidos no domicílio, e mudanças do consumo de alimentos tradicionais que demandam mais tempo de preparo, para o consumo de alimentos de rápido preparo e alimentação fora do domicílio (SCHLINDWEIN, 2014; VAZ; HOFFMANN, 2020). Tais mudanças são exemplos de transformações que disseminaram novos hábitos alimentares (VAZ; HOFFMANN, 2020) e que consequentemente provocaram transformações nos níveis de SAN da população.

Vale ressaltar que ao analisar o impacto das variáveis sociodemográficas em relação à vulnerabilidade à IAN, como aponta Hoffmann (2008), é preciso considerar que em alguns casos o sentido do efeito de um fator é alterado quando se controla o efeito outras variáveis, um exemplo dessa relação é quando a renda é controlada. Aspecto este que evidencia a complexidade e multidimensionalidade da SAN.

A seguir serão apresentados alguns pontos em relação à associação da IAN e variáveis sociodemográficas, como por exemplo: diferenciais entre áreas urbanas e rurais, renda, sexo, escolaridade, composição etária do domicílio, cor/raça e características do domicílio. Contudo, diante da complexidade da problemática, é preciso considerar que existe uma multiplicidade de fatores relacionados à vulnerabilidade à IAN, como por exemplo, os tipos de família, número de moradores, participação em programas de assistência social (MARILAC-SOUZA, 2009), ocupação, presença de água encanada (HOFFMANN, 2008).

Urbano x rural

É fundamental considerar que o padrão de consumo alimentar, bem como os índices de SAN são profundamente interrelacionados, com significativas diferenças entre áreas urbanas e rurais, devido às singularidades de cada contexto (SCHLINDWEIN, 2014). Pesquisas

evidenciam que em áreas rurais a IAN é mais grave do que em áreas urbanas. Essa diferença pode ser interpretada enquanto consequência da menor renda per capita nas áreas rurais (HOFFMANN, 2008). Todavia, nesse ponto, é importante pontuar que diversas pesquisas evidenciam que em alguns casos, controlando o efeito da renda e de outros fatores, a insegurança tende a ser menor na área rural do que na área urbana (HOFFMANN, 2008).

Além disso, a IAN mais grave em áreas rurais pode também ser explicada enquanto consequência do próprio processo de modernização da agricultura no país já que este amplia a vulnerabilidade socioambiental dessa população (TRIVELLATO et al., 2019). Esse diferencial pode ser interpretado enquanto resultado das maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento das políticas públicas de saúde e desenvolvimento no meio rural (TRIVELLATO et al., 2019).

Embora sejam distintas as causas da insegurança alimentar no contexto urbano e rural, sobretudo, devido às especificidades socioeconômicas de cada região, a urbanização gera impactos particulares em cada localidade (SCHLINDWEIN, 2014). Segundo Ruel e colaboradores (2010) com o processo de globalização e em períodos de crise econômica, a população pobre e urbana passa a ficar mais vulnerável à insegurança alimentar, no que diz respeito a disponibilidade e poder de compra de alimentos, e ao acesso a serviços públicos de saúde. Tal cenário se configura devido ao fato de que o acesso à alimentação em áreas urbanas tem grande dependência da renda salarial dos indivíduos, aspecto este que torna esta população especialmente vulnerável a alterações de preços e de renda (RUEL et al., 2010).

Em seu trabalho Martins (1998) afirma que a urbanização ganha destaque nas mudanças nos hábitos alimentares em direção ao maior consumo de produtos da indústria, aspecto este que provoca consequências para os índices de SAN. Com o processo de migração do campo para as cidades, os migrantes passam a ter um novo estilo de vida – se no meio rural existia a possibilidade de produção para autoconsumo, nas cidades a alimentação depende de transações comerciais (MARTINS, 1998). De forma semelhante, Santos e colaboradores (2018) concluem que a urbanização coloca desafios singulares para as famílias, uma vez que nas áreas urbanas dificilmente consegue-se reduzir a dependência da renda para garantir alimentação. Além disso, os autores pontuam que a baixa oportunidade de emprego, desigualdades sociais e acesso deficiente a serviços básicos, impactam na perpetuação de um ciclo intergeracional de poucas oportunidades, aspecto este que “limita o desenvolvimento do capital humano nesses espaços, mantendo a população impotente para superar a condição de privação do direito humano básico à alimentação saudável e adequada” (SANTOS et al., 2018, p. 11).

Renda

É preciso considerar que a fome é provocada pela impossibilidade de acesso aos alimentos e não devido à escassez dos mesmos. Este aspecto é explicado não somente por fatores econômicos, mas também pela falta de democratização ao acesso aos alimentos, que não permite que alimentos sejam disponíveis aos que não podem produzi-los ou comprá-los (ABRAMOVAY, 2010). Esse cenário é confirmado na medida em que o grau de insegurança alimentar é fortemente relacionado à disponibilidade de recursos econômicos e sociais (HOFFMANN, 2008). Nesse sentido, para Hoffmann e Jesus (2021) “A persistência dessas privações às liberdades básicas individuais se deve menos à escassez absoluta ou relativa de recursos e muito mais ao elevado grau de desigualdade da sua distribuição” (HOFFMANN; JESUS, 2021, p. 2).

No contexto brasileiro, o Estado é responsável em garantir o acesso universal a serviços básicos, entretanto, o acesso à alimentação depende fortemente do poder aquisitivo dos indivíduos ou do grupo familiar (HOFFMANN; JESUS, 2021). A renda é considerada determinante da SAN (MARILAC-SOUZA, 2009), portanto, o dinheiro é o que garante o acesso a alimentação e conseqüentemente, o que permite a realização do DHAA. O nível de renda e o preço dos alimentos são determinantes do poder de compra das rendas monetárias, sendo os segmentos populacionais de menor rendimento mais sensíveis às variações de preço e conseqüentemente, mais vulneráveis à IAN, já que tais gastos absorvem parte maior da renda familiar (MALUF, 2007).

Considerando o contexto da crise socioeconômica agravada pela pandemia covid-19, no país é crescente a dificuldade dos mais pobres em ter acesso a alimentos (HOFFMANN; JESUS, 2021). Desse modo, ao abordar tal questão, é fundamental ressaltar que:

A SAN é elemento do cotidiano de todas as pessoas, independentemente do nível socioeconômico do qual façam parte. Entretanto, é na pobreza que a insegurança alimentar, especialmente para os famintos, se expressa como ausência de qualquer expectativa de viver (ALBUQUERQUE, 2009, p. 901).

Sexo

É fundamental considerar a relação entre SAN e o sexo dos indivíduos, em outros termos, como tal situação se estrutura de forma distinta entre homens e mulheres. Como pontua Valente (2014) embora tenham ocorrido mudanças e avanços, as mulheres ainda vivem diversas violências estruturais em nível social, comunitário e doméstico, ou seja, seus direitos são sistematicamente violados (VALENTE, 2014).

É fundamental considerar que as mulheres possuem diferentes atribuições das dos homens, dado que possuem papel central na produção, obtenção, preparação e partição dos alimentos entre os membros da família (MALUF, 2007). Dessa maneira, a violência contra mulheres faz com que a carga da responsabilidade de garantir a SAN das famílias recaia sobre elas (VALENTE; SUÁREZFRANCO; CÓRDOVA *apud* VALENTE et al., 2016). O contexto urbano implica na maior participação da mulher no mercado de trabalho, o que faz com que as mulheres precisem dividir seu tempo entre a necessidade de geração de renda e o cuidado com os filhos e com a casa (SCHLINDWEIN, 2014). Além disso, outro aspecto central é considerar que as mulheres permanecem como a maioria no mercado informal, com piores salários, o que leva a maiores dificuldades financeiras e, conseqüentemente, maiores dificuldades para aquisição de alimentos nos domicílios chefiados por mulheres (SANTOS et al., 2018).

Segundo trabalho desenvolvido por Schlindwein (2014) o custo de oportunidade do tempo da mulher é altamente significativo e exerce importante influência na determinação dos padrões de consumo de alimentos para o Brasil. O custo do tempo da mulher determina as características alimentares do domicílio, como por exemplo, se serão consumidos mais alimentos *in natura*, se a alimentação será no domicílio ou se será maior o consumo de alimentos que demandam menos tempo de preparo. Com isso, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição do seu tempo disponível é um dos fatores que levam a mudanças no consumo alimentar (SCHLINDWEIN, 2014) e conseqüentemente nos índices de SAN. Ademais, é imprescindível considerar que grande parte das mulheres, ao passarem a trabalhar fora de casa, passam a enfrentar uma jornada dupla (SCHLINDWEIN, 2014), já que o trabalho doméstico, em geral, permanece não sendo igualmente dividido.

Entidades da sociedade civil atuantes no âmbito do DHAA e movimentos sociais têm alertado sobre a necessidade de incorporar, dentre outros aspectos, o direito das mulheres ao DHAA. Esse anúncio é feito a fim de evitar que compreensões e abordagens reducionistas sejam feitas em relação aos direitos humanos nas políticas públicas (VALENTE; SUÁREZFRANCO; CÓRDOVA *apud* VALENTE et al., 2016). Os autores defendem a presença de um isolamento estrutural dos direitos das mulheres em relação a DHAA, apesar da violência contra as mulheres poder ser interpretada enquanto uma das principais causas estruturais da fome e da má-nutrição (VALENTE; SUÁREZ-FRANCO; CÓRDOVA *apud* VALENTE et al., 2016). Além da violência contra as mulheres gerar conseqüências para o estado de SAN das mesmas, tal violência também é causa estrutural da reprodução da pobreza e má nutrição para as gerações seguintes (VALENTE; SUÁREZ-FRANCO; CÓRDOVA *apud* VALENTE et al., 2016).

Composição do domicílio

Os mais pobres e as mulheres são mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional, assim como crianças e idosos enfrentam dificuldades específicas em relação aos homens e populações mais jovens. Em outros termos, a segurança alimentar se dá de forma diferenciada ao longo da vida dos indivíduos, aspecto este que provoca consequências para a qualidade de vida das pessoas, bem como das gerações futuras (MALUF, 2007).

De acordo com Cepal (2002), domicílios com maior número de crianças e idosos são os mais propensos a crises econômicas, por isso, consequentemente são mais vulneráveis ao risco de insegurança alimentar e nutricional. De forma semelhante, segundo Hoffmann (2008) a segurança alimentar e nutricional dos domicílios é afetada pela presença ou não de pessoas com menos de 18 anos de idade, os dados de seu trabalho indicam que a presença dessas pessoas aumenta a IAN domiciliar. Esse fenômeno justifica-se pelo fato de que as crianças demandam maior percentual de gastos no orçamento familiar, por necessitarem de mais atenção à saúde, alimentação e educação (MARILAC-SOUZA, 2009). Por outro lado, a presença de idosos também compromete percentual significativo de gastos do orçamento familiar pela sua indisponibilidade para o mercado de trabalho e também pelas necessidades de gastos adicionais com saúde (PINTO, 2011).

Nesse caso, novamente é importante considerar o efeito da renda per capita, Hoffmann (2008) aponta que controlando o efeito da renda domiciliar per capita e de outros fatores, a insegurança alimentar tende a ser menor nos domicílios com pessoas menores de 18 anos.

Escolaridade

Outro elemento fundamental para compreensão dos diferenciais em relação à vulnerabilidade à IAN é a escolaridade do chefe do domicílio. Santos et al. (2018) aponta que melhores níveis de educação podem estar ligados a melhores oportunidades de inserção profissional no mercado de trabalho, aspecto este que leva ao aumento da renda familiar, o que por sua vez aumenta o acesso à alimentação. Tal relação justifica a associação entre a baixa escolaridade com a insegurança alimentar moderada e grave. Contudo, vale ressaltar que do mesmo modo que a escolaridade representa um risco sociodemográfico, o aumento da oferta de programas ligados à educação representa um mecanismo de prevenção ao risco, bem como, uma forma de fortalecimento da capacidade de adaptação à vulnerabilidade (PINTO, 2011).

Cor/raça

A cor/raça da pessoa de referência do domicílio também é fator central para os níveis de IAN. No Brasil cor/raça possui associação direta com aspectos socioeconômicos, aspecto este que justifica o risco associado a essa variável (MARILAC-SOUZA, 2009). Dessa maneira, no contexto brasileiro, pessoas com cor/raça diferente de branca são mais propensas à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios de referência (SANTOS et al., 2018).

Diferentemente de outras variáveis como a situação do domicílio ou composição do domicílio, mesmo quando se controla o efeito da renda ou de outras variáveis, se mantém a associação entre pessoas de cor preta ou parda determinando maior insegurança alimentar (HOFFMANN, 2008).

Características do domicílio

A presença de situações mais graves de insegurança alimentar e nutricional estão associadas a determinadas características dos domicílios, como por exemplo, o acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo (IBGE, 2020a).

Nesse sentido, Santos et al. (2018) aponta que aspectos como a baixa oportunidade de emprego, desigualdades sociais e acesso inadequado a serviços básicos, como saneamento básico, influenciam a perpetuação de um ciclo intergeracional de poucas oportunidades. Tal aspecto restringe o desenvolvimento do capital humano, o que representa barreiras para superar a condição de privação ao DHAA. De forma semelhante, Kepple (2014) ao abordar as dimensões analíticas da SAN, aponta que a dimensão da utilização da SAN, é influenciada pelas condições de saneamento básico e saúde das pessoas.

Outro aspecto certamente fundamental em relação à segurança alimentar e nutricional, no que diz respeito às características do domicílio, é o combustível utilizado na preparação de refeições. Pesquisas apontam que quando o combustível utilizado no fogão não é gás, a chance do domicílio estar em insegurança alimentar é 76% maior (MARILAC-SOUZA, 2009). Todavia, é importante mencionar, que o uso de outro combustível diferente do gás é um indicador de insegurança alimentar para os domicílios urbanos, para o rural esta associação não foi encontrada (MARILAC-SOUZA, 2009).

Esse capítulo buscou discutir a relação entre vulnerabilidade sociodemográfica e o risco associado à insegurança alimentar e nutricional, tendo em vista as características do Regime Alimentar Corporativo. Para tanto, foi inicialmente introduzido o conceito de SAN enquanto direito de todos os cidadãos e como expressão do Direito Humano à Alimentação

Adequada (DHAA). Considerando que SAN é um conceito em constante disputa (BURITY et al., 2010), foram apresentados os diferentes entendimentos e estratégias de efetivação desse direito que existiram ao longo do tempo. Em seguida, foi introduzido o debate sobre SAN em relação ao modo de organização e dinâmica intrínseca dos sistemas alimentares, dessa maneira, foi apresentado a teoria dos Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016). Na parte final foi apresentado a discussão sobre vulnerabilidade sociodemográfica e foi discutido a associação entre fatores sociodemográficos selecionados que tornam a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional desigual entre a população.

Para responder à pergunta de pesquisa desse trabalho, a seguir são apresentadas as características gerais da população residente do Estado de São Paulo, bem como os materiais e métodos utilizados. Ao final do próximo capítulo, serão apresentados os resultados que expressam a relação entre SAN/IAN e características sociodemográficas que foram selecionadas enquanto modo de definir o risco de insegurança alimentar e nutricional.

CAPÍTULO 2 – UM BREVE PERFIL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1 Área Geográfica Estudada e Recorte Temporal

O recorte territorial selecionado nessa pesquisa é o Estado de São Paulo. Vale mencionar que essa escolha se justifica por algumas especificidades do Estado que tornam interessantes que comparações com o contexto nacional sejam realizadas, já que pesquisas (REDE PENSSAN, 2022) revelam que a segurança alimentar e nutricional não ocorre de forma homogênea entre as diferentes regiões do país. São Paulo concentra a maior riqueza do país, segundo o IBGE (2020b) a UF possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2020b), aspecto este que poderia conferir boas condições de SAN entre a população.

Além disso, o Estado tem sido governado por mandatos consecutivos pelo mesmo partido político, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (RIBEIRO; BÓGUS, 2021). Com isso, São Paulo possui uma longa trajetória de governos com propostas neoliberais, já que a presença desse partido interferiu diretamente no modo como se conduziram e elaboraram as políticas públicas no Estado. (RIBEIRO; BÓGUS, 2021). Como exemplo de medida proposta durante mandato do PSDB, foi a campanha de João Dória (PSDB) ex-governador do Estado, na qual sugeriu a distribuição de um composto industrializado chamado de “farinata”. Esse composto produzido a partir de alimentos próximos ao vencimento ou descartados seriam distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade enquanto medida para promover a SAN desse grupo populacional (ZOCCHIO, 2018). Evidentemente a proposta é uma ação que viola diretamente o direito dos cidadãos à segurança alimentar e nutricional, já que não respeita esse direito em todas suas dimensões (MALUF, 2007), ou seja, a dimensão da suficiência, qualidade e adequação.

Certamente a trajetória política do Estado é determinante para a SAN da população, já que como dito anteriormente o terceiro regime alimentar é marcado pela forte influência do neoliberalismo (MCMICHAEL, 2016), no qual a financeirização torna o alimento uma mercadoria negociável com objetivo de circular pelo mercado e aumentar a acumulação do capital corporativo (MCMICHAEL, 2016). Dessa maneira, como consequência a configuração dos sistemas econômicos atende, sobretudo, aos interesses financeiros, deixando de lado outros como, por exemplo, os de saúde pública ou de segurança alimentar (DOWBOR, 2017). Diante dos aspectos apresentados o recorte territorial selecionado é relevante, já que como dito anteriormente, SP é o Estado com o maior PIB, o que poderia garantir boas condições de SAN entre a população, contudo, é marcado por governos neoliberais, que por sua vez atende

principalmente aos interesses financeiros. Com isso, certamente é importante investigar as consequências de tais aspectos na evolução da SAN/IAN entre a população do Estado.

Por fim, outro elemento de caráter operacional fundamental da escolha, é o tamanho populacional da Unidade da Federação (UF), que oferece uma amostra populacional significativa e, portanto, permite que análises sejam realizadas.

Por sua vez, o recorte temporal da pesquisa é de 2013 até 2018. Tal escolha temporal para a análise foi feita levando em consideração as profundas mudanças socioeconômicas e políticas que ocorrem nesse período, que impactaram diretamente a segurança alimentar e nutricional da população. O período anterior a 2013 foi caracterizado pelo aumento da segurança alimentar e nutricional no país e redução na prevalência de IAN, em especial da IAN moderada e da grave. Foi um contexto em que as políticas públicas, geraram consequências positivas na promoção da segurança alimentar e no combate à fome entre os brasileiros (FAO, 2015). Todavia, desde 2016 e com aprofundamento a partir de 2018, observou-se o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas de garantia de direitos, de proteção a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, de fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis (SOUZA et al., 2021), provocando mudanças substanciais nos índices de segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Ademais, vale mencionar que esse momento foi marcado pela redução de investimentos em política sociais e de SAN no país, pela diminuição do percentual de pessoas vivendo com mais de um salário mínimo e aumento de pessoas vivendo em extrema pobreza (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021).

Além disso, o período para a análise foi selecionado também pela disponibilidade dos dados. O recorte temporal de 2013 até 2018 conta com a última edição da PNAD que traz informações sobre segurança alimentar e nutricional da população, e a última edição da POF, pesquisas estas que seguem metodologias semelhantes e, portanto, permitem que comparações sejam feitas.

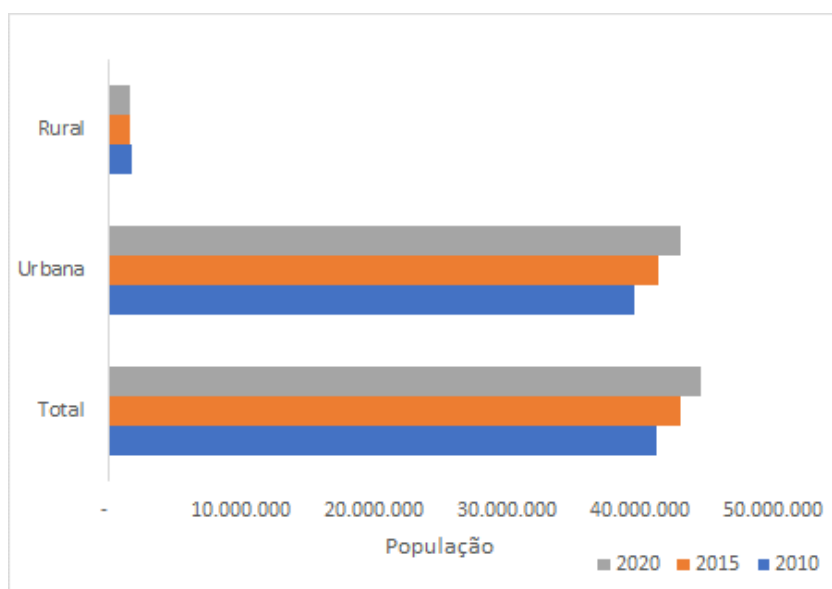
2.2 Caracterização Sociodemográfica

Para melhor compreensão do risco à insegurança alimentar e nutricional em relação à vulnerabilidade sociodemográfica se faz necessário apresentar brevemente algumas características da estrutura populacional do Estado de São Paulo. A caracterização sociodemográfica é fundamental uma vez que o risco estudado não se distribui de forma homogênea entre a população. Dessa maneira, serão apresentadas informações sobre a distribuição populacional segundo área urbana e rural e também pirâmides etárias de 2010, 2015 e 2020, que foram construídas a partir de informações obtidas a partir das projeções

populacionais realizadas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (FUNDAÇÃO SEADE). Vale lembrar que os dados que serão apresentados são de um curto período de tempo, por isso, permite apenas a visualização de mudanças sutis.

A população do Estado de São Paulo aumentou no período analisado, passou de 41.223.683 habitantes em 2010, para 43.046.555 em 2015 e 44.639.889 em 2020⁵. Além disso, ao analisar a Figura 4 é evidente que a população do Estado não se distribui de forma homogênea entre as áreas urbanas e rurais, sendo predominantemente urbana. Em 2010 95,9% da população vivia em áreas urbanas, enquanto 4,1% em áreas rurais, em 2015 essa relação passou respectivamente para 96,3% e 3,7%. Por fim, em 2020 a proporção passou para 96,5% em áreas urbanas e em áreas rurais para 3,5%.

FIGURA 4 – Distribuição da população segundo situação de residência urbana e rural (2010, 2015, 2020)



Fonte: Fundação SEADE (2022).

As pirâmides etárias do Estado de São Paulo de 2010, 2015 e 2020 apresentadas na Figura 5, refletem transformações na estrutura etária e na composição por sexo da população, típicas do processo de Transição Demográfica. É importante destacar que tal estrutura é consequência do comportamento da fecundidade, da mortalidade e da migração da população ao longo do tempo, sendo reflexo de aspectos e processos que são específicos de cada localidade e tempo histórico (CARMO; MARQUES; MIRANDA, 2012). De forma geral, as pirâmides refletem gradativas mudanças na estrutura etária que foram impulsionadas, pelo aumento da expectativa de vida, com a diminuição da mortalidade, e aceleração do envelhecimento

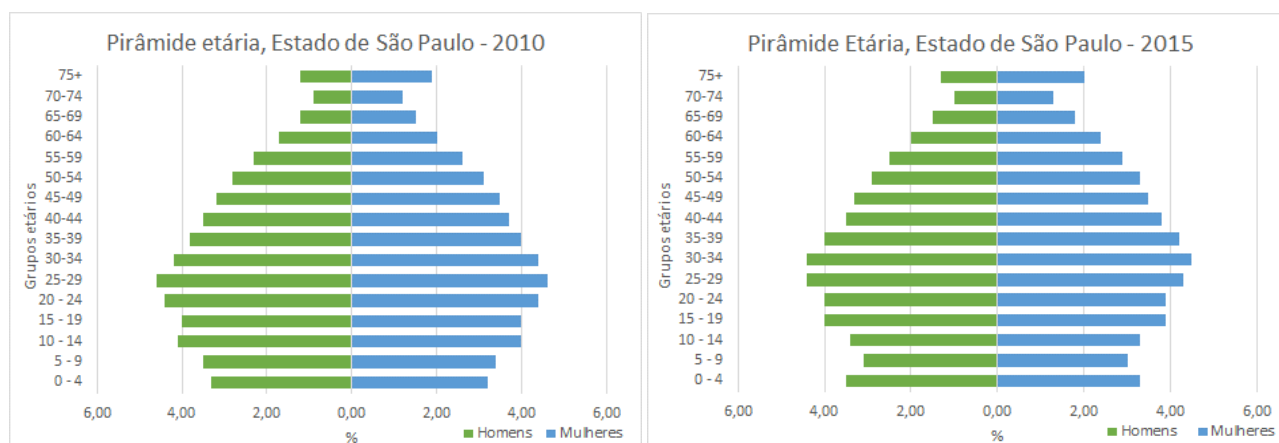
⁵ A população de 2020 é uma projeção construída pela Fundação SEADE.

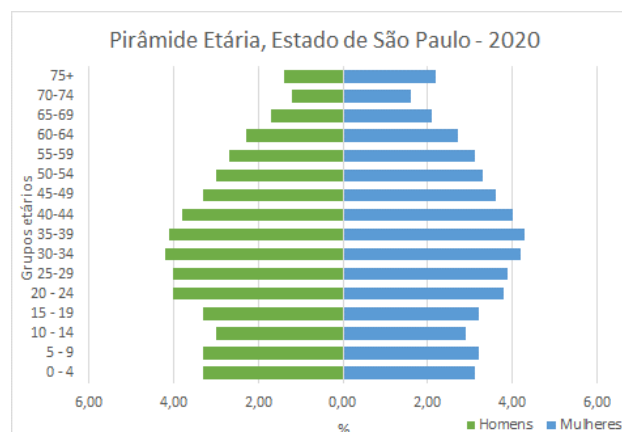
populacional, com a diminuição da fecundidade. Ademais, como consequência de tais transformações houve mudanças ao longo do tempo na proporção de crianças, adultos e idosos na população.

Vale ressaltar que a estrutura e dinâmica de uma população são diretamente relacionadas aos processos históricos de cada região, uma vez que a dinâmica dos processos demográficos é marcada por processos inerciais (BERQUÓ, 1991). Nesse sentido, acontecimentos do passado reverberam no presente e no futuro, e décadas são necessárias para que seja possível observar os resultados de acontecimentos na estrutura populacional. Com isso, as pirâmides etárias apresentadas na Figura 5 ilustram a inércia dos processos demográficos e por isso, refletem os acontecimentos sociais, históricos e demográficos que ocorreram no passado.

Nota-se que durante o período analisado existe um importante diferencial na composição da população por sexo nos diferentes grupos etários. Em todos os anos é visível que nas idades iniciais existe maior proporção de homens, no entanto, tal aspecto não se mantém em todos os grupos etários e posteriormente as mulheres passam a estar em maior proporção. Vale destacar que em todo período analisado ocorreram mais nascimentos de homens, entretanto, devido à maior mortalidade masculina ao longo dos anos, a população de mulheres passa a ser proporcionalmente maior, com tal relação se intensificando nos grupos etários finais.

FIGURA 5 – Pirâmides Etárias do Estado de São Paulo (2010, 2015, 2020)





Fonte: Fundação SEADE (2022).

Evidentemente o curto período de tempo analisado não permite a visualização de transformações significativas nas pirâmides etárias apresentadas. Entretanto, pequenas mudanças são perceptíveis, como por exemplo, a pirâmide de 2010, que em comparação com as demais possui base mais alargada e o topo mais estreito, aspecto este que reflete os efeitos de mais elevada natalidade e mortalidade.

Por sua vez, a pirâmide etária de 2015, mesmo sutilmente indica que em comparação à 2010, houve diminuição do peso relativo dos grupos etários iniciais. Além disso, como consequência do aumento da expectativa de vida, resultado da diminuição da mortalidade infantil e aumento da longevidade, nota-se o aumento do peso relativo da população em idades avançadas. Tal aspecto é visível pela diminuição da base da pirâmide e leve aumento em direção ao cume. Por fim, a pirâmide de 2020 reflete a continuação do processo de diminuição do peso relativo dos grupos etários iniciais e aumento do peso relativo da população em idades avançadas, sendo as consequências desses processos ainda mais visíveis nesse ano, com a pirâmide etária com uma base ainda mais estreita e aumento em direção ao topo.

Tais aspectos são confirmados na medida que o número de nascimentos em relação ao total a população diminuiu de 2010 para 2020, a taxa bruta de natalidade (TBN) registrada em 2010 foi de 14,5 nascidos vivos em mil habitantes, passando para 12,3 nascidos vivos em mil habitantes em 2020. Por sua vez, chama atenção que o número de óbitos aumentou, a taxa bruta de mortalidade (TBM) passou de 6,4 óbitos por mil habitantes em 2010 para 7,8 óbitos por mil habitantes em 2020. É preciso considerar que a pirâmide de 2020, reflete as consequências da pandemia covid-19, momento em que houve elevado número de óbitos na população.

Vale lembrar que a TBN e TBM são influenciadas pela estrutura populacional (GRUPO DE FOZ, 2021), por isso, é preciso levar em consideração que nesse período a

população cresceu e envelheceu. Dessa forma, a diminuição da TBN pode ser reflexo da própria diminuição da natalidade, assim como, pode ter sofrido influência do crescimento populacional. De forma semelhante, o aumento da TBM pode não refletir aumento das taxas específicas de mortalidade, ou piores condições de vida da população, sendo somente reflexo das mudanças na estrutura populacional. Dessa maneira, essas medidas são importantes, sobretudo, do ponto de vista da decomposição do crescimento populacional, porém, para analisar os nascimentos e óbitos propriamente ditos são medidas grosseiras já que englobam em seu denominador a população total.

Ainda em relação à Figura 5, chama atenção que a estrutura da pirâmide de 2010 ainda é característica de uma população jovem, com elevada proporção dos grupos etários iniciais. Contudo, a evolução das pirâmides de 2015 e 2020, refletem mudanças estruturais fundamentais típicas de uma população em envelhecimento, já que se observa o aumento do peso relativo do grupo de jovens e idosos, na medida que diminui gradativamente o peso relativo dos grupos etários iniciais. Certamente tais transformações na estrutura populacional oferecem desafios e potencialidades, uma vez que o aumento da proporção da população em idade ativa (15 a 59 anos) pode oferecer oportunidades no âmbito econômicos, sendo chamado de “bônus demográfico”, todavia, se não for devidamente aproveitado pode representar forte pressão sobre o mercado de trabalho (CARMO; MARQUES; MIRANDA, 2012). Segundo Carmo e colaboradores (2012) o bônus demográfico é um dos aspectos centrais da dinâmica do Estado de São Paulo, devido a elevada proporção dos grupos etários que formam a porção mais jovem da população em idade ativa (CARMO; MARQUES; MIRANDA, 2012). Bercovich (2004) utiliza o termo “onda jovem” para abordar o momento no qual enquanto resultado da dinâmica demográfica do passado ocorre o alargamento dos grupos etários entre 15 e 14 anos. Segundo a autora, assim como o alargamento de outros grupos etários, a chamada onda jovem demanda novas e diferentes necessidades e estratégias (BERCOVICH, 2004). Apesar do trabalho de Bercovich (2004) se referir a um momento anterior, certamente tal colocação ainda se faz relevante já que como apresentado, é evidente na evolução das pirâmides apresentadas, o alargamento das faixas etárias intermediárias.

Por fim, outro aspecto que merece destaque ao abordar as consequências da dinâmica demográfica do Estado, é o aumento do peso relativo dos idosos, que de forma semelhante demanda estratégias importantes no que diz respeito às políticas nas áreas de saúde e de previdência social (CARMO; MARQUES; MIRANDA, 2012).

2.3 Material e Método

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avalia as estruturas de consumo, de gastos e de rendimentos, com isso, oferece um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos (IBGE, 2020a). A pesquisa realizada mais recentemente (2017-2018) conta com módulos específicos de análise da segurança alimentar e nutricional, análise do consumo pessoal de alimentos e também uma avaliação nutricional da disponibilidade de alimentos nos domicílios do país (IBGE, 2020a). Diante das características mencionadas e dos temas que engloba, os dados da POF serão amplamente utilizados nessa dissertação para investigação das transformações no regime alimentar e para avaliar as mudanças dos índices de SAN no Estado de São Paulo.

É fundamental ressaltar que a POF é uma pesquisa por amostragem, ou seja, é selecionada parte da população, que seja representativa do todo. Ademais, na pesquisa são investigados os domicílios particulares permanentes, que é a unidade amostral da pesquisa (IBGE, 2020a). No domicílio é identificada a unidade básica de consumo, que é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos, que pode ser composta por um único morador, bem como um conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia (IBGE, 2020a).

Anteriormente a essa edição da POF a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (PNAD) também realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contou com suplemento⁶ destinado a investigar a segurança alimentar e nutricional da população. A PNAD foi uma pesquisa por amostra de domicílios feita com base em dois tipos de questionários, o primeiro abordava temas como: as características socioeconômicas dos domicílios, aspectos demográficos e também temas relacionados à educação, trabalho e rendimento (IBGE, 2014). O segundo questionário é o suplemento PNAD cujo conteúdo variava anualmente para permitir a análise de temas específicos, como foi o caso do suplemento da edição de 2013 que investigou a situação de segurança ou insegurança alimentar e nutricional da população.

O levantamento dos dados sobre a situação segurança alimentar e nutricional da população na POF (IBGE, 2020a) e PNAD (IBGE, 2014) foi obtido a partir da aplicação das perguntas que compõem a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Com isso, considerando que o levantamento de tais informações seguiu em todas as pesquisas

⁶É importante mencionar que PNAD foi substituída em 2016, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, tendo os questionários suplementares eliminados.

mencionadas a metodologia proposta pela EBIA, a edição da POF 2018 aqui utilizada permite comparações com a PNAD 2013 (IBGE, 2020a).

A aplicação da EBIA é estruturada em um gradiente de pontuação final de um somatório das respostas afirmativas a 14 questões – ou 8 questões em domicílios sem menores de 18 anos. A Tabela 1 apresenta as questões que compõem a EBIA, que são utilizadas em ambas as pesquisas e que servirão de base para essa dissertação.

TABELA 1 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: IBGE (2020a).

A partir da pontuação final do questionário, a EBIA aponta para quatro possíveis graus de SAN ou IAN vivida nos domicílios: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada, insegurança alimentar grave. A progressão dos índices de (in)segurança alimentar dos domicílios segundo a EBIA indicam (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009; IBGE, 2020):

- 1) Segurança alimentar (SA):** acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas.
- 2) Insegurança alimentar leve (IAL):** preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade.
- 3) Insegurança alimentar moderada (IAM):** redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
- 4) Insegurança alimentar grave (IAG):** redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

A classificação dos domicílios de acordo com o nível de (in)segurança alimentar é feita com base nos pontos de corte apresentados na Tabela 2. Como mencionado anteriormente, é importante ressaltar que as pontuações diferem em domicílios onde residem e onde não residem crianças, dado que em domicílios com menores de 18 anos são aplicadas 14 perguntas.

TABELA 2 – Pontuação EBIA

CLASSIFICAÇÃO	PONTOS DE CORTE PARA DOMICÍLIOS	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1-5	1-3
Insegurança alimentar moderada	6-9	4-5
Insegurança alimentar grave	10-14	6-8

Fonte: IBGE (2020a).

Dessa maneira, para identificar o nível de segurança ou insegurança alimentar e nutricional da população foram selecionadas as questões que compõem a EBIA que fazem parte

dos questionários da POF e PNAD. Todavia, o risco de vivenciar a fome associado à vulnerabilidade sociodemográfica, será explorado a partir da relação com variáveis sociodemográficas selecionadas, que por sua vez serão utilizadas enquanto forma para definir o risco de insegurança alimentar e nutricional entre a população. Além disso, considerando a importância das características do meio de vida e saneamento básico, que são determinantes da SAN no que diz respeito à dimensão da utilização (KEPPLE, 2014), será incluído na análise dessa relação a associação com variáveis sobre as características do domicílio.

A Tabela 3 apresenta as variáveis selecionadas que serão utilizadas nessa dissertação. Por fim, as informações serão trabalhadas a partir de uma análise estatística descritiva com o apoio de *softwares* de análise estatística como *R* e *SPSS*.

TABELA 3 – Variáveis selecionadas

Variáveis	PNAD 2013	POF 2017-2018
Sexo	v0302	V0404
Cor/raça	v0404	V0405
idade		COMPOSIÇÃO
Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	v4622	PC_RENDA_MONET
Anos de estudo	v4803	ANOS_ESTUDO
Situação de Segurança alimentar do domicílio	v4623A	V6199
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	v0217	V0212
Tipo combustível utilizado no fogão	v0223	V02161, V02162, V02163, V02164
Destino do lixo domiciliar	v0218	V0213
Código situação censitária	v4105	TIPO_SITUACAO_REG

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

É importante mencionar que para captar a composição etária do domicílio foram utilizadas variáveis distintas em cada pesquisa, portanto, não podem ser comparadas diretamente. Na POF a variável “COMPOSIÇÃO” foi selecionada para exprimir os diferenciais por idade da SAN do domicílio. Essa variável é derivada a partir do quesito idade e exprime a composição familiar da respectiva Unidade de Consumo da pessoa. Segundo essa variável crianças são pessoas até 14 anos, adultos são pessoas entre 15 e 64 anos e idosos pessoas com mais de 65 anos. Além disso, moradores com condição na família “empregado doméstico” e “parente de empregado doméstico” são excluídos de todas as etapas de construção da variável. Já na PNAD a diferenciação foi feita de forma semelhante à metodologia seguida pela EBIA, ou seja, a SAN ou níveis de IAN foram diferenciados com a presença ou não de moradores menores de 18 anos. No entanto, não foi necessário cruzar com uma variável específica, já que os dados já são apresentados seguindo essa configuração.

Por fim, é importante pontuar que as informações da POF sobre as diferentes faixas de rendimento da pessoa de referência do domicílio, foram calculadas tendo como referência o valor do salário mínimo que vigorava em 2013, ano em que foi realizada a PNAD utilizada nessa dissertação. Portanto, o valor utilizado como base foi de R\$ 678,00. Essa adaptação foi feita para que comparações pudessem ser feitas.

Os dados da PNAD foram manipulados no *software SPSS*. Inicialmente, as informações foram filtradas pelo código da UF de São Paulo (35) e foram selecionados somente os domicílios particulares. As informações foram ordenadas de acordo com o nº de controle (V0102) e nº de série (V0103). O peso da amostra foi ativado de acordo com o dicionário de variáveis, na base de pessoas utilizando o peso da pessoa (V4729) e na de domicílio o peso do domicílio (V4611). Por fim, para unir a base de pessoas e domicílio, foram utilizadas variáveis chaves presentes nos dois bancos nº de controle (V0102) e nº de série (V0103).

Por sua vez, os dados da POF foram trabalhados a partir do *software R*. De forma semelhante, inicialmente foi feita a adequação e ordenação dos microdados, ou seja, os pesos foram ativados e os identificadores da base foram selecionados. Em relação à base de domicílio foi utilizado o identificador do domicílio (id_dom), que é composto pelo identificador da unidade primária de amostragem (UPA) e pelo número do domicílio naquela UPA. Já para a base de morador foi utilizado identificadores de domicílio (id_dom), composto pelo identificador da UPA e pelo número do domicílio naquela UPA; identificadores de unidade de consumo (id_uc) composto pelo identificador da UPA, pelo número do domicílio naquela UPA e número da unidade de consumo pertencente ao domicílio, por fim, na base de morador foram utilizados identificadores de pessoas (id_pes) composto pelo código do informante e pelos mesmos elementos do identificador de unidade de consumo já mencionados. As bases foram unidas utilizando o identificador de domicílio e em seguida foi selecionado a pessoa de referência do domicílio. Após a preparação da base de dados, os cálculos necessários para apresentar as informações necessárias nesse trabalho foram realizados.

O número total das amostragens do ano de 2013 foi 65.258 para domicílios particulares. Já para moradores em domicílios particulares o número total da amostra foi de 201.364 (IBGE, 2014). Por sua vez, na POF 2018 os valores foram de respectivamente 68.862 para domicílios e 207.104 para moradores (IBGE, 2020a).

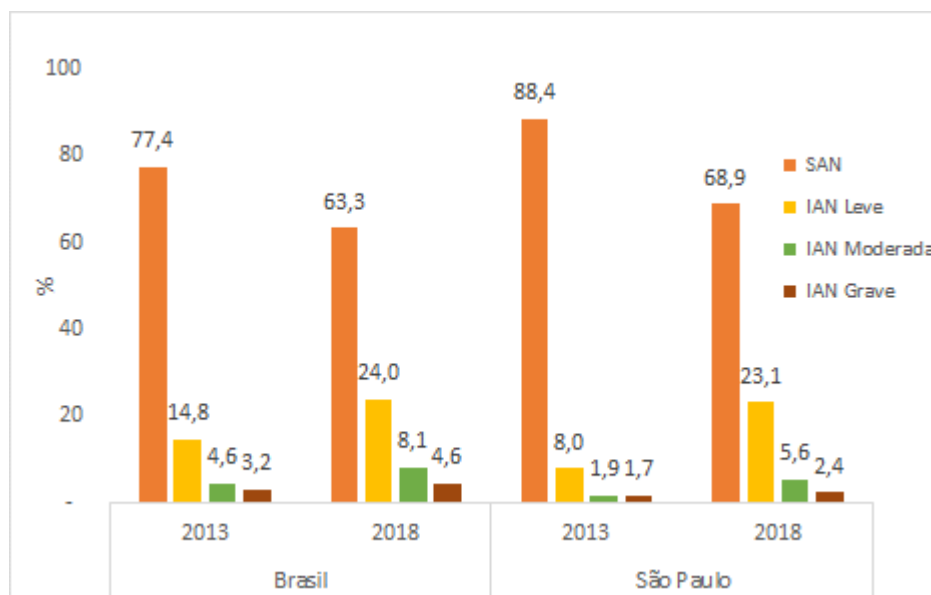
2.4 Resultados

A seguir serão apresentados os resultados encontrados a partir da manipulação dos dados da POF e PNAD. Vale mencionar que as informações serão apresentadas para o Estado de São Paulo e para fins comparativos, para o Brasil.

Ao analisar o Gráficos 1 é evidente que no período estudado ocorreram mudanças semelhantes entre a distribuição percentual dos domicílios do Brasil e do Estado de São Paulo segundo situação de segurança alimentar e nutricional, já que de 2013 para 2018, nas duas regiões houve diminuição da SAN e aumento dos índices de todos os graus de IAN. Em 2013 no Brasil 77,4% dos domicílios particulares estavam em segurança alimentar e nutricional e 22,6% em insegurança alimentar e nutricional, no entanto, em 2018 passando respectivamente para 63,3% e 36,7%. Por sua vez, entre os domicílios do Estado de São Paulo os índices seguiram movimento semelhante, em 2013 88,4% dos domicílios estavam em SAN e 11,6% em IAN, passando para respectivamente 68,9% e 31,1%.

Chama atenção que a diminuição do índice de SAN foi mais intensa no Estado de São Paulo do que em comparação com o conjunto do país. No Brasil a SAN diminuiu 14,1 pontos percentuais e em SP 19,5 pontos percentuais. Em São Paulo a IAN leve e moderada praticamente triplicaram, aumentando respectivamente 15 e 3,7 pontos percentuais, já no Brasil o aumento foi menor, sendo de respectivamente 9,4 e 3,5 pontos percentuais. Nas duas regiões analisadas houve aumento da IAN grave, todavia, o aumento foi maior no contexto nacional, aumentando 1,4 pontos percentuais, enquanto no Estado o aumento foi de 0,7 pontos percentuais. Dessa maneira, embora o Estado de São Paulo tenha registrado no período analisado maior percentual de domicílios em SAN do que no Brasil, quando comparado a evolução dos índices, nota-se que houve uma piora significativamente maior em SP do que no território nacional.

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual dos domicílios particulares segundo situação de segurança alimentar e nutricional – 2013-2018



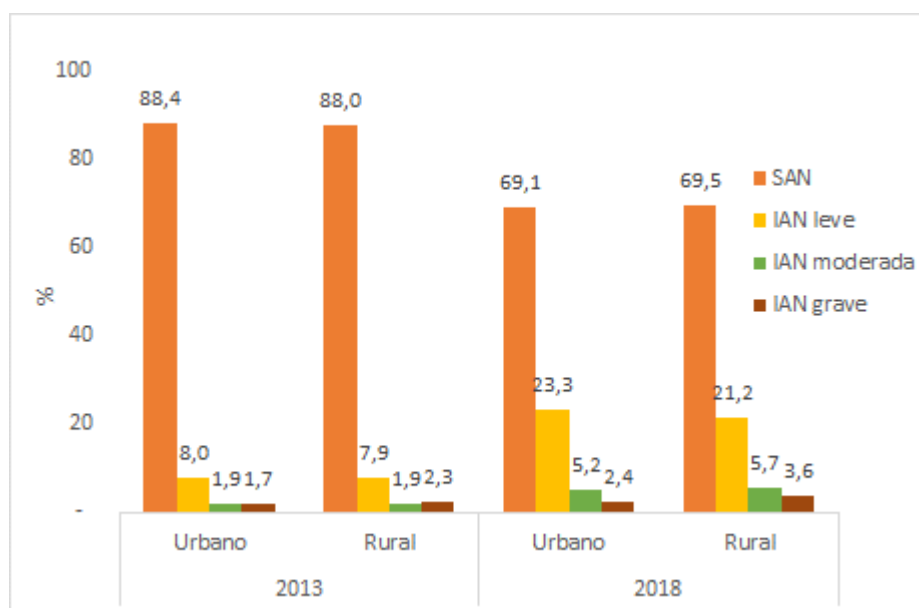
Fonte: IBGE (2014; 2020a).

O aumento da IAN registrado nas duas regiões analisadas se insere em um contexto no qual desde 2016 e com aprofundamento a partir de 2018, observou-se o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas de garantia de direitos, de proteção a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis (SOUZA et al., 2021). Outros aspectos desse contexto relevantes para compreensão dos dados apresentados e que serão discutidos mais adiante, foi a diminuição do percentual de pessoas vivendo com mais de um salário mínimo e aumento de pessoas vivendo em extrema pobreza (DAUFENBACK; COELHO; BÓGUS, 2021). Diante das informações expostas no Gráfico 1, a fim de aprofundar o entendimento do fenômeno estudado, os gráficos e tabelas que serão apresentados a seguir revelam os resultados encontrados da associação entre SAN e características sociodemográficas e do domicílio nas regiões estudadas.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual dos domicílios particulares do Estado de São Paulo por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo situação do domicílio em área urbana e rural. Considerando as informações apresentadas no Gráfico 1 que evidenciam a drástica diminuição da SAN e consequentemente, aumento de todos os níveis de IAN, chama atenção ao analisar o Gráfico 2 que tal movimento ocorreu tanto em áreas urbanas, como nas áreas rurais do Estado. Nota-se que domicílios em áreas urbanas e rurais possuíam situações próximas de segurança alimentar e nutricional, bem como seguiram tendência similar no período analisado.

Em 2013 88,4% dos domicílios em áreas urbanas do Estado de São Paulo estavam em SAN e 11,6% em IAN, passando em 2018 respectivamente para 69,1% e 30,9%. Nos domicílios em áreas rurais o movimento foi semelhante, em 2013 88% estavam SAN e 12% em IAN passando em 2018 respectivamente para 69,5% e 30,5%. Chama atenção no período analisado que a diminuição da SAN e o aumento da IAN leve foi superior nas áreas urbanas, todavia, o aumento da IAN moderada e grave foi maior em áreas rurais. Vale destacar que em 2013 apesar de apresentarem valores próximos, os domicílios em áreas urbanas possuíam maior percentual de SAN e IAN leve, ao passo que os domicílios em áreas rurais possuíam maior percentual de IAN grave. Em 2018 essa relação mudou e mesmo com proporções próximas, nas áreas urbanas o percentual de SAN é menor do que em áreas rurais, a IAN leve segue sendo maior em áreas urbanas e por fim, em áreas rurais do Estado de São Paulo a IAN moderada e grave segue sendo maior.

GRÁFICO 2 – Distribuição percentual dos domicílios particulares por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo situação do domicílio – Estado de São Paulo (2013-2018)



Fonte: IBGE (2014; 2020a).

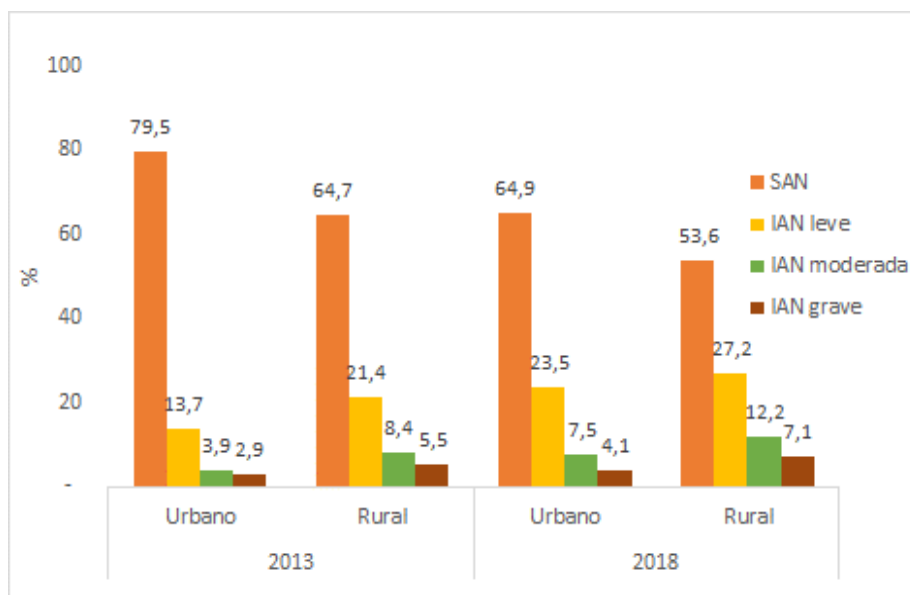
O Gráfico 3 apresenta essa mesma associação em relação ao Brasil. Nota-se que no contexto nacional, áreas urbanas possuíam proporcionalmente mais domicílios em SAN e menos em IAN no período analisado. Em 2013 79,5% dos domicílios em áreas urbanas estavam em SAN e 20,5% em IAN passando em 2018 respectivamente para 64,9% e 35,1%. Nos domicílios em áreas rurais o movimento foi semelhante, em 2013 64,7% estavam SAN e 35,6% em IAN passando em 2018 respectivamente para 53,6% e 46,4%. Vale ressaltar a situação extremamente grave em 2018, no qual quase metade dos domicílios em áreas rurais viviam em

algum nível de IAN. No contexto nacional, de forma semelhante ao Estado de São Paulo, o aumento da IAN leve e diminuição da SAN foi superior nas áreas urbanas, enquanto o aumento da IAN moderada e grave foi maior em áreas rurais.

Por fim, nota-se que nas áreas urbanas, bem como nas áreas rurais a diminuição da SAN e aumento da IAN leve foi superior no Estado de São Paulo em comparação com o Brasil. Em São Paulo a SAN diminuiu 19,3 pontos percentuais em áreas urbanas e em áreas rurais 18,5, já no Brasil a diminuição foi de respectivamente 14,6 e 11,1 pontos percentuais. Nas áreas urbanas do território nacional o aumento dos níveis de IAN moderada e grave foi superior do que do Estado, já nas áreas rurais o aumento da IAN moderada foi semelhante nas duas regiões. Por fim, o aumento da IAN grave foi superior nas áreas rurais no país.

Os dados encontrados corroboram os resultados de pesquisas existentes sobre o tema, como por exemplo Hoffmann (2008) que aponta que em 2004 em áreas rurais do Brasil a IAN é mais grave do que em áreas urbanas. Ao analisar tal relação o autor complementa afirmando que a maior probabilidade de insegurança alimentar e nutricional em áreas rurais, está associada, às diferenças de renda e escolaridade da pessoa de referência do domicílio (HOFFMANN, 2008).

GRÁFICO 3 – Distribuição percentual dos domicílios particulares por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo situação do domicílio – Brasil (2013-2018)



Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Nessa discussão, é preciso considerar que as singularidades do contexto urbano e do rural fazem com que existam diferenças significativas nos índices de SAN em cada localidade (SCHLINDWEIN, 2014). O contexto urbano coloca desafios singulares para a

população, já que o acesso à alimentação em áreas urbanas tem grande dependência da renda salarial dos indivíduos, aspecto este que torna esta população especialmente vulnerável a alterações de preços e de renda e provoca desafios específicos para a população (RUEL et al., 2010; SANTOS et al., 2018).

Por outro lado, os níveis mais elevados de IAN em áreas rurais podem ser interpretados enquanto consequência do difícil processo de desenvolvimento das políticas públicas de saúde e desenvolvimento nessas áreas (TRIVELLATO et al., 2019). Além disso, segundo Trivellato e colaboradores (2019) tal aspecto pode ser analisado também como resultado do processo de modernização da agricultura no país já que este amplia a vulnerabilidade socioambiental dessa população.

No entanto, diante dos resultados apresentados, chama atenção que em 2018 no Estado de São Paulo mesmo que com proporções próximas, nas áreas urbanas o percentual registrado de SAN foi menor do que em áreas rurais, aspecto este que certamente necessita de análises mais aprofundadas.

TABELA 4 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo situação o sexo da pessoa de referência do domicílio – São Paulo e Brasil, 2013-2018

	BRASIL				SÃO PAULO			
	2013		2018		2013		2018	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
SAN	79,1	74,6	66,8	58,5	90,0	85,6	72,4	64,0
IAN leve	14,0	16,1	22,4	26,2	7,0	9,7	21,5	25,9
IAN moderada	4,1	5,4	7,0	9,7	1,6	2,5	4,2	6,8
IAN grave	2,8	3,9	3,8	5,6	1,4	2,3	1,9	3,3

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

A Tabela 4 apresenta a distribuição percentual dos domicílios particulares por grau de segurança alimentar e nutricional segundo o sexo⁷ da pessoa de referência do domicílio. Ao analisar a tabela é evidente que houve movimento semelhante na distribuição percentual da SAN no Brasil e no Estado de São Paulo em ambos os sexos, ou seja, a diminuição da SAN e aumento dos níveis de IAN foi registrado entre homens e mulheres em 2013 e 2018.

⁷ Essa dissertação utiliza o sexo da pessoa de referência dos domicílios (homem; mulher) para construir as análises em relação a categoria de gênero. Tal escolha foi feita com objetivo de permitir que comparações sejam feitas com pesquisas sobre SAN/IAN realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota-se que no período analisado nas duas regiões os domicílios com homens como pessoa de referência possuíam maior percentual de SAN e menores percentuais em todos os níveis de IAN. No Brasil em 2013 79,1% dos domicílios com homens como pessoa de referência estavam em SAN em relação à 74,6% dos domicílios com mulheres como pessoa de referência, em 2018 essa proporção passa para respectivamente 66,8% e 58,5%. No Estado de São Paulo a mesma relação é observada, em 2013 90% dos domicílios com homens como pessoa de referência estavam em SAN e entre domicílios com mulheres como pessoa de referência somente 85,6% estavam em SAN, em 2018 essa proporção passa para respectivamente 72,4% e 64%.

Chama atenção que o aumento percentual dos níveis de IAN foi mais expressivo em domicílios com mulheres como pessoa de referência. No Brasil, em domicílios com homens como pessoa de referência o aumento de todos os níveis de IAN entre 2013 e 2018 foi de 12,3 pontos percentuais e em domicílios com mulheres como pessoa de referência de 16,2 pontos percentuais. Já no Estado de São Paulo o aumento foi de respectivamente 17,6 pontos percentuais e 21,6 pontos percentuais.

Os resultados apresentados corroboram a bibliografia que discute o tema. Para Santos e colaboradores (2022) a desigualdade nos níveis de SAN entre os sexos pode ser interpretada enquanto resultado dos diferentes papéis sociais que homens e mulheres possuem, uma vez que as mulheres enfrentam diversas barreiras sociais que restringem seu acesso nos campos político, econômico e cultural, com isso, tais restrições se expressam em menores salários, maior responsabilidade no trabalho doméstico, maiores restrições à empregos formais, educação e melhores oportunidades de trabalho, aspectos estes que impactam na saúde e alimentação das mesmas (SANTOS et al., 2022). Nesse sentido, segundo Campos e colaboradoras (2020) a maior vulnerabilidade das mulheres à IAN, se deve a aspectos das relações de gênero e da invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres no campo da alimentação dentro da economia capitalista.

De forma semelhante Valente (2014) aponta que as mulheres têm seus direitos violados e vivem violências estruturais em nível social, comunitário e doméstico, que por sua vez se expressam nos diferenciais de SAN. Por sua vez, Maluf (2007) afirma que a desigualdade nos índices de SAN entre homens e mulheres pode ser interpretada enquanto resultado do acesso e controle desiguais dos recursos, por isso, o autor defende que para compreender tais diferenciais é fundamental enfrentar temas relativos à gênero e reconhecer as diversas atribuições das mulheres predominante na produção ou obtenção, preparação e partição dos alimentos entre os membros da família. Além disso, Santos e colaboradoras (2022)

complementam afirmando que nesses estudos o grupo de mulheres não pode ser avaliado como homogêneo, uma vez que as mulheres negras, enfrentam a intersecção entre o sexismo e o racismo.

Por fim, nesse debate é fundamental considerar os diferentes papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, já que além da violência contra as mulheres gerar consequências para o estado de SAN das mesmas, tal violência também é causa estrutural da reprodução da pobreza e má nutrição para as gerações seguintes (VALENTE; SUÁREZ-FRANCO; CÓRDOVA *apud* VALENTE et al., 2016).

TABELA 5 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo cor/raça da pessoa de referência do domicílio – São Paulo, 2013-2018

SÃO PAULO						
	2013			2018		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
SAN	90,8	83,7	84,1	75,1	56,2	59,8
IAN leve	6,5	10,5	10,7	18,9	32,0	30,2
IAN moderada	1,4	2,8	2,8	3,9	8,2	7,1
IAN grave	1,3	3,0	2,4	2,1	3,5	2,9

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Quanto à associação entre o grau de segurança alimentar e nutricional e a cor/raça da pessoa de referência do domicílio, serão apresentados dados sobre a população que se declarou enquanto branca, preta e parda, uma vez que segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a população amarela e indígena representava 1,5% da população nacional e do Estado de São Paulo. Dessa maneira, para evitar que possíveis distorções e análises precipitadas, enquanto estratégia de pesquisa, optou-se por apresentar informações somente sobre os grupos que possuem maior proporção na população.

No Estado de São Paulo chama atenção que domicílios nos quais a pessoa de referência se declarou enquanto branca são os que apresentaram maior percentual de SAN. Já domicílios onde a pessoa de referência se declarou parda ou preta foram os que apresentaram menores proporções de SAN. Nota-se que de 2013 para 2018 houve aumento expressivo dos níveis de IAN nos domicílios com pessoas de referência de todas as cores/raças, contudo, sempre se mantendo os menores percentuais nos domicílios com pessoas de referência branca e maiores percentuais nos domicílios com pessoas de referência parda e preta. Ademais, apesar

do aumento geral, é evidente que nos domicílios com pessoas de referência parda e preta o aumento foi mais expressivo. O percentual de todos os níveis de IAN aumentou 24,3 pontos percentuais entre pardos e 27,5 pontos percentuais entre pretos, enquanto em domicílios com pessoas de referência branca o aumento foi de respectivamente 15,7 pontos percentuais.

TABELA 6 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo cor/raça da pessoa de referência do domicílio – Brasil, 2013-2018

BRASIL						
	2013			2018		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
SAN	85,6	69,3	70,4	74,0	54,1	54,6
IAN leve	10,3	18,6	18,8	18,6	28,9	28,5
IAN moderada	2,4	6,8	6,4	4,9	10,9	10,8
IAN grave	1,7	5,2	4,4	2,6	6,1	6,2

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Já em relação ao Brasil em 2013 como apresenta a Tabela 6, de forma semelhante ao Estado de São Paulo, os domicílios com a pessoa de referência branca foram os que apresentaram maior percentual de SAN, seguido por domicílios com a pessoa de referência parda. Em 2018, tendência semelhante é registrada, ou seja, domicílios com a pessoa de referência branca seguem com maior percentual de SAN, seguido por domicílios com a pessoa de referência parda. Domicílios tendo pessoa de referência preta são os que registraram menor percentual de SAN nos dois momentos analisados.

Ao comparar a associação entre SAN/IAN e cor/raça da pessoa de referência do domicílio, é evidente que no Brasil, bem como no Estado de São Paulo, domicílios com pessoas pretas como pessoa de referência registraram os percentuais mais baixos de SAN, consequentemente, nesse grupo foi registrado maior aumento percentual de todos os níveis de IAN entre 2013 e 2018.

Os resultados encontrados confirmam os dados apresentados na bibliografia que estuda o tema. Ribeiro Jr. et al. (2021) afirma que no Brasil as oportunidades e condições de trabalho são permeadas pela cor/raça, portanto, no país o risco de fome estão mais presentes nos domicílios cujas pessoas de referência são pessoas pretas ou pardas. Valente (2014) complementa afirmando em seu trabalho que negros e indígenas compõem parte significativa dos grupos populacionais que vivem sob o risco de vivenciar a fome. Por sua vez, Hoffmann (2008) aponta que mesmo quando se controla o efeito da renda, da escolaridade e de outras

variáveis, permanece um efeito estatisticamente significativo de cor preta ou parda determinando maior insegurança alimentar e nutricional, aspecto este que sugere que tal associação está associada a desigualdades estruturais.

Por fim, Santos e colaboradoras (2022) ao investigarem a interseções de gênero e raça/cor e IAN nos domicílios, de forma semelhante aos dados encontrados nessa dissertação, afirmam que domicílios chefiados pelas mulheres negras são mais vulneráveis aos níveis mais severos de insegurança alimentar e nutricional. As autoras pontuam que tal relação é reflexo das desigualdades de gênero e raça estruturais presentes no Brasil. Ademais, outro ponto central da discussão é a presença de uma hierarquização dentro da categoria mulher negra que faz com que a vulnerabilidade social seja intensificada conforme aumenta o gradiente da cor da pele (SANTOS et al., 2022).

TABELA 7 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo anos de estudo da pessoa de referência do domicílio – São Paulo, 2013-2018

SÃO PAULO						
GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
2013						
SAN	80,7	85,7	86,9	85,1	89,9	96,4
IAN Leve	9,9	9,9	8,7	10,2	7,7	2,9
IAN moderada	4,6	2,6	2,0	2,8	1,3	0,3
IAN grave	4,8	1,7	2,4	1,8	1,2	0,5
2018						
SAN	65,9	60,0	62,6	63,3	65,7	88,3
IAN Leve	19,2	27,0	26,4	28,1	27,1	9,9
IAN moderada	8,9	7,6	7,3	5,6	5,4	1,3
IAN grave	5,9	5,3	3,8	2,9	1,8	0,5

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Por sua vez, em relação à associação entre segurança alimentar e nutricional e anos de estudo da pessoa de referência do domicílio, ao analisar a Tabela 7 é evidente que SAN é diretamente relacionada à maior escolaridade. Em São Paulo em 2013 80,7% dos domicílios nos quais a pessoa de referência não possuía instrução ou menos de 1 ano de estudo estavam em SAN, ao passo que essa proporção aumenta para 96,4% dentre os domicílios em que a pessoa de referência possuía 15 ou mais anos de estudo. A relação oposta também é observada, ou seja, observa-se maior percentual dos níveis de IAN em domicílios onde a pessoa de referência possuía menor escolaridade.

Como esperado em 2018 nota-se menor percentual de domicílios em SAN e aumento da proporção dos domicílios nos níveis de IAN. Contudo, chama atenção que a relação mencionada anteriormente entre SAN e escolaridade 2018 se mantém, o que indica que domicílios com a pessoa de referência com menos anos de estudos, enfrentaram maiores dificuldades na garantia da SAN.

Ao analisar a Tabela 8 nota-se que no Brasil observa-se a mesma associação registrada no Estado de São Paulo. Em 2013 63,4% dos domicílios nos quais a pessoa de referência não possuía instrução ou menos de 1 ano de estudo estavam em SAN, ao passo que essa proporção aumenta para 93,6% dentre os domicílios em que a pessoa de referência possuía 15 ou mais anos de estudo. Já em 2018 essa relação se mantém e passa para respectivamente 49,7% e 84,7%.

A associação encontrada entre SAN e anos de estudo reforçam os resultados de pesquisas que investigam o tema, como por exemplo o trabalho de Santos et al. (2018) que ao abordar tal associação defende que a relação entre baixa escolaridade e insegurança alimentar moderada e grave, se justifica pelo fato de que melhores níveis de educação podem estar ligados a melhores oportunidades de inserção profissional no mercado de trabalho, aspecto este que leva ao aumento da renda familiar, o que por sua vez aumenta o acesso à alimentação e melhores condições de vida. Salles-Costa e colaboradores (2008) ao estudarem a associação entre indicadores socioeconômicos e insegurança alimentar em Duque de Caxias, município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, afirmam que a escolaridade do chefe da família está relacionada à IAN, já que no estudo a prevalência de SAN foi crescente conforme aumentou o grau de escolaridade do chefe da família, consequentemente a proporção de famílias em insegurança alimentar moderada e grave diminuiu ao passo que aumentou escolaridade do chefe da família.

Campos e colaboradoras (2020) apontam que a escolaridade, assim como a renda, é um dos fatores determinantes para a SAN, já que domicílios com a pessoa de referência com baixa escolaridade, de forma associada a outros fatores, como à chefia do domicílio por mulheres, e em especial se foram negras estão muito mais vulneráveis à IAN do que os demais domicílios.

TABELA 8 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo anos de estudo da pessoa de referência do domicílio – Brasil, 2013-2018

BRASIL						
GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
2013						
SAN	63,4	67,2	74,7	77,3	84,2	93,6
IAN Leve	19,7	19,4	16,6	15,8	12,2	5,3
IAN moderada	9,0	8,0	5,1	4,2	2,3	0,7
IAN grave	7,8	5,3	3,6	2,6	1,2	0,4
2018						
SAN	49,7	51,9	58,5	58,7	64,9	84,5
IAN Leve	25,8	26,8	25,9	28,4	25,3	12,1
IAN moderada	15,1	12,6	9,7	8,1	7,0	2,3
IAN grave	9,4	8,7	5,9	4,8	2,9	1,0

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Por sua vez, ao analisar a distribuição percentual dos domicílios por grau de SAN e segundo a composição etária do domicílio, é evidente ao observar os dados apresentados na Tabela 9 que em 2013 a presença de morador menor de 18 anos estava associada a menores índices de SAN e consequentemente a maiores índices de IAN entre a população do Estado de São Paulo, bem como do Brasil.

TABELA 9 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo composição etária do domicílio – Brasil e São Paulo, 2013

BRASIL		
	Tem morador menor de 18 anos	Não tem morador menor de 18 anos
SAN	71,2	83,4
IAN LEVE	20,3	9,4
IAN MODERADA	5,0	4,2
IAN GRAVE	3,5	3,0
SÃO PAULO		
	Tem morador menor de 18 anos	Não tem morador menor de 18 anos
SAN	84,7	91,5
IAN LEVE	11,4	5,1
IAN MODERADA	1,9	1,8
IAN GRAVE	1,9	1,5

Fonte: IBGE (2014).

No contexto nacional em domicílios com morador menor de 18 anos, 71,2% estavam em SAN e entre domicílios sem a presença de morador menor de 18 anos 83,4% estavam em SAN. Consequentemente os domicílios com morador menor de 18 anos registraram maiores índices de todos os níveis de IAN. Já em São Paulo a mesma tendência é observada, com 84,7% dos domicílios com menor de 18 em SAN em relação à 91,5% dos domicílios sem menor de 18 anos em SAN.

De forma semelhante, em 2018, como exposto na Tabela 10, observa-se o maior percentual de SAN em domicílios sem crianças. No Brasil 67,7% dos domicílios sem crianças estavam em SAN, por outro lado 46,6% dos domicílios com um adulto e com pelo menos uma criança estavam em SAN. Seguindo a mesma tendência, em São Paulo os valores encontrados foram de respectivamente 73,3% e 58,8%. Vale ressaltar que quando o domicílio é composto com mais de um adulto tal relação se mantém, tanto no contexto nacional como no Estado de São Paulo.

Ao analisar os resultados dos domicílios por grau de SAN e segundo a composição etária do domicílio, é evidente que a segurança alimentar e nutricional se dá de forma diferenciada ao longo da vida dos indivíduos (MALUF, 2007). Os resultados encontrados corroboram o trabalho de Hoffmann (2008) que aponta que a SAN dos domicílios é afetada pela presença ou não de pessoas com menos de 18 anos de idade, já que a presença dessas pessoas aumenta a IAN domiciliar. Como mencionado anteriormente, esse diferencial ocorre pelo fato de que crianças e menores de 18 anos necessitam de mais atenção à saúde, alimentação e educação e por isso, demandam maior percentual de gastos no orçamento familiar (MARILAC-SOUZA, 2009). De forma semelhante, a presença de idosos também compromete percentual de gastos no orçamento familiar pela sua indisponibilidade para o mercado de trabalho e também pelas necessidades de gastos adicionais com saúde (PINTO, 2011). Dessa maneira, como discutido anteriormente, o efeito da composição etária do domicílio para a SAN, perpassa o efeito da renda domiciliar per capita (HOFFMANN, 2008), dado que a presença ou não de menores de 18 anos ou de idosos, interferem no orçamento familiar, que por sua vez, impacta a SAN do domicílio.

TABELA 10 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e nutricional e segundo composição etária do domicílio – Brasil e São Paulo, 2018

BRASIL				
	Um adulto sem criança	Um adulto com ao menos uma criança	Mais de um adulto sem criança	Mais de um adulto com ao menos uma criança
SAN	67,7	46,6	66,9	54,3
IAN LEVE	16,2	31,4	20,9	32,1
IAN MODERADA	8,1	13,7	8,0	8,9
IAN GRAVE	8,0	8,2	4,3	4,7
SÃO PAULO				
	Um adulto sem criança	Um adulto com ao menos uma criança	Mais de um adulto sem criança	Mais de um adulto com ao menos uma criança
SAN	73,3	58,8	71,6	58,3
IAN LEVE	13,4	27,1	20,5	33,4
IAN MODERADA	6,9	8,7	5,8	5,6
IAN GRAVE	6,4	5,4	2,1	2,6

Fonte: IBGE (2020a).

Nesse ponto, vale lembrar que a fome repercute de forma diferenciada ao longo da vida das pessoas, com efeitos que geram consequências para a qualidade de vida, bem como para a existência das gerações futuras (MALUF, 2007). O efeito da insegurança alimentar e nutricional em cada etapa da vida gera resultados específicos, como por exemplo: mortalidade infantil; desmame precoce; nutrição fetal insuficiente; comprometimento do desenvolvimento cognitivo e retardo no crescimento; enfermidades crônicas e infecções; mortalidade materna; capacidade física reduzida (MALUF, 2007). Diante de tal relação, é fundamental considerar as mudanças na estrutura populacional que ocorrem no Estado de São Paulo. Como revela as nas pirâmides etárias do Estado apresentadas na Figura 5, a estrutura populacional de São Paulo é típica de uma população em envelhecimento, dado que já que se observa o aumento do peso relativo do grupo de jovens e idosos, na medida que diminui gradativamente o peso relativo dos grupos etários iniciais. Portanto, considerando que gradativamente o peso relativo dos idosos será maior e levando em consideração a relação entre idosos e SAN, é evidente a necessidade estratégias para lidar com o crescente contingente populacional que é especialmente vulnerável à IAN.

Por sua vez, ao analisar a Tabela 11 que apresenta a distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de rendimento da pessoa de referência, nota-se que no Brasil 37,9% dos domicílios com rendimento de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo estavam em SAN e 14,1% em IAN grave, por outro lado, os valores obtidos em domicílios com rendimento de mais de 1 salário mínimo foram de respectivamente 90,2% e 0,9%. Portanto, é evidente a associação entre maior rendimento e SAN, consequentemente, domicílios com menor rendimento apresentam menor percentual de SAN e maior percentual de IAN, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo em 2013.

TABELA 11 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de renda da pessoa de referência do domicílio – Brasil e São Paulo, 2013

BRASIL 2013				
	Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo	Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
SAN	37,9	57,9	74,3	90,2
IAN Leve	32,5	26,6	17,6	7,5
IAN moderada	15,5	9,4	5,1	1,5
IAN grave	14,1	6,2	3,0	0,9
SÃO PAULO 2013				
	Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo	Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
SAN	51,5	73,7	83,1	93,7
IAN Leve	25,8	16,3	11,8	4,7
IAN moderada	10,7	4,1	2,9	0,8
IAN grave	12,0	5,9	2,1	0,7

Fonte: IBGE (2014).

Já em 2018, como apresentado na Tabela 12, os valores obtidos da distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de rendimento da pessoa de referência, seguem movimento semelhante ao observado em 2013. Nesse ano, 24,8% dos domicílios com rendimento de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo estavam em SAN e 18,3% em IAN grave, por outro lado, os valores obtidos em domicílios com rendimento de mais de 1 salário mínimo foram de respectivamente 77,1% e 1,2%. Relação semelhante é registrada nos domicílios do Estado de São Paulo. É evidente nesse ano, a associação entre maior rendimento e SAN, consequentemente, domicílios com menor rendimento apresentam menor percentual de SAN e maior percentual de IAN, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo.

TABELA 12 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo faixa de renda da pessoa de referência do domicílio – Brasil e São Paulo, 2018

BRASIL 2018				
	Até ¼ salário mínimo	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	Mais de ½ até 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
SAN	24,8	43,0	61,0	77,1
IAN Leve	33,4	32,2	30,4	19,9
IAN moderada	23,5	15,1	5,4	1,8
IAN grave	18,3	9,7	3,2	1,2
SÃO PAULO 2018				
	Até ¼ salário mínimo	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	Mais de ½ até 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
SAN	37,5	64,3	68,8	86,3
IAN Leve	25,8	26,3	23,7	8,7
IAN moderada	20,4	6,1	5,4	3,4
IAN grave	16,3	3,3	2,0	1,6

Fonte: IBGE (2020a).

Os dados apresentados evidenciam a relação entre menor rendimento e menor percentual de SAN. Dessa forma, demonstram que no Brasil, bem como em São Paulo, tal associação se dá de forma semelhante à defendida nos trabalhos que investigam o tema, como por exemplo Hoffmann (2008) que aponta que o grau de insegurança alimentar e nutricional é fortemente relacionado à disponibilidade de recursos econômicos e sociais. Em seu trabalho ao investigar os determinantes da insegurança alimentar e nutricional, o autor afirma que o determinante isolado mais importante é a renda domiciliar per capita, já que foi registrado a redução na probabilidade de insegurança alimentar grave na medida em que ocorre a passagem do estrato com menor rendimento para o estrato seguinte (HOFFMANN, 2008). De forma semelhante, Marilac-Souza (2009) afirma que a renda é considerada determinante da SAN, com isso, é o que garante o acesso à alimentação e a realização do DHAA. Dessa maneira, de acordo com Maluf (2007) os grupos populacionais de menor rendimento são os mais suscetíveis a variações dos preços dos alimentos, por isso, são mais vulneráveis à IAN.

Nessa discussão, é fundamental considerar que a renda é uma variável sujeita a erros de medida, dado que é frequente que as pessoas esquecem componentes da sua renda e, no caso de rendas relativamente elevadas, é comum que subdeclararem os valores (HOFFMANN, 2008).

Por fim, vale mencionar que no Brasil, o Estado é responsável em garantir o acesso universal a serviços básicos, entretanto, o acesso à alimentação depende fortemente do poder aquisitivo dos indivíduos ou do grupo familiar (HOFFMANN; JESUS, 2021). Dessa maneira,

ao analisar os resultados apresentados é evidente que o Estado é ineficiente em garantir o acesso universal aos serviços básicos, já que parte considerável da população convive com a IAN e tem seus direitos básicos desrespeitados.

TABELA 13 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo destino dado ao lixo – Brasil e São Paulo, 2013-2018

BRASIL				SÃO PAULO			
2013		2018		2013		2018	
coletado	outro	coletado	outro	coletado	outro	coletado	outro
79,8	57,9	65,4	52,8	88,7	82,3	69,5	63,0
13,6	24,6	23,4	27,3	7,8	12,4	23,0	25,9
3,9	10,1	7,3	12,2	1,8	2,6	5,2	5,0
2,7	7,5	3,9	7,7	1,7	2,6	2,2	6,1

Fonte: IBGE (2014; 2020a).

Em relação à associação entre SAN e algumas características dos domicílios, a Tabela 13 apresenta informações sobre a distribuição percentual dos domicílios por grau SAN e segundo destino dado ao lixo. No Brasil em 2013 entre os domicílios que tinham o lixo coletado diretamente 79,8% estavam em SAN, já os que tinham outro destino ao lixo domiciliar 57,9% estavam em SAN, já em relação à IAN leve os valores encontrados foram de respectivamente 13,6% e 24,6%. Para a IAN moderada os valores encontrados foram de respectivamente 3,9% e 10,1% e para IAN grave 2,7% e 7,5%. Em 2018 a mesma relação é observada, ou seja, domicílios com lixo domiciliar coletado possuem maior percentual de SAN, na medida que domicílios com outro destino dado ao lixo possuem maiores percentuais de todos os níveis de IAN.

No período analisado, a mesma relação registrada no Brasil é observada no Estado de São Paulo. Dessa maneira, na medida em que aumenta o nível de insegurança alimentar e nutricional, cresce a proporção de domicílios que não possuem o lixo coletado, consequentemente, pode-se afirmar que a presença de SAN está relacionada ao maior percentual de domicílios com coleta de lixo direta.

Os resultados apresentados vão na mesma direção dos dados apresentados anteriormente, dessa forma, nota-se que apesar do Estado de São Paulo apresentar maior percentual de SAN, a diminuição dos índices foi mais intensa na UF do que no território nacional. Chama atenção que comparativamente o Estado de São Paulo tem o maior percentual de domicílios com lixo coletado. Entretanto, nota-se que essa proporção diminuiu de 2013 para 2018 no contexto nacional, bem como em São Paulo. Em 2013 no Brasil 89,4% dos domicílios

tinham o lixo coletado e 10,6% tinham outro destino para lixo, passando em 2018 para respectivamente 83,6% e 16,4%. Já em São Paulo 94,5% dos domicílios tinham o lixo coletado e 5,5% tinham outro destino para lixo em 2013, passando em 2018 para respectivamente 94% e 6%.

TABELA 14 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo forma de esgotamento sanitário – Brasil e São Paulo, 2013

ESGOTAMENTO SANITÁRIO – BRASIL – 2013			
	Rede coletora ou Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	outro
SAN	84,0	70,5	63,6
IAN Leve	11,3	19,3	21,7
IAN Moderada	2,8	6,1	8,6
IAN Grave	2,0	4,1	6,0
ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SÃO PAULO – 2013			
SAN	88,8	88,2	78,7
IAN Leve	7,9	7,8	10,7
IAN Moderada	1,8	1,1	5,9
IAN Grave	1,6	2,8	4,7

Fonte: IBGE (2014).

Por sua vez, em relação à associação entre segurança alimentar e nutricional e a forma de esgotamento sanitário, ao analisar a Tabela 14, nota-se que em 2013 no Brasil 84% dos domicílios que tinham o esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial estavam em SAN, já entre os domicílios com fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial 70,5% estavam em SAN, por fim, somente 63,6% dos domicílios com outras formas de esgoto sanitário estavam em SAN. Dessa maneira, na medida que aumenta o grau de insegurança alimentar e nutricional, diminui a proporção de domicílios com o esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede e aumenta a proporção das outras formas de esgotamento sanitário. Exemplo dessa relação são os domicílios com IAN grave, no qual somente 2% tinham o esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede, 4,1% tinham fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial e 6% tinham outras formas de esgoto sanitário. Relação semelhante é observada no mesmo ano no Estado de São Paulo.

TABELA 15 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo forma de esgotamento sanitário – Brasil e São Paulo, 2018

ESGOTAMENTO SANITÁRIO – BRASIL – 2018			
	Rede coletora ou Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	outro
SAN	69,3	54,9	40,7
IAN Leve	21,4	28,0	32,4
IAN Moderada	6,1	10,9	14,6
IAN Grave	3,1	6,1	12,2
ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SÃO PAULO – 2018			
SAN	70,0	62,5	47,4
IAN Leve	22,8	26,0	38,4
IAN Moderada	5,0	7,5	7,4
IAN Grave	2,3	4,0	6,8

Fonte: IBGE (2020a).

Ao analisar a Tabela 15 nota-se que a mesma relação é observada em 2018 no Brasil e no Estado de São Paulo, ou seja, na medida que aumenta o grau de insegurança alimentar e nutricional, diminui a proporção de domicílios com o esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, e aumenta a proporção das outras formas de esgotamento sanitário. Portanto, é evidente que domicílios com o esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial estão associados a melhores níveis de segurança alimentar e nutricional.

TABELA 16 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo combustível utilizado na preparação de alimentos – Brasil e São Paulo, 2013

BRASIL			
	Gás de botijão ou encanado	Lenha	Energia elétrica
SAN	78,6	58,1	93,0
IAN Leve	14,3	24,0	0,0
IAN Moderada	4,2	10,0	5,7
IAN Grave	2,8	7,8	1,3
SÃO PAULO			
SAN	88,4	75,0	100,0
IAN Leve	8,0	12,5	0,0
IAN Moderada	1,9	0,0	0,0
IAN Grave	1,7	12,5	0,0

Fonte: IBGE (2014).

Quanto à associação com o combustível utilizado para a preparação dos alimentos, observa-se que em 2013 no Brasil, assim como em São Paulo, SAN é associada ao uso de gás de botijão ou encanado. No contexto nacional 78,6% dos domicílios que utilizavam esse combustível possuíam SAN e 2,8% possuíam IAN grave, em São Paulo 88,4% possuíam SAN e 1,7% IAN grave. Já em domicílios que utilizavam lenha como combustível, observa-se menor proporção de SAN ao passo que os níveis de IAN são proporcionalmente maiores. Por sua vez, domicílios que utilizavam energia elétrica como combustível registraram maior percentual de SAN.

De forma semelhante à 2013, no Brasil em 2018 nota-se que SAN é associada ao uso de gás de botijão ou encanado. No contexto nacional 63,6% dos domicílios que utilizavam esse combustível possuíam SAN e 4,3% possuíam IAN grave. Já em domicílios que utilizavam lenha como combustível, observa-se menor proporção de SAN ao passo que os níveis de IAN são proporcionalmente maiores. Por sua vez, domicílios que utilizavam energia elétrica como combustível registraram maior percentual de SAN.

TABELA 17 – Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar e segundo combustível utilizado na preparação de alimentos – Brasil e São Paulo, 2018

BRASIL			
	Gás de botijão ou encanado	Lenha	Energia elétrica
SAN	63,6	54,1	70,0
IAN Leve	24,1	25,9	21,6
IAN Moderada	8,0	12,3	5,6
IAN Grave	4,3	7,7	2,8
SÃO PAULO			
SAN	69,0	75,8	71,7
IAN Leve	23,3	19,2	22,2
IAN Moderada	5,1	2,6	4,2
IAN Grave	2,5	2,3	1,8

Fonte: IBGE (2020a).

Por sua vez, em São Paulo dos domicílios que utilizavam gás de botijão ou encanado 69% possuíam SAN e 2,5% IAN grave. Já em domicílios que utilizavam lenha como combustível, observa-se maior proporção de SAN, 75,8% estavam em SAN e 2,3% em IAN grave. Por sua vez, domicílios que utilizavam energia elétrica como combustível 71,7% estavam em SAN e 1,8% em IAN grave. Ao analisar tais resultados, vale pontuar que o questionário (POF 1) aplicado para captar essas informações permitia que a população informasse utilizar mais de um combustível. Com isso, o número de domicílios que informou utilizar gás de botijão ou encanado é consideravelmente maior do que os que informaram utilizar lenha, aspecto este que deve ser considerado ao analisar tais informações.

Os resultados encontrados que apresentam a associação entre SAN e as características do domicílio, corroboram os resultados apresentados por trabalhos que tratam do tema. As informações apresentadas evidenciam que o acesso à esgoto domiciliar ligado à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, a presença de coleta de lixo e a utilização de gás encanado ou botijão são características do domicílio que estão diretamente associadas a melhores índices de SAN (MARILAC-SOUZA, 2009; IBGE, 2020a). Vale lembrar que tais características são indicadores de monitoramento (KEPPLE, 2014) da segurança alimentar e nutricional, já que a ausência de tais aspectos domiciliares dificultam os processos ligados à alimentação.

Santos et al. (2018) em seu trabalho pontua que desigualdades sociais e acesso inadequado a serviços básicos, como por exemplo saneamento básico, influenciam a perpetuação de um ciclo intergeracional de poucas oportunidades, aspecto este que restringe o

desenvolvimento do capital humano, o que representa barreiras para superar a condição de privação ao DHAA. De forma semelhante, Hoffmann (2008) ao investigar os determinantes da SAN no Brasil, pontua que a existência de luz elétrica, água encanada e esgoto apropriado reduzem a chance de insegurança alimentar. Dessa maneira, o autor afirma que a possibilidade de insegurança alimentar e nutricional para um domicílio depende do acesso a serviços que são de responsabilidade do Estado.

Em relação ao combustível utilizado na preparação de refeições, de forma semelhante aos resultados encontrados para o contexto nacional, pesquisas apontam que quando o combustível utilizado no fogão não é gás, a chance do domicílio estar em insegurança alimentar e nutricional é maior (MARILAC-SOUZA, 2009). Todavia, é importante mencionar que o uso de outro combustível diferente do gás é um indicador de insegurança alimentar para os domicílios urbanos, contudo para o rural esta associação não foi encontrada (MARILAC-SOUZA, 2009).

Alves e Torres (2006) apresentam elementos que agregam na investigação de tal associação. Ao investigarem a dimensão da vulnerabilidade socioambiental no Município de São Paulo afirmam que apesar da melhora dos indicadores sociais na região estudada, é evidente a presença de grandes diferenciais de condição de vida e acesso a serviços públicos. Segundo os autores, a população de menor rendimento, que convive com situações de privação social, como a ausência de serviços urbanos, bem como observado em relação à associação entre vulnerabilidade sociodemográfica e SAN, possuem menor capacidade de reação às situações de risco e conseqüentemente vivem situações alta vulnerabilidade socioambiental (ALVES; TORRES, 2006).

O II VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022) dedicou parte da pesquisa para investigar a associação entre SAN e insegurança hídrica, medida pelo fornecimento irregular ou mesmo falta de água potável. De forma semelhante às variáveis do domicílio investigadas nessa dissertação, o acesso à água é parte dos determinantes da dimensão da utilização (KEPPLE, 2014) da SAN, portanto, é interessante que colocações a respeito sejam apresentadas. Dessa forma, vale mencionar que a pesquisa demonstra a associação entre IAN grave e insegurança hídrica, principalmente em domicílios localizados em área rural. Com isso, pode-se afirmar que para a garantia da segurança alimentar e nutricional é imprescindível a garantia da segurança hídrica, dado que o acesso aos alimentos e o acesso à água para consumo humano dependem, de condições socioeconômicas, políticas, geográficas e ambientais assentadas em políticas públicas que buscam garantir a realização desses direitos (REDE PENSSAN, 2022).

2.4.1 Consumo Alimentar

Os hábitos alimentares e a saúde da população são diretamente influenciados por mudanças socioeconômicas, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais (POPKIN, 2006). Nesse sentido, é preciso considerar que o processo de formação de um novo sistema alimentar e a transformação da lógica agrícola no Brasil foram impulsionadas pelas necessidades do sistema agroalimentar (SOUZA; OLIVEIRA, 2016). Novas formas de produção, processamento, distribuição, compra e consumo de alimentos foram criadas como consequência do processo de globalização financeira, do livre comércio e da expansão das empresas transnacionais de alimentos (MARTINS et al., 2013; MONTEIRO et al., 2012), sendo tais aspectos característicos do atual Regime Alimentar (MCMICHAEL, 2016).

No Brasil tais transformações resultaram no maior consumo de alimentos calóricos, que foi impulsionado, sobretudo, devido a penetração de indústrias transnacionais de alimentos no mercado, levando ao aumento da oferta e a redução dos preços de alimentos industriais. Dessa forma, gradativamente as dietas tradicionais baseadas em alimentos *in natura* foram substituídas por dietas compostas por produtos processados e ultraprocessados (POPKIN, 2006). Diversas pesquisas que buscam levantar informações sobre questões que envolvem alimentação revelam a existência de novas tendências de consumo alimentar, onde observa-se aumento do consumo de alimentos prontos, menor variedade de alimentos consumidos no domicílio, e mudanças do consumo de alimentos tradicionais que demandam mais tempo de preparo, para o consumo de alimentos de rápido preparo e alimentação fora do domicílio (SCHLINDWEIN, 2014; VAZ; HOFFMANN, 2020). Tais mudanças são exemplos de transformações que disseminaram novos hábitos alimentares (VAZ; HOFFMANN, 2020) e que consequentemente provocaram transformações nos níveis de SAN da população.

É fundamental pontuar que muitas etapas do processamento de alimentos são benéficas e necessárias para que alguns alimentos se tornem comestíveis. No entanto, a transformação da natureza, da dimensão e da finalidade do processamento mudou com o processo de industrialização (MONTEIRO et al., 2012). Atualmente o ultraprocessamento tornou-se um problema central da questão alimentar devido à natureza dos processos de transformação que os alimentos e nutrientes são submetidos e os resultados desses processos nos alimentos e na saúde dos consumidores (MONTEIRO et al., 2012). O ultraprocessamento passou a moldar o sistema alimentar e os padrões alimentares da população, fazendo com que a comida seja algo cada vez mais industrial e controlado pelas tendências do mercado (POLLAN, 2006).

Dessa maneira, será apresentado brevemente algumas características sobre o consumo alimentar da população brasileira, a fim de fornecer novos elementos para refletir a respeito da relação entre a situação de segurança alimentar nutricional da população e o atual Regime Alimentar. Tais dados serão apresentados brevemente, contudo, é importante frisar que é fundamental que trabalhos futuros busquem aprofundar tais análises.

TABELA 18 – Participação relativa dos grupos de alimentos no total de calorias determinado pela aquisição alimentar domiciliar – Brasil – 2002-2018

GRUPOS DE ALIMENTOS	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Alimentos in natura ou minimamente processados	53,3	50,4	49,5
Ingredientes culinários processados	25,8	24,2	22,3
Alimentos processados	8,3	9,4	9,8
Alimentos ultraprocessados	12,6	16	18,4

Fonte: IBGE (Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009/2017-2018).

Ao analisar a Tabela 18 é evidente que de 2003 até 2018 a quantidade de alimentos ultraprocessados na dieta brasileira tem aumentado, reduzindo o espaço para alimentos *in natura* e minimamente processados. Em 2003 alimentos *in natura* ou minimamente processados representavam 53,3% no total de calorias, passando para 49,5% em 2018. Já a participação relativa dos alimentos ultraprocessados aumentou de 12,6% em 2003 para 18,4% em 2018.

Vale lembrar que esse movimento ocorre no contexto do terceiro regime alimentar, que como apresentado no Capítulo 1, é marcado pela mercantilização da alimentação, pelo livre comércio, pela hegemonia corporativa, pela forte influência do neoliberalismo e do capital transnacional, com agricultura e alimentos padronizados (MCMICHAEL, 2016). Dessa maneira, o processo de financeirização característico desse regime, faz com que a configuração dos sistemas econômicos atenda aos interesses financeiros, deixando de lado outros como, por exemplo, os de saúde pública ou de segurança alimentar (DOWBOR, 2017). Como apresentado anteriormente no Gráfico 1, o movimento explicitado na Tabela 18 foi acompanhado pela diminuição da segurança alimentar e nutricional e aumento dos níveis de insegurança alimentar.

Dessa maneira, é evidente a associação entre os novos hábitos alimentares, caracterizados pelo maior consumo de ultraprocessados – impulsionados pelos aspectos que marcam o Regime Alimentar Corporativo e transformações nos níveis de SAN da população.

Diante dos resultados apresentados anteriormente observa-se que o grau de segurança ou insegurança alimentar e nutricional se distribui de forma desigual de acordo com as características sociodemográficas da população e dos domicílios. Diferenças fundamentais foram encontradas em relação às áreas urbanas e rurais, sexo, cor/raça, escolaridade, composição etária do domicílio, renda, bem como em relação às características dos domicílios, como por exemplo, a presença de esgoto domiciliar, destino dado ao lixo domiciliar e combustível utilizado para a preparação dos alimentos. Consequentemente, pode-se afirmar que a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, ou em outros termos, o risco de vivenciar a fome não se distribui de forma homogênea entre os diferentes grupos populacionais, dado que determinados segmentos da população enfrentam maiores dificuldades em mobilizar os ativos necessários para garantir a SAN. Dessa maneira, conforme apresentado ao longo do capítulo, diante dos resultados encontrados, é evidente que a associação encontrada nesse trabalho entre SAN e as características sociodemográficas da população corroboram a bibliografia existente sobre o tema.

É fundamental destacar que no período selecionado para a análise, tanto no Estado de São Paulo, como no contexto nacional houve diminuição da SAN e aumento dos índices de todos os graus de IAN. Comparativamente o Estado registrou maiores índices de SAN, enquanto no Brasil proporcionalmente mais domicílios registraram maiores índices de IAN leve, moderada e grave. No entanto, embora São Paulo tenha registrado maior percentual de domicílios em SAN do que no Brasil, quando comparado a evolução dos índices, nota-se que houve uma piora significativamente maior em SP do que no território nacional. Portanto, os dados apresentados destacam que o movimento registrado de diminuição da SAN não ocorre de forma semelhante no Estado de São Paulo e no Brasil.

Nesse debate, é essencial frisar que essas informações refletem situação extremamente grave que revela que os grupos populacionais mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional não têm seus direitos básicos respeitados e diariamente não possuem segurança em relação aos alimentos e alimentação, seja em relação à dimensão da suficiência, da qualidade e ou da adequação (MALUF, 2007). Em outros termos, parte da população têm seus direitos elementares violados, dado que as normas internacionais e as leis nacionais, reconhecem o DHAA e o direito humano de estar livre da fome, como pré-requisito para a realização de todos os outros direitos humanos (MALUF, 2007).

Por fim, vale pontuar que o aumento da IAN foi acompanhado pelo aumento da quantidade de alimentos ultraprocessados na dieta brasileira e redução do espaço para alimentos *in natura* e minimamente processados. Seguramente tal qual a SAN não se distribui de forma homogênea entre os grupos populacionais, o consumo alimentar se dá de forma distinta de acordo com características sociodemográficas específicas. Tal relação certamente necessita de estudos aprofundados, entretanto, é evidente a associação entre os novos hábitos alimentares, caracterizados pelo maior consumo de ultraprocessados e transformações dos níveis de SAN da população.

No capítulo seguinte serão apresentados os Restaurantes Populares “Bom Prato” existentes na região estudada. Para tanto serão explicitados as principais características e dinâmica de funcionamento, além disso, será apresentado um breve relato de uma visita exploratória realizada em uma das unidades do restaurante. Vale mencionar que esses estabelecimentos são apresentados enquanto parte das estratégias adotadas pela população vulnerável durante o período de aumento da IAN. Dessa maneira, com intuito de expressar a relevância e alcance das ações dos restaurantes são explicitados dados sobre o número de refeições executadas, bem como o valor investido em cada unidade.

CAPÍTULO 3 – RESTAURANTES POPULARES E VULNERABILIDADE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3.1 Restaurantes Populares Bom Prato

Com intuito de apresentar informações atualizadas que expressem de forma confiável o cenário da (in)segurança alimentar no país, e considerando a importância de incluir na pesquisa os desdobramentos da pandemia covid-19, serão apresentados dados sobre o fornecimento de refeições nos Restaurantes Populares Bom Prato do Estado de São Paulo no período de 2017 até 2021.

A população vulnerável à insegurança alimentar e nutricional, que vive sob o risco de vivenciar a fome, articula estratégias a fim de evitar que tal risco se concretize. A inclusão da perspectiva dos Restaurantes Populares é utilizada nesse trabalho enquanto medida desenvolvida pelo Estado e incorporada pela população durante o período de crise econômica e sanitária. A incorporação dessa perspectiva é essencial nesse trabalho, já que o conceito de vulnerabilidade visa a construção de uma perspectiva além da macroestrutura e das condições materiais da reprodução social, ou da exposição ao risco, e considera também a dimensão do enfrentamento e a capacidade dos lugares, grupos populacionais, domicílios, de articularem recursos simbólicos ou materiais para confrontar os riscos existentes (MARANDOLA JR.; D'ANTONA, 2014).

Vale mencionar que a criação de Restaurantes Populares fez parte de estratégias de intervenção para a segurança alimentar e nutricional, sobretudo, desde a década de 1990. Entretanto, existem registros que revelam que tal medida existe no país desde a década de 1910 (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010). Esses restaurantes começaram a se difundir a partir de experiências realizadas em Belo Horizonte, e mais tarde foram sendo implantados em demais cidades, como por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010).

O Programa Restaurantes Populares intitulado Bom Prato foi criado no ano 2000, pelo Governo do Estado de São Paulo e desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010). Vale mencionar que o programa faz parte da rede do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que como mencionado no Capítulo 1, organiza uma rede de programas sociais, programas de alimentação e nutrição, ações estruturantes e equipamentos públicos no país (GODOY et al., 2014). Com isso, o Bom Prato pode ser entendido enquanto parte de políticas de inclusão social no país

como, por exemplo, à um dos eixos articuladores da rede de ações do programa Fome Zero (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010).

O objetivo desse programa de Restaurantes Populares foi a criação de uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora do domicílio, visando atender principalmente populações mais vulneráveis (BRASIL, 2004). Os restaurantes devem ser localizados em regiões de elevada movimentação de pessoas de baixa renda, como por exemplo, em áreas centrais das cidades ou em locais próximos a pontos de transporte público a fim de que não seja necessário que a população tenha que utilizar meios de transporte para a realização das refeições (BRASIL, 2004). Vale citar trabalhos (REDE PENSSAN, 2022) que problematizam o acesso da população mais vulnerável à IAN aos restaurantes, dado que os estabelecimentos são instalados na área urbana de capitais ou cidades de maior porte populacional, próximos a centros comerciais ou de grande circulação, com isso, dificultando o acesso a frequência da população que vive nas periferias.

Nesse sentido, tais restaurantes foram criados enquanto estratégia para ampliar a oferta de refeições prontas, balanceadas, saudáveis e de qualidade a preços acessíveis para a população, com intuito de reduzir o número de pessoas de baixa renda que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2004). Além de oferecer refeições de qualidade e acessíveis, o programa tem como objetivo articular outras ações de segurança alimentar, projetos e ações de inclusão social, como por exemplo, promover ações de educação alimentar, incentivar novas práticas e hábitos alimentares, promover o fortalecimento da cidadania de forma articulada a outras ações que visem promover a segurança alimentar, como merenda escolar e distribuição de alimentos à população carente (BRASIL, 2004).

As refeições são oferecidas ao custo de R\$ 1,00, e os demais custos são de responsabilidade do poder público responsável. O subsídio governamental é de R\$ 5,10 para adultos, e de R\$6,10 para crianças com até seis anos – que possuem o direito de refeição gratuita. Os custos das refeições são constituídos considerando a sazonalidade dos alimentos e a variedade e o número de refeições oferecidas nos estabelecimentos (BRASIL, 2004).

Os restaurantes populares podem ser administrados diretamente por órgãos da administração pública ou através de parcerias com organizações sem fins lucrativos, no entanto, parcerias podem ser criadas, nos diversos níveis de governo e junto a outras entidades (BRASIL, 2004). Vale mencionar, que em alguns casos a administração pública terceirizou o funcionamento dos restaurantes, nessas situações a exploração comercial e gestão dos restaurantes é transferida para a iniciativa privada, contudo, a responsabilidade de subsidiar o

preço das refeições a fim de que permaneçam acessíveis, de avaliar e de monitorar os serviços prestados segue sendo da administração pública (BRASIL, 2004).

Cada unidade possui uma cota diária de refeições a serem oferecidas, que é controlada a partir de um sistema de leitura de código de barras de cartões magnéticos que são entregues aos usuários. Tais dados registrados nos restaurantes são transferidos através de um sistema *online* para a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, que a partir de tais informações analisam e monitoram a quantidade bem como a qualidade das refeições oferecidas. A qualidade é monitorada a partir da coleta de amostras dos alimentos para análise microbiológica e também através de pesquisas de satisfação aplicada nos clientes (BRASIL, 2004).

O programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, é composto por uma rede de 60 restaurantes, sendo que 22 das unidades estão localizadas na capital, 12 na Grande São Paulo, 8 no litoral e 18 no interior. Além disso, em 2022 o Governo do Estado de São Paulo anunciou a ampliação de 20 unidades com o “Bom Prato Móvel”. Essas unidades foram criadas a fim atender diversas regiões do Estado, em localidades definidas através de estudos envolvendo a densidade populacional, vulnerabilidade social e a distância das unidades fixas.

Embora exista a possibilidade de cadastro dos usuários para controle, o programa possui acesso universal, ou seja, não existem restrições para o acesso aos restaurantes (GONÇALVES; CAMPOS; SARTI, 2011). Dessa maneira, não há informações disponibilizadas pelo programa a respeito do perfil dos usuários. Entretanto, trabalhos como o de Gonçalves e colaboradores (2011) ao avaliarem as características sociodemográficas da população que frequenta os restaurantes de cinco capitais do país, revelam que o programa apresenta maior cobertura entre indivíduos acima de 61 anos de idade, e entre indivíduos em idade economicamente ativa, principalmente de 21 a 40 anos de idade (GONÇALVES; CAMPOS; SARTI, 2011).

Por sua vez, Gobato; Panigassi e Villalba (2010) ao investigarem o perfil de usuários do restaurante popular de Campinas em um estudo transversal, realizado com 129 usuários, revelam que a maior proporção dos usuários são homens, que utilizam ônibus como meio de transporte, que não completaram o primeiro grau, desempregados, moradores do município com residência fixa. Além disso, as autoras concluem que a alimentação no Bom Prato do município é essencial para a segurança alimentar e nutricional dos usuários, dado o consumo de carnes, frutas, verduras e ou legumes foi maior nas refeições realizadas no

restaurante do que em casa, aspecto este que oferece maior variedade de grupos alimentares (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010).

De forma semelhante Godoy et al. (2014) ao identificar o perfil dos usuários do programa Restaurantes Populares do Brasil e sua associação com a situação de insegurança alimentar domiciliar, concluem que os usuários eram predominantemente do sexo masculino, com idades entre 31 e 59 anos, casados/em união estável. Em relação à escolaridade, cerca de 40% dos usuários cursaram o Ensino Médio ou curso técnico. Os autores investigaram aspectos relacionados à situação de saúde, e revelam que 36,5% da amostra afirmaram ter comorbidades. Nessa investigação 17,5% da amostra tinham hipertensão arterial sistêmica. Ademais, a maior parte dos usuários apresentou excesso de peso (49,8%). Já em relação à segurança alimentar, 59,4% dos usuários encontravam-se seguros, sendo que a amostra relativa à Região Sul do país apresentou os maiores percentuais.

Souza e Marín-León (2013) em um estudo caso-controle realizado com 420 idosos, com 60 anos ou mais, comparara as condições de vida e saúde de idosos usuários do restaurante popular Bom Prato, e seus vizinhos no município de Campinas. No município de Campinas, o Bom Prato está em funcionamento desde 2002 e possui somente uma unidade localizada na região central da cidade, próximo ao Terminal Central de ônibus. A partir de seu estudo a autora pontua que dentre os usuários do restaurante em estudo, nota-se maior frequência de idosos jovens, não brancos, solteiros, que vivem à sós ou com poucas pessoas no domicílio, com menor renda de até 2 salários mínimos.

Ademais, ainda segundo Souza e Marín-León (2013) os idosos usuários do restaurante apresentaram condições socioeconômicas desfavoráveis em relação aos seus vizinhos, o que os enquadra enquanto grupo de maior vulnerabilidade social, no entanto, chama atenção que suas condições de saúde e autonomia foram melhores que as de seus vizinhos. Nesse estudo, a autora indica a urgência de ampliação do número de restaurantes enquanto medida para atender a população em situação de vulnerabilidade social, em especial os idosos, que necessitam de auxílio e maior cuidado. Diferentemente dos demais estudos citados, Souza e Marín-León (2013) apresenta os restaurantes populares como ambientes que podem contribuir na ampliação da socialização dos idosos, com reflexos positivos para a saúde mental desse grupo populacional.

Já Brandão (2017) através de um estudo de caso nos dois Restaurantes Populares localizados em Maceió, analisa o processo de implementação destes estabelecimentos públicos como uma política de SAN. A autora pontua que a população que frequenta os restaurantes estudado possuía rendimento de até 1 SM e que menos da metade dos usuários tinham pelo o

ensino médio completo. Todavia, Brandão (2017) conclui em seu trabalho que a promoção da SAN não está sendo garantida em sua totalidade nos restaurantes estudados, uma vez que a autora identificou que a quantidade e qualidade nutricional da alimentação podem estar sendo em partes comprometidas.

O II VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022) publicado em junho de 2022 investigou a relação entre a concessão de benefícios sociais e o acesso a políticas e ações públicas voltadas à SAN – como o PNAE e restaurantes populares, e os níveis de SAN/IAN. Os resultados encontrados revelam que quando considerado a população de menor rendimento, nota-se que as prevalências de SAN foram maiores dentre os que informaram frequentar restaurantes populares, aspecto este que revela que para este público específico, o acesso à essa política pública se relaciona a melhores prevalências de SAN (REDE PENSSAN, 2022). Embora a pesquisa tenha sido realizada em período posterior ao recorte temporal dessa dissertação, certamente os resultados encontrados são relevantes e condizentes para analisar as ações do programa.

A seguir serão apresentados dados de 2017 até 2021 dos restaurantes populares Bom Prato localizados em todo Estado de São Paulo. As informações dizem respeito ao número de refeições executadas, bem como o valor investido em cada unidade. O objetivo da apresentação de tais informações é verificar se houve aumento na procura de refeições nesses restaurantes, enquanto estratégia utilizada por populações vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional.

As informações apresentadas foram retiradas dos relatórios de prestação de conta disponíveis *online*⁸. Vale mencionar que os relatórios das unidades dos restaurantes populares não seguem o mesmo padrão, todavia, em comum disponibilizam informações sobre as refeições executadas e previstas ao longo dos anos, dados sobre os recursos executados e previstos, bem como as metas existentes. Outro aspecto fundamental a ser considerado na análise de tais informações é que varia o número de refeições disponibilizadas por cada unidade, ou seja, o limite de refeições e as metas de cada unidade são distintas. Além disso, determinados restaurantes oferecem três refeições diárias, enquanto outros só oferecem 2 refeições, alguns de segunda a sexta e outros inclusive durante os finais de semana.

Outra característica a se destacar é que alguns relatórios apresentam as atividades que foram desenvolvidas na unidade ao longo do período de referência, como por exemplo: refeições especiais de natal, páscoa, dia das crianças, carnaval, dia da mulher, palestras com

⁸ Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

temas diversos, campanhas de conscientização como, por exemplo, sobre o câncer de mama. Como exemplo, a Figura 6 apresenta a atividade de confraternização Junina realizada no Bom Prato de Campinas, apresentado no relatório de prestação de contas de 2020.

FIGURA 6 – Confraternização Junina – Bom Prato Campinas, 2020



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – Prestação de contas de 2020, Bom Prato Campinas⁹.

3.2 Visita exploratória

Considerando a limitação da fonte de dados utilizada ao não permitir traçar o perfil populacional dos usuários dos restaurantes populares, com intuito de garantir maior assiduidade e potencializar o trabalho, foram realizadas visitas exploratórias ao Bom Prato. Dessa maneira,

⁹ Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

será apresentado brevemente um relato descritivo sobre o funcionamento e dinâmica existente nessas localidades.

A visita foi realizada no Bom Prato localizado em Santos, na região Noroeste da cidade. A localização do restaurante é uma área de grande circulação de pessoas, é habitada por populações de baixa renda, além de contar com o porto da cidade nas proximidades. Como mencionado anteriormente, na unidade é servido café da manhã por R\$ 0,50 e almoço por R\$ 1,00. Além disso, no período do jantar são distribuídas marmitas para a população.

Ao chegar no restaurante às 10h30, horário em que se inicia a oferta do almoço, nota-se que já se formava uma fila na parte externa da unidade. Assim que liberam a entrada da população, rapidamente a fila se desfaz. O espaço do restaurante é amplo e conta com espaço para higienizar as mãos, cozinha, banheiros e área restrita aos funcionários. Nas paredes estão expostos alguns cartazes com informes e o cardápio semanal é afixado. Na medida em que o horário avança, a fila novamente se forma e todas as cadeiras e mesas ficam ocupadas.

Ao entrar no restaurante, inicialmente as pessoas compram pelo valor de R\$ 1,00 um cartão que permite a realização da refeição. Seguindo adiante, são direcionadas para a área de higienização das mãos para depois seguirem para a área onde se forma a fila para pegar a refeição oferecida no dia. Após serem servidas, as refeições são realizadas em mesas e cadeiras distribuídas pelo espaço. Por fim, ao terminar de se alimentar, é necessário devolver a bandeja e os pratos e retirar o lixo produzido.

São muitos os funcionários que trabalham no Bom Prato, desde os que ficam controlando a venda dos cartões para a população, os que trabalham na cozinha, os que servem a comida, os que trabalham na área onde as bandejas são devolvidas e os que ficam circulando pelo restaurante. Todavia, certamente, nas áreas restritas ao público muitos outros funcionários devem trabalhar para fazer com que os restaurantes funcionem da forma planejada.

No dia em que a visita foi feita, a população que estava realizando as refeições nessa unidade do Bom Prato era formada majoritariamente por homens. Grande parte deles estavam utilizando uniformes de trabalho, o que revela que eram trabalhadores da região portuária e garis de varrição de ruas. Contudo, chamou atenção a presença de muitos idosos e famílias com crianças pequenas também se alimentando nos restaurantes. Ao observar as características da população é evidente que o público é extremamente diverso, sendo composto por pessoas de diferentes idades. Vale destacar que muitos dos usuários realizavam a refeição sozinhos, todavia, outros almoçavam em grupos ou mesmo em família.

A comida servida no dia da visita era arroz, feijão, carne suína aromática, batata com ervilhas, escarola e doce. A porção dos pratos é padronizada, existindo somente a

possibilidade de escolher entre a porção menor ou maior, que é definida de acordo com a cor da bandeja escolhida.

3.3 Resultados

O Gráfico 4 e Tabela 19 foram construídos com base nas informações disponibilizadas dos 61 restaurantes populares Bom Prato existentes no Estado. Foi somado o número de refeições oferecidas, bem como o valor investido nos restaurantes em cada ano. Ao observar as informações apresentadas é evidente o aumento do número de refeições servidas e do valor investido ao longo do período analisado.

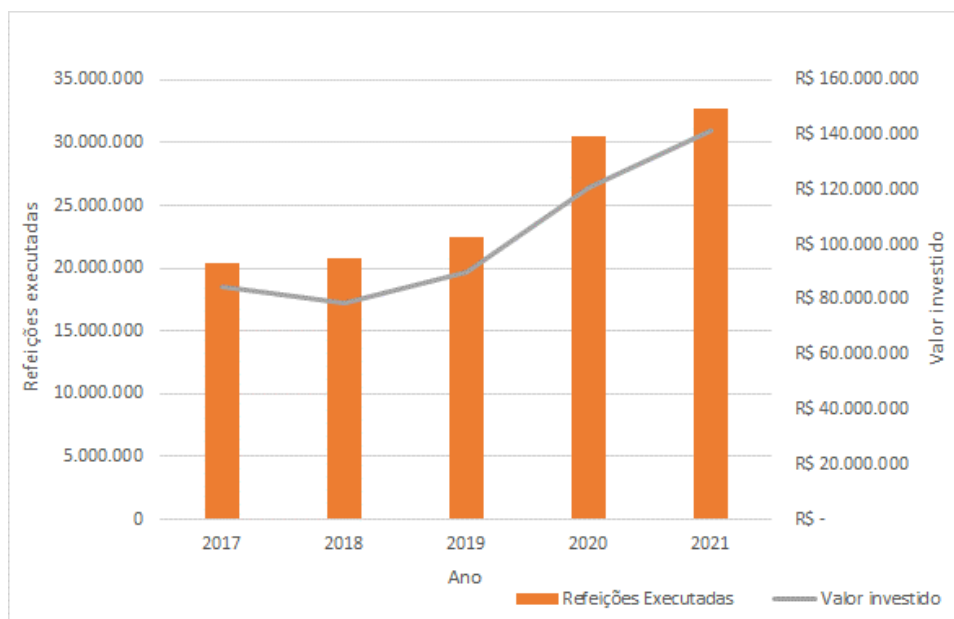
TABELA 19 – Refeições Executadas e Valor investido – Bom Prato, SP

ANO	REFEIÇÕES EXECUTADAS - BOM PRATO, SP	VALOR INVESTIDO
2017	20.363.577	R\$ 84.940.740
2018	20.799.435	R\$ 78.996.936
2019	22.443.643	R\$ 89.813.117
2020	30.503.315	R\$ 120.544.222
2021	32.685.065	R\$ 141.347.090

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – Prestação de contas 2017-2021¹⁰.

Em 2017 foram 20.363.577 refeições servidas, passando para 32.685.065 em 2021, o que representa um aumento de 60% no número de refeições oferecidas nos restaurantes populares do Estado. Ao analisar o Gráfico 4, nota-se que desde 2017 houve aumento do número de refeições realizadas no Bom Prato, todavia, chama atenção o aumento expressivo de 2019 para 2020, ano do início da pandemia covid-19. Nesse período, foi registrado o maior aumento (35,9%) do período analisado, de 2017 para 2018 o aumento foi somente de 2,1%, já de 2018 para 2019 de 7.9%, por fim, de 2020 para 2021 o aumento foi de 7,2%.

¹⁰ Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GRÁFICO 4 – Refeições Executadas e Valor investido – Bom Prato (2017 – 2021)

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – Prestação de contas 2017-2021¹¹.

Nota-se que o aumento do número de refeições servidas foi acompanhado por maiores investimentos em todos os anos, exceto de 2017 para 2018, período em que houve redução de 7% do valor investido nos restaurantes. De 2017 para 2021, o valor investido aumentou em 66,4%, nesse mesmo período houve aumento de 60% nas refeições servidas. De 2018 para 2019 o aumento do investimento foi de 13,7%, de 2019 para 2020 de 34,2% e por fim de 2020 para 2021 de 17,3%. Ao analisar tais informações é evidente que o aumento do número de refeições servidas, com exceção de 2017 para 2018, acompanhou maiores investimentos nesses restaurantes.

O aumento registrado no número de refeições servidas deve ser analisado tendo em vista que o contexto brasileiro é extremamente grave, no qual em 2020 a crise socioeconômica e política se associou a uma crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19. As informações apresentadas pela última pesquisa sobre o tema, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2022) publicado em junho de 2022, revelam que a insegurança alimentar e nutricional no país cresceu de forma acelerada desde as últimas pesquisas sobre a questão. Nesse contexto, vale ressaltar que além dos efeitos da crise sanitária da covid-19 o aumento dos índices de IAN,

¹¹ Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

revelam um cenário de deterioração socioeconômica que é anterior a esse período, todavia, é agravado pela má gestão pública da pandemia no Brasil (REDE PENSSAN, 2022).

Desse modo, o aumento da procura por refeições nos restaurantes populares Bom Prato do Estado, são condizentes com o cenário atual do país. Diante da impossibilidade de acesso a alimentos, populações que convivem com o risco de vivenciar a fome diariamente, recorrem a estratégias como a realização das refeições diárias em tais localidades. Evidentemente o aumento do número de refeições servidas ao longo do período não está ligado somente à maior demanda, uma vez que esse aumento foi acompanhado por maior oferta, aspecto este que é expresso por maiores investimentos nos restaurantes. Dessa maneira, o aumento registrado pode ser resultado somente da demanda represada ao longo dos anos, todavia, certamente o maior número de refeições servidas é condizente com o cenário da pandemia covid-19 e possivelmente não condiz a demanda real do período, que seguramente deve ser maior, dado o crescente aumento da IAN entre a população do Estado.

O programa de restaurantes populares constitui uma ação do Estado a fim de garantir e assegurar o DHAA, dessa maneira, diante do aumento de todos os níveis de IAN no Brasil e no Estado de São Paulo (IBGE 2014; 2020a) e considerando o papel central dos restaurantes na garantia da SAN, conforme diversas pesquisas (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010; GODOY et al., 2014; SOUZA; MARÍN-LEÓN, 2013; REDE PENSSAN, 2022) apontam, é inquestionável a necessidade de ampliação do programa.

Em um contexto no qual vigora o Regime Alimentar Corporativo (MCMICHAEL, 2016) que dentre suas características, ganha destaque a prioridade dada ao comércio internacional e não para a produção de alimentos para a população (LIMA, 2018), é importante ações que abordem a alimentação a partir de uma perspectiva integral das inter-relações entre as dimensões e componentes do fenômeno (KEPPLE, 2014), portanto, que respeitem esse direito do ponto de vista suficiência, qualidade e adequação sejam promovidos (MALUF, 2007). Além disso, como evidenciado nos dados apresentados no Capítulo 2, são diversas as características sociodemográficas que tornam a população vulnerável à IAN, portanto, considerando a SAN enquanto direito de todos os cidadãos, conforme aponta a LOSAN, e tendo em vista que somente a partir da concretização desse direito é possível que a população exerça todos os demais direitos fundamentais (BURITY et al., 2010) se faz necessário pensar em estratégias a fim de que seja possível garantir o acesso de todos esses grupos à essa política pública.

Evidentemente, essa fonte de informação possui limitações, uma vez que a mesma não foi elaborada com essa finalidade, por isso pode conter possíveis erros ou omissões devido

a não padronização dos relatórios disponibilizados. Diante dessas características, outra limitação dessa fonte de informação é não permitir a identificação do perfil da população que frequenta os restaurantes, ou seja, não é possível saber quantos são homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, os motivos ou a frequência que realizam as refeições. Todavia, seguramente é uma fonte que oferece dados importantes, já que tais informações escancaram que atualmente no país a população necessita buscar e construir estratégias para que seja possível se alimentar. Ademais, mostra que a implementação dos restaurantes populares é uma estratégia efetiva, já que em momentos de aumento da vulnerabilidade social houve o aumento da procura de refeições nesses locais.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como identificado por Josué de Castro na década de 1940 a fome é um fenômeno relacionado à aspectos sociais e políticos, ligado ao modelo econômico de exploração econômica colonial e associado com a falta de interesse de governantes no poder em solucionar o problema, e não um fenômeno provocado apenas pelo crescimento populacional, como apontava Thomas Malthus (PAES, 2022). Sendo assim, a insegurança alimentar e nutricional não deve ser interpretada unicamente como uma variável estatística, mas sim enquanto resultado de um projeto político histórico que coloca parcela crescente da população em situação de vulnerabilidade. A financeirização da alimentação, o modo de produção e acesso existentes no atual Regime Alimentar (MCMICHAEL, 2000) fazem parte desse projeto que negligencia a alimentação enquanto direito básico de todo cidadão, ou seja, projeto este que não prioriza as necessidades essenciais da população ligadas aos direitos humanos, mas sim, gera a fome.

Como confirmado pelos dados apresentados nessa dissertação (IBGE, 2014; 2020a), é evidente que no país a insegurança alimentar e nutricional persiste e é crescente. Esse fenômeno ocorre paralelamente à intensificação da degradação social de forma associada ao desmonte de políticas públicas e das instituições que formavam a rede de proteção social, tanto no campo da alimentação, como no de outras condições exigidas para que se tenha uma vida digna e saudável (REDE PENSSAN, 2022). O crescimento significativo da fome, em especial no contexto da pandemia do coronavírus (REDE PENSSAN, 2022), coloca esse tema como um dos principais problemas sociais no Brasil e no mundo.

O período analisado nessa dissertação marcou momento de transição nos índices de segurança alimentar e nutricional da população. A PNAD 2013 (IBGE, 2014) marca o momento de melhores índices de SAN e a POF 2018 (IBGE, 2020a) período em que a SAN regressa a valores inferiores.

Resultados da PNAD 2004, 2009 e 2013 (IBGE, 2006; 2010; 2014) revelam que houve aumento da segurança alimentar e nutricional no país e redução na prevalência de aproximadamente 3,7 milhões de domicílios em situação IAN, em especial da IAN moderada e da grave, que juntas passaram de 17% em 2004 para 7,9% em 2013. No período no qual foi registrado melhores índices de SAN destacam-se as políticas públicas no país, como a política de valorização do salário mínimo, fortalecimento da agricultura familiar e as transferências condicionadas de renda, que geraram consequência positiva na promoção da segurança alimentar e nutricional e no combate à fome entre os brasileiros (FAO, 2015).

Com isso, em 2014 o Brasil atingiu a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade a prevalência de subnutrição e com isso, saiu do “Mapa da Fome” (SOUZA et al., 2021). Além disso, esse momento marcou também o início de uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, com objetivos mais amplos a fim de atingir a erradicação da fome e a promoção da SAN (FAO, 2015). Nesse contexto, o Brasil foi colocado enquanto exemplo de governança e de políticas de SAN, que conduziram à saída do país do Mapa Mundial da Fome (FAO, 2015).

Entretanto, pesquisas realizadas em anos seguintes como a POF 2018 (IBGE, 2020a), analisada nesse trabalho, revelam que houve piora significativa da segurança alimentar e nutricional entre a população brasileira, já que foi registrado um crescimento de 3,6 milhões de domicílios nessa situação entre 2013 e 2018 (RIBEIRO JR. et al., 2021). Como apresentado anteriormente, 77,4% dos domicílios do país estavam em SAN em 2013, passando para 63,3% em 2018. Pesquisas mais recentes como o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2022), evidenciam que a preocupante situação de aumento da IAN se intensificou, e em 2022 somente 40% dos domicílios do país viviam em SAN.

O movimento registrado de aumento da IAN se insere em um contexto no qual desde 2016 e com aprofundamento a partir de 2018, observou-se o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas de garantia de direitos, de proteção a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis (SOUZA et al., 2021). Paralelamente, foram beneficiadas medidas que privilegiavam o agronegócio e ameaçavam propostas de reforma agrária (BRITO; BAPTISTA, 2021).

No contexto de crise política e econômica, em 2016 quando Michel Temer assumiu o cargo de presidente do Brasil (SOUZA et al., 2021), o então presidente incentivou o avanço de políticas neoliberais e implementou diversas medidas que atacaram diretamente o DHAA. Dessa forma, nesse contexto houve redução de recursos e cobertura de programas estruturantes, através do desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enfraquecimento constante de políticas públicas ligadas à SAN, como por exemplo o Programa água para todos, desmonte de ministérios da área social, cortes em programas sociais, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e desmonte da rede de equipamentos públicos de SAN, como os restaurantes populares (BRITO; BAPTISTA, 2021). Além disso, outra medida significativa desse cenário foi a Emenda Constitucional que congela os gastos públicos por vinte anos (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Já em 2019 com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, a institucionalidade criada para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada e a SAN foi extinta ou desmontada. Dentre as inúmeras atrocidades cometidas pelo então presidente, merece atenção a extinção no primeiro dia de seu governo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) mecanismo fundamental de participação popular na luta por uma alimentação de qualidade para todos (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Nesse contexto, o abandono de ações intersetoriais e sistêmicas, bem como a extinção de espaços de participação social atrapalhou, sobretudo, a identificação dos problemas relacionados à alimentação e as demandas da sociedade civil. Já o enfraquecimento de mecanismos de regulação do mercado dificultou o controle da inflação, em especial dos alimentos (BEGHIN, 2022).

A situação apresentada se agravou em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia covid-19. A partir desse momento, a crise mundial da saúde associa-se à crise econômica, provocando aumento significativo de desemprego, desigualdade social e do risco de crise alimentar (SOUZA et al., 2021). Nesse momento, a redução do poder de compra das famílias e a alta nos preços dos alimentos foram elementos centrais que levaram a mudanças fundamentais no consumo alimentar, já que com a crise econômica, a condição de vida da população se deteriorou rapidamente. Assim sendo, é fundamental considerar que o aumento da insegurança alimentar e nutricional no país não é consequência unicamente da pandemia, mas sim de um cenário que se configurava desde anos anteriores com a desarticulação e esvaziamento das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional, mas, todavia, que foi intensificado em um contexto de crise sanitária, econômica e social (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

No contexto mundial, tendência semelhante é observada, como apresentado pelo relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022* (FAO, 2022). Faltando oitos anos para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o de acabar com a fome, a insegurança alimentar e nutricional e todas as formas de desnutrição, o mundo caminha na direção contrária com entre 702 e 828 milhões de pessoas aproximadamente passando fome, não possuindo acesso a dietas saudáveis e tendo o DHAA desrespeitado (FAO, 2022).

Nesse contexto, os efeitos e consequências da pandemia covid-19 intensificaram o cenário preocupante de crescente IAN, aumentando cada vez mais as dificuldades para alcançar os ODS. As distintas capacidades de recuperação econômica entre os países intensificaram as desigualdades e deixaram populações em situações cada vez piores de IAN. Além disso, outros

fatores que contribuíram para o preocupante cenário foram: o aumento dos preços dos alimentos como consequência da pandemia; a guerra na Ucrânia, que envolve dois dos maiores produtores de produtos agrícolas e cereais básicos em todo o mundo, o que interfere nas cadeias de suprimentos e nos preços mundiais dos cereais, fertilizantes e energia, causando escassez e aumentando ainda mais a inflação dos preços dos alimentos. Por fim, outro fator central é a intensificação dos fenômenos climáticos extremos (FAO, 2022).

Nesse sentido, ainda segundo o relatório (FAO, 2022), para atingir os ODS é fundamental que os sistemas alimentares sejam transformados a fim de assegurar o fornecimento de alimentos nutritivos e seguros a preços acessíveis, com isso, as dietas saudáveis devem ser mais acessíveis do que dietas não saudáveis. Como defendia Josué de Castro a fome é um problema político fruto da má distribuição das riquezas, dessa maneira, não será solucionada com a ampliação da produção, mas sim com a distribuição dos recursos e o acesso à terra, ou seja, com a reforma agrária (BEGHIN, 2021).

O cenário mundial e nacional refletem o modo de funcionamento e organização do Regime Alimentar Corporativo, dado que o que se come e quanto se come resultam não somente de escolhas individuais, mas, sobretudo, de projetos amplos que submetem países, agricultores e consumidores às necessidades de acumulação do capital (MCMICHAEL, 2016). Como mencionado anteriormente, nesse regime os preços dos alimentos são subordinados às corporações que controlam o mercado e como resultado, exercem forte influência nos hábitos alimentares (MCMICHAEL, 2000).

Nesse contexto, como evidenciado pelos dados apresentados nessa dissertação, a fome é vivenciada de formas múltiplas pelos diferentes grupos populacionais, ou seja, grupos com determinadas características sociodemográficas são mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional que outros. No Estado de São Paulo domicílios com mulheres como pessoa de referência, de cor/raça preta, de baixa escolaridade, domicílios com a presença de pessoas menores de 18 anos, domicílios com menor rendimento, domicílios com outros tipos de esgotamento sanitário ou com fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, domicílios sem lixo coletado e domicílios que utilizam lenha ou carvão são mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional.

Dessa maneira, os resultados obtidos respondem às perguntas de pesquisa levantadas nessa dissertação, confirmam a hipótese criada e evidenciam que apesar de todos os cidadãos possuírem o direito à SAN, esse direito não é assegurado de forma equitativa. Determinados grupos populacionais têm seus direitos violados e não conseguem mobilizar os ativos necessários para suprir essa necessidade básica, ou seja, a exposição ao risco é

diferenciada de acordo com os grupos socioeconômicos. Tais aspectos certamente fornecem um panorama singular para melhor compreensão dos processos que atravessam a vulnerabilidade sociodemográfica.

Vale destacar que a segurança e insegurança alimentar também não se distribui de forma homogênea pelo território. Os dados apresentados no Capítulo 2 revelam que no período analisado apesar de comparativamente o Estado de São Paulo ter registrado maiores índices de SAN do que no Brasil, quando comparado a evolução dos índices, nota-se que houve uma piora significativamente maior em SP do que no território nacional.

A grave situação ocorre no Estado que concentra a maior riqueza do país, segundo o IBGE (2020b) a UF possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2020b), aspecto este que poderia conferir boas condições de SAN entre a população. Outro aspecto relevante, é que o Estado é marcado pela longa trajetória de governos com propostas neoliberais, dado que por mandatos consecutivos tem sido governado pelo mesmo partido político, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (RIBEIRO; BÓGUS, 2021). Com isso, como expressão dessa perspectiva política, os interesses financeiros são priorizados, ficando em segundo plano, por exemplo, os de saúde pública ou de segurança alimentar (DOWBOR, 2017).

Como explicitado anteriormente, aspecto fundamental do caráter multidimensional da vulnerabilidade é permitir identificar a dinâmica de exposição ao risco, bem como estratégias de enfrentamento e resposta dados pelos indivíduos. A capacidade de resposta e de adaptação ao risco certamente são diferenciadas, já que cada grupo populacional dispõe de elementos específicos para mobilizar a fim de minimizar os efeitos do risco existente. Assim sendo, a realização de refeições nos restaurantes populares Bom Prato merece destaque enquanto medida desenvolvida pelo Estado e incorporada pela população que reflete a dimensão do enfrentamento e a capacidade dos lugares e grupos populacionais de articularem recursos simbólicos ou materiais para confrontar os riscos existentes.

O aumento do número de refeições servidas deve ser analisado tendo em vista que o contexto brasileiro é extremamente grave, no qual em 2020 a crise socioeconômica e política se associou à crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19. Desse modo, o aumento da procura por refeições nos restaurantes populares Bom Prato do Estado, são condizentes com o cenário atual do país, ou seja, diante da impossibilidade de acesso a alimentos, populações que convivem com o risco de vivenciar a fome diariamente, recorrem a estratégias como a realização das refeições diárias em tais localidades.

Em um contexto no qual vigora o Regime Alimentar Corporativo (MCMICHAEL, 2016), é fundamental ações e programas que abordem a alimentação a partir de uma perspectiva

integral das inter-relações entre as dimensões e componentes do fenômeno (KEPPLE, 2014). Portanto, diante do cenário analisado nessa dissertação, de aumento de todos os níveis de IAN no Brasil e no Estado de São Paulo (IBGE 2014; 2020a) e considerando o papel central dos restaurantes populares na garantia da SAN (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010; GODOY et al., 2014; SOUZA; MARÍN-LEÓN, 2013; REDE PENSSAN, 2022), é inquestionável a necessidade de ampliação do programa. Infelizmente não há informações organizadas e disponibilizadas pelo programa a respeito do perfil dos usuários dos restaurantes, aspecto este que indica possíveis caminhos para trabalhos futuros, a fim de complexificar e ampliar o entendimento do alcance desse projeto.

O cenário apresentado é extremamente grave, uma vez que demonstra que os grupos populacionais específicos, têm seus direitos elementares violados, dado que as normas internacionais e as leis nacionais, reconhecem o DHAA e o direito humano de estar livre da fome, como pré-requisito para a realização de todos os outros direitos humanos (MALUF, 2007). Tais grupos são mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional, em outros termos, estão expostos ao risco da fome, já que não conseguem mobilizar os ativos necessários para garantir a segurança alimentar e nutricional, com isso, não possuem segurança em relação aos alimentos e alimentação, seja em relação à dimensão da suficiência, da qualidade e ou da adequação (MALUF, 2007).

Nessa discussão, é preciso enfatizar que no Brasil a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) instituiu a obrigação do Estado em fornecer as condições necessárias à realização da segurança alimentar e nutricional. Contudo, o Estado que é o responsável pela garantia desse direito, segue na verdade, sendo quem dificulta e esvazia políticas e programas públicos, recursos e meios que garantam o DHAA para todos, em outros termos, quem deveria promover e fornecer meios para a realização da SAN, é o principal violador desse direito básico.

A mudança desse triste cenário é tarefa urgente, a segurança alimentar e nutricional é um direito de todos, que deve ser viabilizado e garantido pelo Estado através de políticas públicas. Dessa maneira, para combater a fome o Estado deveria se colocar frente a privatização da vida e da alimentação, passando a priorizar a construção de sistemas alimentares que visem a garantia dos direitos e a saúde da população. A alimentação enquanto direito social deve ser uma prioridade, sua violação e negligência por parte do poder público, deve ser contestado.

Na medida em que a vulnerabilidade à IAN se distribui de forma desigual na população de acordo com as características sociodemográficas e do domicílio e se intensifica no território na medida em que as políticas públicas e a estrutura social são desmontadas, é

evidente que a IAN no país é fruto de processos estruturais, históricos, econômicos, sociais e culturais. Dessa maneira, a partir da discussão sobre vulnerabilidade sociodemográfica esse trabalho buscou apresentar e construir novas perspectivas de análise, com isso, contribuindo para a construção de uma abordagem dentro dos estudos populacionais que não analisa as questões relacionadas a alimentação e fome no país enquanto consequência do crescimento e dinâmica populacional, ou seja, o enfoque adotado se distancia de abordagens malthusianas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Políticas de alimentação e nutrição no Brasil: breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. In: TADDEI, J. A. A. C. et al. (ed.). **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2011. p. 397-422.
- ABRAMOVAY, R. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? **Ciência e Cultura**, São Paulo, SP, v. 62, n. 4, p. 38-42, 2010.
- ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.
- ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 44-60, 2006.
- ARAÚJO, M. L. et al. Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 37, p. 1-17, 2020. doi: [org/10.20947/S0102-3098a0110](https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0110). Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1484>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 10, p. 1-12, 2020.
- BEGHIN, N. O combate à fome de Vargas a Bolsonaro. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF: IPEA, 2022. (Nota de Política Social 3).
- BERCOVICH, A. **Onda jovem, mercado de trabalho e violência: um enfoque demográfico**. 2004. 363f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2004.
- BERQUÓ, E. S. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, p. 21-85, 1991
- BEZERRA, M. S. et. al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?lang=pt>. Acesso em 10 set. 2022.
- BRANCA F. et al. A new nutrition manifesto for a new nutrition reality. **The Lancet**, London, v. 395, n. 10217, p. 8-10, 2020. doi: 10.1016/S0140-6736(19)32690-X.
- BRANDÃO, T. B. C. **Restaurantes populares: ferramenta de política pública sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional**. 2017. 201f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Secretária-geral. **Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. **Manual Programa Restaurante Popular**. Brasília, DF, 2004.

BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 10, p. 1-18, 2021.

BURCH D.; LAWRENCE G. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 26, p. 267-279, 2009.

BURITY, V. et al. Segurança alimentar e nutricional (SAN) e o direito humano a alimentação adequada (DHAA). In: BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-contextodaseguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; MALUF, R. (coord.). **Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas**. Rio de Janeiro, RJ: CPDA/UFRRJ, 2006. (Série Relatórios Técnicos 3). Disponível em: <http://www.ufrrj.br/cpda/ceresan/docs/relatoriotecnico3.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R. A. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, p. 9-20, 2012.

BUSSO, G. **Vulnerabilidad sociodemográfica en Nicaragua: un desafío para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza**. Santiago, Chile: CELADE, 2002.

CAMPBELL, C. C. Food insecurity: a nutritional outcome or a predictor variable? **The Journal of Nutrition**, US, v. 121, n. 3, p. 408-415, 1991. doi: 10.1093/jn/121.3.408.

CAMPOS, J. M., et al. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 4, p. 1529-1537, 2020.

CARMO, R. L.; ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade: conceitualizações e operacionalizações pelos pesquisadores do Nepo/Unicamp. In: CUNHA, F. C.; MARCONDES, S. G. **Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022. p. 95-123.

CARMO, R. L. et al. Explosão demográfica: 50 anos depois de 'The Population Bomb'. **Textos NEPO** 87, p. 34-46, 2019. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_87.pdf. Acesso: 01 jun. 2022.

CARMO, R. L.; MARQUES, C.; MIRANDA, Z. A. I. **Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2012 (Textos Nepo, n. 63).

CASTRO, J. **Geografia da fome – O dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Socioemographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals: summary and conclusions.** Brasília, DF: UNA, 2002.

CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 29, p. 171-191, 2013.

COUTINHO, G. R. et al. Fatores demográficos e socioambientais associados à insegurança alimentar domiciliar nos diferentes territórios da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 38, n. 11, p. 1-17, 2022.

CUNHA, J. M. P. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 143-168.

CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 343-347, 2004. Disponível em: <https://rebeb.org.br/brevista/article/view/276>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. doi: 10.20396/san.v18i1.8634683.

D'ANTONA, Á. O. Do mito malthusiano ao das relações recíprocas—a constituição interdisciplinar do campo de população e ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 2, p. 243-270, 2017.

DAUFENBACK, V.; COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C. M. Sistemas alimentares e violações ao direito humano à alimentação adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021005, 2021. doi: 10.20396/san.v28i00.8661745. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661745>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DRACHLER, M. L. et al. Proposta de metodologia para selecionar indicadores de desigualdade em saúde visando definir prioridades de políticas públicas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 461-70, 2003.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2017.

DUTRA, L. V. et al. Comparação de diferentes métodos de avaliação de segurança alimentar domiciliar na área rural de uma cidade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2018.

EHRlich, P. R. **The population bomb.** New York, NY: Oxford University Press, 1968.

ERICKSEN, P. J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Global Environmental Change**, Inglaterra, v. 18, n. 1, p. 234-245, 2008.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food insecurity in the world 2001.** Rome, 2002. Disponível em: <http://www.fao.org/3/y1500e/y1500e00>.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil 2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO_countries/Brasil/docs/SOFI_Brasil_2015_final.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Good food security governance**: the crucial premise to the twin-track approach. Rome, 2011.
- FIGUEIREDO, N.; PAULA, N. M. A soberania alimentar no contexto do regime alimentar neoliberal: um diálogo com a literatura. **Monções**, Dourados, MS, v. 10, n. 19, p. 480-503, 2021.
- FONSECA, R. N. **O regime agroalimentar corporativo**: questionamentos sobre a materialização do açaí ultraprocessado no século XXI. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.
- FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007.
- FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Holanda, v. XXIX-2, p. 93-117, 1989.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Seade população**: população projetada por sexo, faixas etárias e idade escolar, até 2050, para o Estado de São Paulo, regiões, municípios e distritos da Capital. São Paulo, SP, 2022.
- GOBATO, R. C.; PANIGASSI, G.; VILLALBA, J. P. Identificação do perfil de usuários de um Restaurante Popular do Município de Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 14-25, 2010.
- GODOY, K. C. et al. Perfil e situação de insegurança alimentar dos usuários dos Restaurantes Populares no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 6, p. 1239-1249, 2014.
- GONÇALVES, M. P.; CAMPOS, S. T.; SARTI, F. M. Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 92-111, 2011. DOI: 10.11606/rgpp.v1i1.97826.
- GROSS, R. et al. Four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts. **SCN News**, [S. l.], v. 20, p. 22-26, 2000.
- GRUPO DE FOZ. **Métodos demográficos**: uma visão desde os países de língua portuguesa. São Paulo, SP: Blucher, 2021.
- HOFFMANN, R.; JESUS, J. G. Como o consumo domiciliar de alimentos específicos varia com a renda, Brasil, 2017-2018. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021030, 2021. doi: 10.20396/san.v28i00.8665493. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665493>. Acesso em: 19 maio 2022.
- HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.
- HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 23-50.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios 2020**. Rio de Janeiro, RJ, 2020b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: segurança alimentar**, 2013. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: segurança alimentar**, 2009. Rio de Janeiro, RJ, 2010b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: segurança alimentar**, 2004. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

JUUL, F. et al. Ultra-processed food consumption and excess weight among US adults. **British Journal of Nutrition**, Cambridge, v. 120, n. 1, p. 90-100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007114518001046>. Acesso em: 02 jul. 2022.

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago, Chile: OIT, 1999.

KEPPLE, A. W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Brasília, DF: FAO, 2014. (Relatório).

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KIRK, D. Demographic transition theory. **Population Studies**, London, v. 50, n. 3, p. 361-387, 1996.

LAM, D. How the world survived the population bomb: lessons from 50 years of extraordinary demographic history. **Demography**, New York, NY, v.48, n.4, p. 1231-1262, 2011.

LAMPIS, A. ¿Qué ha pasado con la Vulnerabilidad Social en Colombia? Conectar libertades instrumentales y fundamentales. **Colombia Sociedad y Economía**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 229-261, 2010.

LIMA, M. C. Segurança alimentar e as sistemáticas contradições do capitalismo. **Revista Jornalismo e Cidadania**, Recife, PR, n. 20, p. 12-13, 2018.

LIVI-BACCI, M. Población y demografía. In: LIVI-BACCI, M. **Introducción a la demografía**. Barcelona: Editora Ariel S.A., 2007.

LOUZADA, M. L. C. et al. **Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira**. São Paulo, SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. (Textos para Discussão, n. 81).

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 59, n. 4, e238782, 2021.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARANDOLA JR., E.; D'ANTONA, A. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (org.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/132>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- MARANROLA JR., E.; HOGAN, D. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.
- MARANROLA JR., E.; HOGAN, D. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005.
- MARILAC-SOUZA, L. **Fatores associados à insegurança alimentar nos domicílios da Região Nordeste do Brasil**. 2009. 102f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.
- MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 47, n. 4, p. 656-665, 2013.
- MARTINS, E. **Variações no consumo de alimentos no Brasil de 1974/75 a 1987/88**. 1998. 134f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 1998.
- MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de: Sonia Midori. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2016.
- MCMICHAEL, P. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agricultural and Human Values**, Holanda, v. 29, p. 281-295, 2009.
- MCMICHAEL, P. The power of food. **Agricultural and Human Values**, Holanda, v. 17 p. 21-33, 2000.
- MONTEIRO, C. A. et al. Household availability of ultraprocessed foods and obesity in nineteen European countries. **Public Health Nutrition**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 18-26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1368980017001379>. Acesso em: 29 maio 2022.
- MONTEIRO, C. A. et al. The food system. Ultra-processing: the big issue for nutrition, disease, health, well-being. **World Nutrition**, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 527-569, 2012.
- MONTEIRO, C. A. A. Dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.
- NAZARETH, J. M. Transição demográfica. In: NAZARETH, J. M. **Demografia: a ciência da população**. Lisboa: Presença, 2004. p. 40-43.
- NIEDERLE, P. A.; WESZ JR., V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2018.
- OTERO, G. El régimen alimentario neoliberal y su crisis: Estado, agroempresas multinacionales y biotecnología. **Antípoda – Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, Colombia, n. 17, p. 49-78, 2013.
- PAES, C. N. Pandemia e fome: desdobramento da crise sanitária para a segurança alimentar e nutricional. In: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. (org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno e Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.

PAULA, N. M. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba, PR: CRV, 2017.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 21, Supl., p. 15-26, 2008.

PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

PINTO, A. R. **Insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade sociodemográfica no Brasil, uma análise a partir dos dados da PNAD, 2009**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2011.

POPKIN, B. M. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **American Journal of Clinical Nutrition**, New York, NY, v. 84, n. 2, p. 289-298, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ajcn/84.2.289>. Acesso em: 20 maio 2021.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, maio 2021.

RIBEIRO JR., J. R. S. et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista, SP: Universidade de São Francisco, 2021.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M. Participação e ativismo do grupo de interesse da segurança alimentar e nutricional em São Paulo/SP. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, RJ, n. 57, p. 119-148. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A Segurança alimentar e nutricional: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2016. p. 31-54.

RUEL, M. T. et al. The food, fuel, and financial crises affect the urban and rural poor disproportionately: a review of the evidence. **Journal of Nutrition**, US, v. 140, n. 1, p. 170S-176S, 2010.

SALLES-COSTA, R. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 21, Supl., p. S99-S109, 2008.

SANTOS, L. A. et al. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 38, n. 11, p. 1-8, 2022.

SANTOS, T. G. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2018.

SCHLINDWEIN, M. M. **Consumo domiciliar de alimentos**: influência de fatores socioeconômicos e do custo de oportunidade do tempo da mulher. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009. doi: 10.20396/san.v16i2.8634782.

SODANO, V. Food policy beyond neo-liberalism. In: ERASGA, D. (ed.). **Sociological landscape**: theories, realities and trends. [S. l.]: InTech, 2012. p. 375-402.

SOUZA, B. F. N. J. et al. (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, Campinas, SP, v. 4, p. 1-10, 2021.

SOUZA, B. F. N. J.; MARÍN-LEÓN, L. Insegurança alimentar em idosos: estudo transversal com usuários de restaurante popular. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.26, n. 6, p. 679-691, 2013.

SOUZA, J. O. L.; OLIVEIRA, P. H. Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do Censo Agropecuário de 1920 a 2006. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 17, n. 35, p. 187-211, 2016.

SWINBURN, B. A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, London, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.

TRIVELLATO, P. T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019.

VALENTE, F. et al. Direito humano à alimentação e nutrição adequadas. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2016. p. 69-92.

VALENTE, F. L. S. Rumo à realização plena do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas. **Revista Development**, Brasília, DF, v. 57, n. 2, p. 155-170, 2014.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Elasticidade-renda e concentração das despesas com alimentos no Brasil: uma análise dos dados das POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. **Revista de Economia**, Curitiba, PR, v. 41, n. 75, p. 282-310, 2020.

ZOCCHIO, G. Após farinata, seca e roubo de merenda, faltam propostas sobre alimentação em SP. **O Joio e O Trigo**, 19/09/2018. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2018/09/apos-farinata-seca-e-roubo-de-merenda-faltam-propostas-sobre-alimentacao-em-sp/>. Acesso em: 17 fev. 2023.